

Elaboração do Prognóstico e dos Subsídios à Implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Relatório de plano de ação

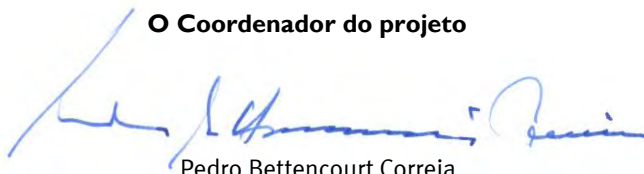
Apresentação

A NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda. apresenta o Relatório de plano de ação relativo à *Elaboração do Prognóstico e dos Subsídios à Implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*.

A NEMUS agradece a confiança demonstrada, o acompanhamento e todo o apoio prestados pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, durante a realização do trabalho.

Salvador, agosto de 2018

O Coordenador do projeto



Pedro Bettencourt Correia

**Ministério do Meio Ambiente –
Secretaria de Recursos Hídricos e
Qualidade Ambiental**

Elaboração do Prognóstico e dos
Subsídios à Implementação do
Macrozoneamento Ecológico-Econômico
da Bacia Hidrográfica do Rio São
Francisco

Relatório de plano de ação

R08_t16042/03 Ago-18

ELABORAÇÃO DO PROGNÓSTICO E DOS SUBSÍDIOS À IMPLEMENTAÇÃO DO MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Relatório de plano de ação

ÍNDICE GERAL

1.	Introdução	I
2.	Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF	3
3.	Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes propostas	17
3.1.	Identificação de políticas, planos, programas e projetos	17
3.2.	Órgãos responsáveis e fontes de recursos	55
3.3.	Ações complementares	162
3.4.	Síntese	165
4.	Estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos	279
4.1.	Licenciamento ambiental	282
4.2.	Outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos	285
4.3.	Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programas de Regularização Ambiental (PRA)	291
4.4.	Outros instrumentos que contribuem para orientar o processo de ocupação e uso do território	293

5. Monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF	295
5.1. Introdução	295
5.2. Sistema de monitoramento e avaliação	296
5.3. Indicadores	298
5.4. Indicadores estratégicos para o monitoramento gerencial por parte do Governo Federal	429
6. Periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF	431
7. Considerações finais	433
8. Referências bibliográficas	437

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Atribuições do MMA, da CCZEE e do Consórcio ZEE Brasil no PZEE	4
Quadro 2 – Modelo de gestão do MacroZEE da BHSF – instâncias, atribuições e instituições responsáveis/representadas	11
Quadro 3 – Aspectos a tratar por cada Câmara Técnica da CRZEE e entidades propostas	13
Quadro 4 – Instrumentos operacionais e setoriais já estabelecidos nas Secretarias e Órgãos Estaduais, que contribuem para a implementação do MacroZEE da BHSF – instrumentos e entidades responsáveis	14
Quadro 5 – Políticas públicas Federais que poderão contribuir para viabilizar as diretrizes propostas; planos e programas relacionados	17
Quadro 6 – Políticas públicas estaduais e do Distrito Federal que poderão contribuir para viabilizar as diretrizes propostas; planos e programas relacionados	24
Quadro 7 – Projetos que poderão contribuir para viabilizar as diretrizes propostas	51
Quadro 8 – Políticas públicas, planos, programas e projetos de âmbito federal: órgãos responsáveis e fontes de recursos	55
Quadro 9 – Políticas públicas, planos, programas e projetos de âmbito estadual: órgãos responsáveis e fontes de recursos	78
Quadro 10 – Projetos: órgãos responsáveis e fontes de recursos	156
Quadro 11 – Implementação das diretrizes gerais: políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis	168
Quadro 12 – Implementação das diretrizes específicas: Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis	225
Quadro 13 – Usos sujeitos a outorga nos estados que integram a BHSF.	286
Quadro 14 – Indicadores de qualidade ambiental da BHSF	299
Quadro 15 – Indicadores de resultado: execução das diretrizes gerais de ação	307
Quadro 16 – Indicadores de resultado: execução das diretrizes específicas de ação	331

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Arranjo institucional do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE)	3
Figura 2 – Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF	7
Figura 3 – Competências da CRZEE da BHSF	8
Figura 4 – Proposta de modelo de gestão do MacroZEE da BHSF	10
Figura 5 – Integração do MacroZEE da BSF com outros instrumentos	280
Figura 6 – Histórico de outorgas emitidas pela ANA e Unidades da Federação, vigentes em julho de 2016	289

LISTA DE ACRÔNIMOS

ABC – Programa Agricultura de Baixo Carbono, 33	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 123, 160, 187, 272
ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, 98, 241, 255	CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, 98, 216, 255
ADEAL – Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas, 143, 267	CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 330
ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe, 15	CAISAN/PE – Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, 133, 202, 267
AFAL – Agência de Fomento de Alagoas, 143, 249, 277	CAR – Cadastro Ambiental Rural, 16
AGEFEPE – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco, 138, 205, 277	CARHP – Companhia de Administração de Recursos Humanos e Patrimoniais, 142
AMN - Agência Nacional de Mineração, 362	CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, 7
ANA – Agência Nacional de Águas, 5, 221	CCZEE – Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, 3
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, 159	CEEM – Comitê Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas, 137, 220
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, 160	CEHAB – Companhia de Habitação e Obras, 132, 214, 278
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, 62	CEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, 154, 171, 175, 215, 234
APAC – Agência Pernambucana de Águas e Clima, 15	CEPIR – Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial, 134, 196, 275
ARSAL – Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Alagoas, 142	CEPRAM - Conselho Estadual do Meio Ambiente, 123, 187, 272
ASD – Áreas suscetíveis à desertificação, 307	CESAN – Conselho Estadual de Saneamento, 155, 186, 245
BHSF – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 1	CESPTCT – Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, 119
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, 123, 156, 187, 272	CEVAV – Centro Nacional de Pesquisa e Informação de Cavernas, 311
BIRD – International Bank for Reconstruction and Development, 123, 187, 272	
BMUB – Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha, 158	
BNB – Banco do Nordeste do Brasil, 123, 187, 272	

CG-PRSF – Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 7	CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, 136, 176, 232
CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Goiás, 111	Consórcio – Consórcio ZEE Brasil, 3
CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia, 123	Consórcio ZEE Brasil – Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, 3
CIEA – FAPESB – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia, 187, 272	COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental, 15
CIPOMA – Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente, 136, 176, 232	COPERGÁS – Companhia Pernambucana de Gás, 128, 205
CNCFlora – Centro Nacional de Conservação da Flora, 303	COPERTRENS – Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco, 129, 203
CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 301	CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco, 15
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 304	CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 5
COBH – Comitês de Bacia Hidrográfica, 135, 180, 256	CRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 135, 180, 256
CODECIPE – Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco, 132, 214, 278	CRS – Centro de Sensoriamento Remoto, 304
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, 182	CRZEE – Comissão Regional do Zonamento Ecológico-Econômico, 5
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, 55, 258	CRZEE da BHSF – Comissão Regional do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do São Francisco, 7
CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, 130, 220	DDF – Diretoria de Desenvolvimento Florestal, 122, 175, 231
CONE – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 123, 187, 272	DECO – Departamento de Ecossistemas, 70
CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 121, 179, 255	DEPROS – Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade, 301
CONSEA/PE – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, 133, 202, 267	DER – Departamento de Estradas de Rodagem, 101, 204
	DER-PE – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco, 128, 203
	Detran – Departamento de Trânsito, 101, 204
	DETRAN-PE – Departamento Estadual de Trânsito, 129, 203
	DF – Distrito Federal, 98, 241, 255

DITEAL – Diretoria de Teatros do Estado de Alagoas, 144	FERFA – Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente, 120, 169, 174, 230
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, 160	FERHBA – Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia, 121, 179, 255
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 68	FES – Fundo Estadual de Saúde, 144, 244
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, 57	FITUR/DF – Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal, 101, 216
EDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, 123, 187, 272	FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães, 120, 174, 231
EMATER – Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável, 143, 258	FPC – Fundo de Política Cultural, 102, 171
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 5	FUNAM – Fundo Único de Meio Ambiente, 102, 207, 238
EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo, 92	FUNCART – Fundo Estadual de Desenvolvimento Cultural e Artístico, 150, 170
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe, 153, 192, 268	FUNCEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza, 153, 192, 266
EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos, 128, 215, 249	Funcultura PE – Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura, 141, 170
EPE – Empresa de Pesquisa Energética, 159	Fundarpe – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 170
EU – European Union, 123, 187, 272	FUNDEMA/SE – Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe, 154, 171, 175, 215, 234
FAC – Fundo de Apoio à Cultura, 102, 171	GDF – Governo de Distrito Federal, 98, 241, 255
FAPESB – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, 123, 187, 272	GECOF – Banco de dados da Gerência Executiva de Concessões Florestais, 305
FBMC-Bio – Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade, 123, 187, 272	GEE – Gases de efeitos de estufa, 306
FDF – Fundo de Desenvolvimento Florestal, 99, 177, 229	GTP – Grupo de Trabalho Permanente, 3
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente, 88	GTP APL - Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, 324
FECEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, 138, 183, 267	IABS – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade, 155, 216, 273
FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, 130, 183, 243	IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 5
FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente, 142, 206, 238	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 302

IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, 15	LIFAL – Laboratório Industrial Farmacêutico, 144, 244
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 221	MacroZEE – Macrozoneamento Ecológico-Econômico, 1
IDERAL – Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas, 143, 258	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 301
IEF – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, 16	MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 306
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 15	MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 61
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 155, 216, 273	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, 55
IMA – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, 15	MEC – Ministério da Educação, 77
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 55	MI – Ministério da Integração Nacional, 123, 272
INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 15	MIN - FAPESB – Ministério da Integração Nacional, 187
INMEQ/AL – Instituto de Metrologia e Qualidade, 144, 267	MinC – Ministério da Cultura, 76
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 5	MMA – Ministério do Meio Ambiente, 3
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco, 127, 191, 266	MME – Ministério de Minas e Energia, 57
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change, 306	MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 3
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 5	MT – Ministério do Turismo, 75
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 76	MTPA – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, 61
IQA – Índice de qualidade da água, 302	Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, 99, 185, 241
ITERAL – Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas, 143, 258	OAC – Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica, 324
ITERPE – Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, 127, 191, 266	ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 18
JBIC – Japan Bank for International Cooperation, 123, 187, 272	OEA – Organização dos Estados Americanos, 155, 216, 273
JBRJ – Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 303	OGU – Orçamento Geral da União, 154, 197, 268, 275
	OMT – Organização Meteorológica Mundial, 123, 187, 272

PAA/AL – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas, 46	PRHSF – Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 309
PAC - FAPESB – Plano de Aceleração do Crescimento, 123	PROAP – Programa de Apoio à Produção dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf, 46
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, 272	PROATER – Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, 36
PAC -Plano de Aceleração do Crescimento, 187	PROATER-PE – Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar, 43
PAE- Sergipe – Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação, 50	PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, 304
PAE/BA – Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, 37	Prodetur-NE II – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste, 124, 213, 249
PAE-AL – Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, 47	PRSF – Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 20
PDITS – Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, 213	PZEE – Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, 3
PDR Sergipe – Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe, 50	RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, 101, 216
PERPART – Pernambuco Participações e Investimentos S/A, 127, 191, 266	SAD – Secretaria de Administração, 132, 214, 279
PGIRS – Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, 50	SAIC - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, 77
PLANAF – Planejamento Anual de Fiscalização, 304	SAMGe – Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão, 303
PLANESAN – Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, 133, 202, 267	SARA – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, 133, 202, 267
Plataforma ABC – Plataforma Multinstitucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito de Estufa na Agropecuária, 306	SBio – Secretaria de Biodiversidade, 304
PMGT – Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo, 38	SBIO/MMA – Secretaria da Biodiversidade, 70
PMSS – Programa de Modernização do setor do saneamento, 307	SDC – Secretaria de Desenvolvimento de Agropecuário e Cooperativismo, 301
PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 302	SDSCJ – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 134, 197, 253, 270, 275
PREMAR-II – Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias do Estado da Bahia, 38	SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 55

SEAF – Secretaria Executiva da Agricultura Familiar,
133, 202, 267

SEAGRI-DF – Secretaria de Estado da Agricultura,
Abastecimento e Desenvolvimento Rural do
Distrito Federal, 98, 177, 229

SECID – Secretaria das Cidades, 132, 214, 278

SECIMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente,
Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e
Assuntos Metropolitanos, 13

SECTMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio
Ambiente, 136, 176, 232

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura, 144

SECULT/PE – Secretaria de Cultura de Pernambuco,
141, 170

SEDETEC – Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Econômico e da Ciência e
Tecnologia, 155, 216, 273

SEDETUR – Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Econômico e Turismo, 142,
143, 249, 277

SEDR/MMA – Secretaria de Extrativismo e
Desenvolvimento Rural Sustentável, 307

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
124, 183, 242

SEGREH – Sistema Estadual de Gerenciamento de
Recursos Hídricos, 121, 179, 255

SEIDES – Secretaria de Estado da Inclusão,
Assistência e Desenvolvimento Social, 154, 197,
268, 275

SEINFRA – Secretaria de Estado da Infraestrutura,
142

SELAJ – Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e
Juventude, 144

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente, 13

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável (Minas Gerais e
Pernambuco), 13

SEMARG – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos, 13

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos, 13

SEMAS – Secretaria de Meio Ambiente e
Sustentabilidade, 137, 176, 232

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural,
153, 192, 270

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão de
Pernambuco, 132, 214, 279

SERGÁS – Sergipe Gás S.A., 151

SESAB – Secretaria Estadual da Saúde, 124, 206, 222,
242

SESANS – Sistema Estadual de Segurança Alimentar
e Nutricional Sustentável, 133, 202, 267

SETE – Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego,
144, 267

SETRAND – Secretaria de Estado de Transporte e
Desenvolvimento Urbano, 142

SETUR/DF – Secretaria de Turismo do Distrito
Federal, 101, 216

SETUR/PE – Secretaria de Turismo do Estado de
Pernambuco, 141, 216, 249

**SEUC – Sistema Estadual de Unidades de
Conservação da Natureza, 47**

SFB – Serviço Florestal Brasileiro, 16

SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da
Igualdade Racial, 301

Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional, 330

SISEMA – Sistema Estadual do Meio Ambiente, 123,
238

SLU – Serviço de Limpeza Urbana, 100, 185, 241

SMF – Secretaria de Mudança do Clima e Florestas,
306

SNIS – Sistema Nacional de informação sobre
saneamento, 302, 307

SPU – Secretaria do Patrimônio da União, 318

SRHQ/MMA – Secretaria de Recursos Hídricos e
Qualidade Ambiental do Ministério do Meio
Ambiente, 3

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento
do Centro-Oeste, 57, 237, 240, 246, 276

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento
Industrial e Comercial, 114, 211, 265

SUPPRI – Superintendência de Projetos Prioritários,
15

SUPRAM – Superintendências Regionais de Meio
Ambiente, 15

WWF – World Wildlife Fund, 123, 187, 272

ZAPE – Zoneamento Agroecológico do Estado de
Pernambuco, 44

ZEE – Zonamento Ecológico-Econômico, 1

Esta página foi deixada propositadamente em branco

I. Introdução

O presente relatório constitui o produto Ro8 – Relatório de plano de ação relativo à *Elaboração do Prognóstico e dos Subsídios à Implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF)* e consubstancia os resultados da Atividade 201 – Elaboração de plano de ação com vistas à implementação do MacroZEE da BHSF.

Esta atividade dá início à **etapa 3 – etapa de subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF** – da prestação de serviços.

A Atividade 201 tem por **objetivo**, tomando como referência as diretrizes pactuadas na proposta de gestão para a BHSF (Produto Ro7), elaborar um plano de ação, incluindo os seguintes elementos:

- Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF, considerando a necessidade de envolvimento dos diferentes níveis de governo e da sociedade civil.
- Políticas, planos, programas e projetos dos governos federal e estaduais que contribuem para viabilizar as diretrizes de ação definidas na proposta de gestão do MacroZEE da BHSF, identificando os órgãos responsáveis por tais ações e suas respectivas fontes de recursos;
- Proposta de estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos que contribuem para orientar o processo de ocupação e uso do território, notadamente, o licenciamento ambiental, a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, o Cadastro Ambiental Rural e os Programas de Regularização Ambiental, assim como outros instrumentos.
- Desenvolvimento de indicadores e de proposta de sistema de monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF, considerando tanto parâmetros de qualidade ambiental da BHSF quanto as diretrizes de ação definidas na proposta de gestão e no plano de ação;
- Recomendação da periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF.

Perante o exposto, o presente relatório encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Capítulo 1 – Introdução;
- Capítulo 2 – Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF;
- Capítulo 3 – Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes propostas;
- Capítulo 4 – Estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos;
- Capítulo 5 – Monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF;
- Capítulo 6 – Periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF;
- Capítulo 7 – Considerações finais;
- Capítulo 8 – Referências bibliográficas.

A seguir ao presente **Capítulo 1 – Introdução** – onde são apresentados os principais aspectos gerais que enquadram o documento, segue-se o **Capítulo 2 – Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF** –, onde se propõe o modelo de gestão para o MacroZEE da BHSF, incluindo as instâncias envolvidas, as suas atribuições e instituições responsáveis ou representadas.

O **Capítulo 3 – Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes propostas** – apresenta a identificação de políticas, planos, programas e projetos, os respectivos órgãos responsáveis e as fontes de recursos, que contribuirão para viabilizar as diretrizes de ação estabelecidas para a BHSF.

No **Capítulo 4 – Estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos** – é efetuada uma proposta de estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos que também orientam o processo de ocupação e uso do território.

No **Capítulo 5 – Monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF** – é proposto o sistema de monitoramento e avaliação do MacroZEE da BHSF, assim como o conjunto de indicadores que permitirá a avaliação da qualidade ambiental da BHSF e a execução das diretrizes de ação estabelecidas na proposta de gestão.

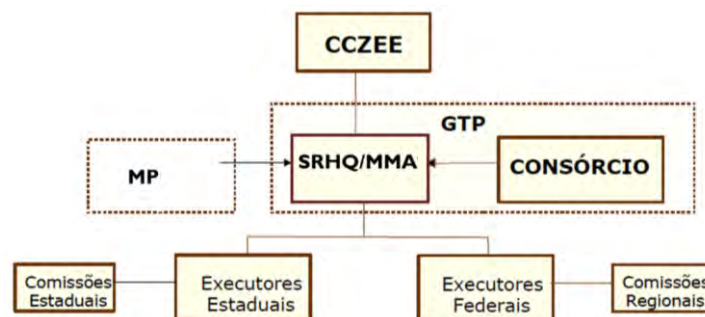
Seguidamente, o **Capítulo 6 – Periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF**, propõe o prazo para a revisão e atualização do MacroZEE.

Por fim, no **Capítulo 7 – Considerações finais** – é apresentado um balanço da atividade que deu origem ao presente produto, bem como são abordados os próximos passos da prestação de serviços.

2. Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF

Para a implementação do MacroZEE da BHSF é necessária uma base institucional que proporcione suporte técnico, político e administrativo e que garanta a sua efetiva coordenação e execução, envolvendo os diferentes níveis de governo e da sociedade civil.

O Ministério do Meio Ambiente estabelece o **modelo institucional de articulação do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE)** desde o nível federal até aos níveis estadual e regional (Figura 1), definindo como atividades do modelo institucional a coordenação e a execução (MMA, 2006).



Fonte: Adaptado de MMA, 2006

Legenda: CCZEE – Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional; GTP – Grupo de Trabalho Permanente; SRHQ/MMA – Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; CONSÓRCIO – Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil; MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Figura 1 – Arranjo institucional do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE)

O Decreto s/n de 28 de dezembro de 2001 define as atribuições, no Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE) e do Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (Consórcio ZEE Brasil) (Quadro 1).

O papel de coordenador do acompanhamento do PZEE cabe à CCZEE, sendo o MMA o coordenador do colegiado e da sua secretaria executiva. O Consórcio ZEE Brasil tem principalmente caráter consultivo/técnico, visando apoiar as atividades políticas estabelecidas e monitoradas pela CCZEE, sendo também coordenado pelo MMA.

Quadro 1 – Atribuições do MMA, da CCZEE e do Consórcio ZEE Brasil no PZEE

Entidade	Atribuições	Representantes
MMA	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar os trabalhos da CCZEE • Coordenar os trabalhos do Consórcio ZEE Brasil • Exercer as atividades de zoneamento ecológico-econômico em conjunto com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Integração Nacional 	-
CCZEE	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos de zoneamento ecológico-econômico • Articular com os Estados, apoiando-os na execução dos seus respectivos trabalhos de zoneamento ecológico-econômico, compatibilizando seus trabalhos com aqueles executados pelo Governo Federal • Aprovar as programações e aplicações anuais de recursos referentes às dotações previstas nos planos plurianuais e às consignadas nas leis orçamentárias para o zoneamento ecológico-econômico, a fim de compatibilizar a execução e os resultados dos correspondentes trabalhos de execução das atividades de zoneamento ecológico-econômico • Analisar e aprovar as propostas de ampliação ou de redução de dotações relacionadas ao zoneamento ecológico-econômico • Analisar e aprovar as diretrizes para negociações e entendimentos com órgãos e entidades nacionais ou estrangeiras, objetivando a obtenção de financiamentos para o zoneamento ecológico-econômico 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente (papel coordenador e de secretaria executiva) • Ministério da Justiça • Ministério da Defesa • Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento • Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços • Ministério de Minas e Energia • Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil • Ministério das Cidades • Ministério do Desenvolvimento Social • Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento • Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão • Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações • Ministério da Integração Nacional

Entidade	Atribuições	Representantes
Consórcio ZEE Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Executar trabalhos de zoneamento ecológico-econômico a cargo do governo federal • Servir como órgão de assessoria técnica à Comissão Coordenadora • Elaborar a linha metodológica do zoneamento ecológico-econômico do país em plano nacional • Elaborar as linhas metodológicas para o zoneamento ecológico-econômico em nível nacional, levando em consideração todos os indicadores, tais como biomas, bacias hidrográficas e eixos nacionais de integração e desenvolvimento • Orientar a elaboração do termo de referência do zoneamento ecológico-econômico em nível nacional • Coordenar o intercâmbio técnico e metodológico junto aos Estados, com vistas à elaboração e acompanhamento dos seus respectivos zoneamentos ecológico-econômico • Prestar assessoria técnica aos Estados da Federação 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente (papel coordenador) • Ministério da Integração Nacional • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA • Serviço Geológico do Brasil – CPRM • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE • Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA • Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA • Agência Nacional de Águas - ANA • Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Fonte: Adaptado do Decreto s/n de 28 de dezembro de 2001 e da Portaria n.º 107/2017, de 22 de fevereiro

Do ponto de vista da coordenação, o MMA (2006) considera fundamental a constituição de uma unidade gestora do PZEE que operacionalize as decisões sobre os recursos técnicos e financeiros e viabilize a coordenação da execução das atividades.

No nível federal esta função é garantida pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE) e no nível regional, como é o caso do MacroZEE da BHSF, deve ser constituída ou mobilizada a Comissão Regional de ZEE (CRZEE). Esta Comissão Coordenadora deve ser criada por Decreto Federal e, no caso de ZEE de Bacia Hidrográfica, pode estar vinculada ao comitê de bacia hidrográfica (MMA, 2006).

As comissões devem ter ampla participação e representatividade dos segmentos públicos e sociais existentes na área do zoneamento, tendo como papel principal (MMA, 2006):

- Acompanhar e avaliar os trabalhos de ZEE desenvolvidos pelos executores;
- Buscar apoio técnico e financeiro;
- Compatibilização dos trabalhos com as diretrizes estabelecidas para a União.

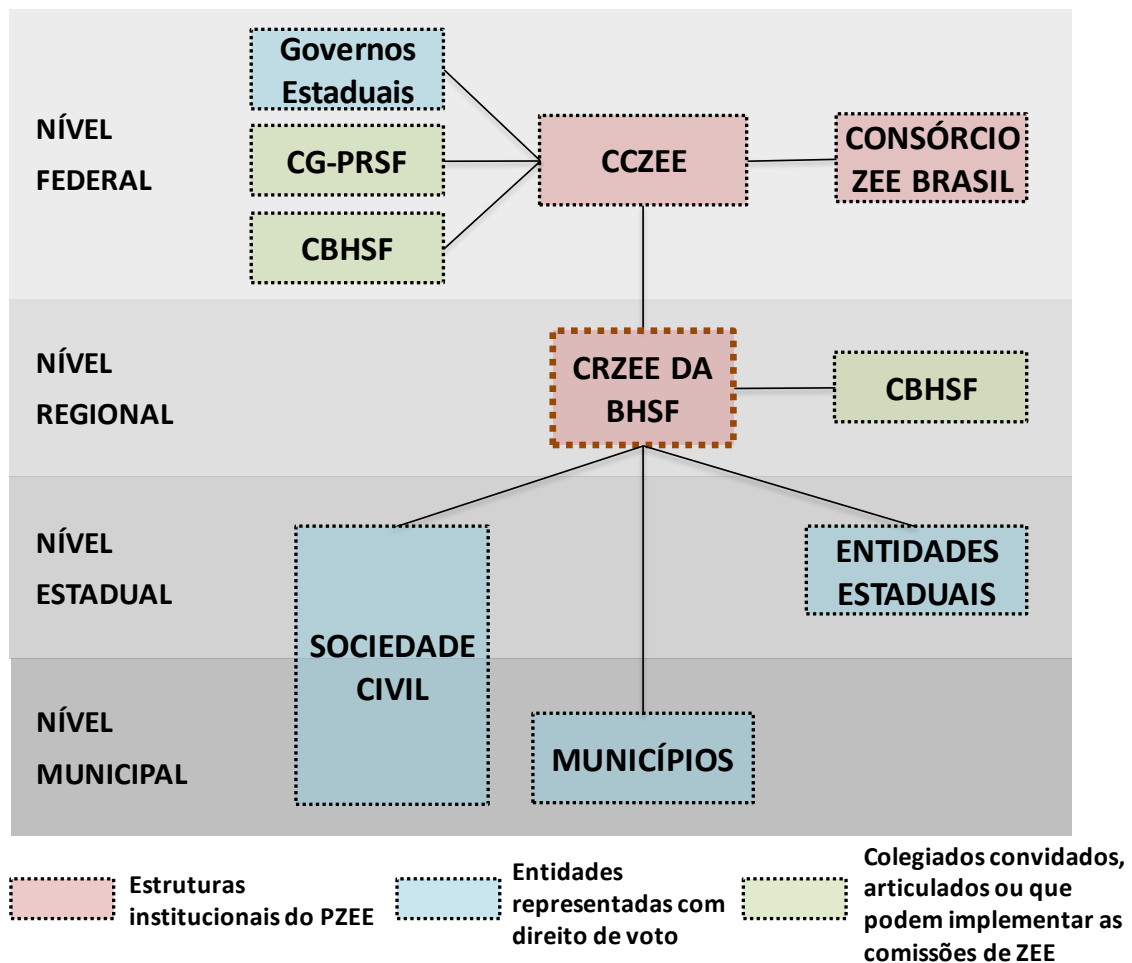
No que diz respeito à **execução**, o Consórcio ZEE Brasil foi criado com o objetivo de executar o ZEE sob a coordenação do MMA. Tem ainda como objetivo apoiar os demais executores regionais, estaduais e municipais nos seus respectivos projetos e poderá, quando solicitado, exercer funções de assessoria ao planejamento e acompanhamento do ZEE nas regiões e Estados (MMA, 2006).

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) é o órgão da Administração Federal responsável pela formulação do planejamento estratégico nacional e pela elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional. É quem faz a elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais, além de viabilizar novas fontes de recursos para os planos de governo (MP - Ministério do Planejamento, 2018).

O Programa ZEE Brasil insere-se, no contexto do atual Plano Plurianual 2016/2019 (Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016), no escopo do Programa 2029, intitulado "Desenvolvimento Regional e Territorial", composto por oito objetivos, dentre os quais o de promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro tomando como base o princípio da sustentabilidade (MMA, 2018c).

O MMA, por intermédio de sua SRHQ, é responsável pela ação 20VT que se encontra atualmente vinculada a um objetivo coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) no âmbito do Programa 2029, havendo outros ministérios que também possuem ações vinculadas ao mesmo objetivo e que possuem sinergia ao instrumento visando o atingimento da referida meta.

Para o MacroZEE da BHSF, o **arranjo institucional de gestão** reflete a complexidade dos atores com atuação na BHSF e é proposto na Figura 2.



Legenda: CCZEE – Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico; CRZEE da BHSF – Comissão Regional do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do São Francisco ; CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco ; CG-PRSF – Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

Figura 2 – Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF

Ao nível federal atuam a CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil, tal como definido no arranjo institucional do PZEE (Figura 1).

No regimento interno da CCZEE (Portaria n.º 107/2007, de 22 de fevereiro) está prevista a possibilidade de serem convidados para participar nas reuniões representantes de outros órgãos da administração federal, estadual e municipal, de entidades privadas e organizações não governamentais, bem como especialistas em assuntos ligados à sua área de competência, cuja presença seja necessária.

No caso dos governos estaduais, estes integram a CCZEE na condição de membros, quando áreas dos seus respectivos territórios forem objeto de zoneamento. Assim, quando se trate do MacroZEE da BHSF devem ser convidados os governadores ou outros representantes de cada estado onde se localiza a BHSF.

Outros representantes convidados para integrar ou participar nas reuniões ou dos trabalhos da CCZEE, de entidades governamentais ou de outras instituições, não têm direito de voto. Nestas condições, em reuniões onde seja tratado o MacroZEE da BHSF podem ser convidados os presidentes da CG-PRSF (dirigente da Casa Civil da Presidência da República) e do CBHSF (presidente eleito).

No nível regional atua a Comissão Regional do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CRZEE da BHSF), que poderá ser criada como um novo colegiado ou ser articulada/implementada junto aos colegiados existentes, nomeadamente ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF).

Compete à CRZEE acompanhar e avaliar os resultados e produtos provenientes dos órgãos executores nas Regiões (MMA, 2006).

Ao nível estadual atuam a sociedade civil e as entidades estaduais e, ao nível municipal, a primeira, em conjunto com os municípios, que deverão estar representados na CRZEE da BHSF. A CRZEE da BHSF deverá ter as competências de gestão e coordenação, incluindo:

Competências da CRZEE da BHSF - coordenação e gestão

- Coordenar a implementação do MacroZEE da BHSF
- Definir as estratégias e formular políticas públicas para efetivação das diretrizes do MacroZEE da BHSF
- Considerar o MacroZEE da BHSF no planejamento orçamentário
- Deliberar sobre conflitos no âmbito do MacroZEE da BHSF
- Monitorar o processo de implementação do MacroZEE da BHSF
- Manter o Banco de Dados do MacroZEE da BHSF
- Desenvolver relatório de execução do MacroZEE da BHSF
- Apreciar e aprovar os relatórios de execução do MacroZEE da BHSF
- Calibrar e revisar o MacroZEE da BHSF
- Aprovar os relatórios de execução do MacroZEE da BHSF

Figura 3 – Competências da CRZEE da BHSF

Para que sejam garantidas as funções **atribuídas à CRZEE da BHSF**, propõe-se o **modelo de gestão do MacroZEE da BHSF** apresentado na Figura 4.

O modelo de gestão é composto pelas seguintes instâncias:

- Gestão e coordenação – CRZEE da BHSF, composta por:
 - I – Plenário;
 - II – Diretoria Colegiada;
 - III – Diretoria Executiva;
 - IV – Câmaras Consultivas Regionais;
 - V – Câmaras Técnicas.
- Execução e implementação – responsabilidade das autoridades ambientais e de instrumentos operacionais e setoriais já estabelecidos.

No Quadro 2 apresentam-se as instâncias do modelo de gestão, bem como as suas atribuições e proposta de instituições representadas/responsáveis. No Quadro 3 apresentam-se os aspectos que deverão ser tratados por cada Câmara Técnica da CRZEE e no Quadro 4 os instrumentos operacionais e setoriais já estabelecidos nas Secretarias e Órgãos Estaduais, que contribuem para a implementação do MacroZEE da BHSF.

Através do modelo de gestão proposto ficam garantidos a abrangência espacial de todo o território da BHSF, o comprometimento de grande parte dos atores com atuação na BHSF, a participação da sociedade civil e a possibilidade de parcerias entre os representantes das diversas instâncias. Fica também estabelecida uma base conceptual que possibilitará a discussão em torno da implementação da CRZEE da BHSF e das instituições que a podem compor.

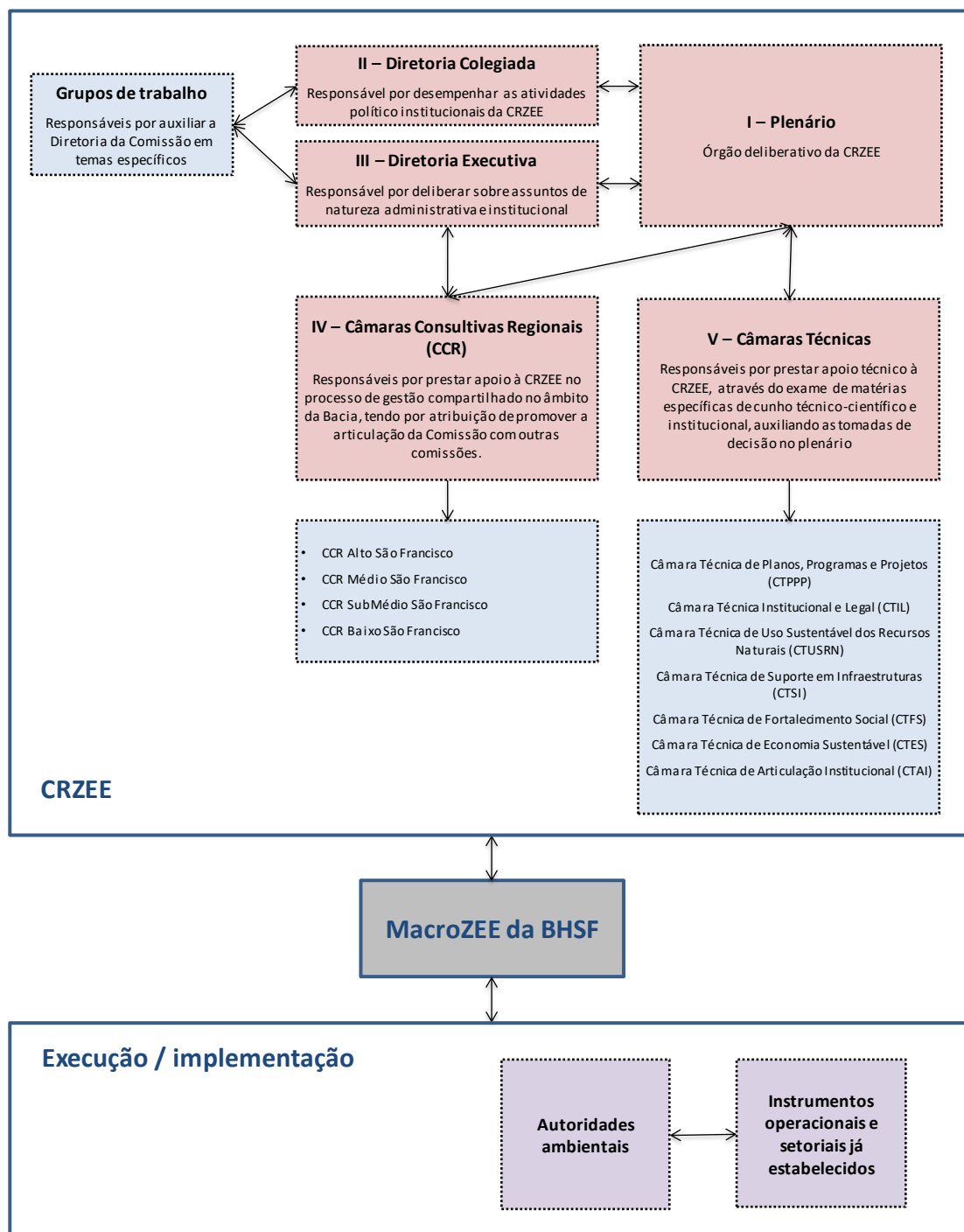


Figura 4 – Proposta de modelo de gestão do MacroZEE da BHSF

Quadro 2 – Modelo de gestão do MacroZEE da BHSF – instâncias, atribuições e instituições responsáveis/representadas

Instância	Atribuições	Instituições responsáveis/representadas
Gestão e coordenação – CRZEE da BHSF	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a implementação do MacroZEE da BHSF • Definir as estratégias e formular políticas públicas para efetivação das diretrizes do MacroZEE da BHSF • Considerar o MacroZEE da BHSF no planejamento orçamentário • Deliberar sobre conflitos no âmbito do MacroZEE da BHSF • Apreçar e aprovar os relatórios de execução do MacroZEE da BHSF • Monitorar o processo de implementação do MacroZEE da BHSF • Manter o Banco de Dados do MacroZEE da BHSF • Desenvolver relatório de execução do MacroZEE da BHSF • Calibrar e revisar o MacroZEE da BHSF • Aprovar os relatórios de execução do MacroZEE da BHSF 	<p><u>União</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • CCZEE • Consórcio ZEE Brasil • MMA • Ministério da Integração Nacional (MI) • Ministério de Minas e Energia (MME) • Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) • Fundação Nacional do Índio (FUNAI) <p><u>Estados / Distrito Federal</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Secretarias do Meio Ambiente • Secretarias de economia/desenvolvimento econômico • Secretarias de agricultura / desenvolvimento rural: <p><u>Municípios</u> – um município representante de cada Estado</p> <p><u>Câmaras Consultivas Regionais</u> – Instituições que as compõem</p> <p><u>Câmaras Técnicas</u> – Instituições que as compõem</p> <p>Erro! A origem da referência não foi encontrada.</p>

Instância	Atribuições	Instituições responsáveis/representadas
<p>Execução e implementação –</p> <p>Autoridades ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Motivar, promover e orientar ações que levem ao alcance dos objetivos propostos pelo MacroZEE da BHSF • Implementar o Plano de Ação do MacroZEE da BHSF • Dar conhecimento à CRZEE sobre o andamento do MacroZEE da BHSF 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Alagoas – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARG) ○ Bahia – Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) ○ Distrito Federal – Secretaria do Meio Ambiente ○ Goiás – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) ○ Minas Gerais – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) ○ Pernambuco – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) ○ Sergipe — Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH)

Quadro 3 – Aspectos a tratar por cada Câmara Técnica da CRZEE e entidades propostas

Câmara Técnica	Aspectos a tratar
Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos	<ul style="list-style-type: none"> Planos, programas e projetos a implementar para a concretização do MacroZEE da BHSF
Câmara Técnica Institucional e Legal	<ul style="list-style-type: none"> Questões relacionadas com as políticas públicas e instrumentos de planeamento voltados à institucionalização do MacroZEE da BHSF, incluindo a sua divulgação e educação ambiental Atualizar anualmente os normativos (leis e decretos) identificados no MacroZEE da BHSF que estabelecem políticas e planos
Câmara Técnica de Uso Sustentável dos Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio, recursos naturais, recursos hídricos, revitalização ambiental, preservação e conservação do ambiente
Câmara Técnica de Suporte em Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento, saneamento, resíduos, transportes e energia
Câmara Técnica de Fortalecimento Social	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos sociais, desenvolvimento, justiça social e sustentabilidade
Câmara Técnica de Economia Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos relacionados às atividades econômicas
Câmara Técnica de Articulação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> Atuar em estreita articulação com as entidades estaduais responsáveis pela implementação de ZEE e com as Câmaras Consultivas Regionais

Quadro 4 – Instrumentos operacionais e setoriais já estabelecidos nas Secretarias e Órgãos Estaduais, que contribuem para a implementação do MacroZEE da BHSF – instrumentos e entidades responsáveis

Instrumento	Entidades responsáveis
Licenciamento ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Nível federal – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) • Alagoas – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA) • Bahia – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) • Distrito Federal – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) • Goiás – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos • Minas Gerais – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) (Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAM) ; Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI) ; Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)). • Pernambuco – Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) • Sergipe – Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) • Municípios que fazem licenciamento ambiental
Outorga de direitos de recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Nível federal – Agência Nacional de Águas (ANA) • Alagoas – Alagoas – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARG) • Bahia – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) • Distrito Federal – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) • Goiás – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) • Minas Gerais – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) • Pernambuco – Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) APAC • Sergipe – Superintendência de Recursos Hídricos da SEMARH (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos)

Instrumento	Entidades responsáveis
Programas de regularização ambiental – Cadastro Ambiental Rural (CAR)	<ul style="list-style-type: none"> • Nível federal – Serviço Florestal Brasileiro (SFB) • Alagoas – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA) • Bahia – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) • Distrito Federal – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM) • Goiás – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) • Minas Gerais – Secretaria Estadual de Meio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Instituto Estadual de Florestas (IEF) • Pernambuco – Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) • Sergipe – Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA)

Esta página foi deixada propositadamente em branco

3. Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes propostas

3.1. Identificação de políticas, planos, programas e projetos

As políticas, planos e programas que se refletem nas dinâmicas territoriais instaladas na BHSF foram identificados no Relatório de análise estratégica para cenários prospectivos (Produto Ro1). Posteriormente, no Relatório de consolidação dos cenários prospectivos (Produto Ro4), as principais políticas, planos e programas com interface na BHSF foram retomadas, por serem ilustrativos do modo como os instrumentos de política poderão influenciar as dinâmicas territoriais por via da atuação sobre os fatores endógenos (elementos que resultam da ação desenvolvida no próprio território e que podem ser total ou parcialmente controláveis pelos agentes pela sua ação direta ou indireta).

Os instrumentos identificados nas anteriores etapas do trabalho foram atualizados e completados no presente plano de ação, de forma a abranger as possibilidades de viabilização das diretrizes gerais e específicas definidas na proposta de gestão para a BHSF, sendo apresentados nos quadros seguintes.

Quadro 5 – Políticas públicas Federais que poderão contribuir para viabilizar as diretrizes propostas; planos e programas relacionados

Política	Planos e programas
<p>“O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública (...). Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. O PPA define as políticas públicas do Governo Federal (...)” (MP, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Plurianual 2016-2019, incluindo <ul style="list-style-type: none"> ○ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ○ Programas Temáticos, como <ul style="list-style-type: none"> Programa 2012 – Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação Programa 2027 – Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento Programa 2028 – Defesa Agropecuária Programa 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial Programa 2033 – Energia Elétrica Programa 2041 – Geologia, Mineração e

Política	Planos e programas
	<p>Transformação Mineral</p> <p>Programa 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária</p> <p>Programa 2050 – Mudança do Clima</p> <p>Programa 2052 – Pesca e Aquicultura</p> <p>Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</p> <p>Programa 2066 – Reforma Agrária e Governança Fundiária</p> <p>Programa 2068 – Saneamento Básico</p> <p>Programa 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>Programa 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo</p> <p>Programa 2077 – Agropecuária sustentável</p> <p>Programa 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade</p> <p>Programa 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços</p> <p>Programa 2083 – Qualidade Ambiental</p> <p>Programa 2084 – Recursos Hídricos</p> <p>Programa 2086 – Transporte Aquaviário</p> <p>Programa 2087 – Transporte Terrestre</p>
<p>Estratégia ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)</p> <p>Agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de ação 2017/2019
<p>Política Agrícola</p> <p>(Lei n.º 8.171/1991, de 17 de janeiro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Agrícola e Pecuário / Plano Safra (PAP 2018/19)

Política	Planos e programas
Política Nacional de Irrigação (Lei n.º 12.787/2013, de 11 de janeiro, alterada pela Lei n.º 13.702, de 6 de agosto de 2018)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada
Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Diretrizes para a sua formulação dadas pela Lei n.º 11.326/2006, de 24 de julho; Regulamentação pelo Decreto n.º 9.064/2017, de 31 de maio)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) <ul style="list-style-type: none"> ○ Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) • Plano Safra da Agricultura Familiar – 2017-2020 <ul style="list-style-type: none"> ○ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto n.º 6.040/2007, de 7 de fevereiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS) • Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) <ul style="list-style-type: none"> ○ Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) • (Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011) <ul style="list-style-type: none"> ○ Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ○ Programa de Aquisição de Alimentos – PAA • Arranjos Produtivos Locais (APL)
Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto n.º 7.747/2012, de 5 de junho)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Integrado de Implementação da PNGATI • Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) • Regularização de Territórios Quilombolas
Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981, de 31 de agosto)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR) • Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) • Programa de Conversão de Multas

Política	Planos e programas
<p>Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997, de 8 de janeiro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) • Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) • Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” • Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA • Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES • Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) • Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) • Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) • Plano Nascente São Francisco: Plano de Preservação e Recuperação de Nascentes da Bacia do rio São Francisco • Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO
<p>Conservação da Natureza e Política Nacional da Biodiversidade (Lei n.º 9.985/2000, de 18 de julho) (Decreto Legislativo n.º 2/1994, de 3 de fevereiro) (Decreto n.º 2.519/1998, de 16 de março) (Decreto n.º 4.339/2002, de 22 de agosto) (Decreto n.º 5.758/2006, de 13 de abril) (Portaria n.º 229, de 23 de junho de 2017) (Portaria n.º 75, de 26 de março de 2018)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Manejo (das Unidades de Conservação) • Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) • Programa Nacional de Conectividade de Paisagens – CONECTA

Política	Planos e programas
<p>Proteção da Vegetação Nativa / “Novo Código Florestal” (Lei n.º 12.651/2012, de 25 de maio) (Lei n.º 11.428/2006, de 22 de dezembro – proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de Regularização Ambiental (PRAs) • Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial • Planos de manejo de Reserva Legal • Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) • Planos de Suprimento Sustentável (PSS) • Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) • Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO) • Programa Nacional de Florestas (PNF)
<p>Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Lei n.º 8.972/2017, de 23 de janeiro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)
<p>Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n.º 12.187/2009, de 29 de dezembro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional sobre Mudança do Clima • Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020) • Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020
<p>Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (Lei n.º 13.153/2015, de 15 de junho)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) • Programa Água Doce (PAD)

Política	Planos e programas
Política Energética Nacional (Lei n.º 9.478/1997, de 6 de agosto) (Lei n.º 11.909/2009, de 4 de março – Lei do Gás Natural)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Energia (PNE 2030; PNE 2050 em elaboração) • Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026) • Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário 2022 • Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS” (prorrogado até 2022 pelo Decreto n.º 9357/2018, de 27 de abril)
Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007, de 5 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Saneamento Básico • Programa Avançar Cidades – Saneamento
Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010, de 2 de agosto)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Resíduos Sólidos
Política Nacional de Transportes (Regulamentada pela Portaria n.º 235/2018, de 28 de março)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT 2007-2023) • Plano Hidroviário Estratégico (PHE; 2013) • Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH; 2013) • Programa de Investimentos em Logística (PIL 2015-2018) • Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI 2015-2035) • Plano Nacional de Logística (PNL) (horizonte 2025)
Política Nacional de Turismo (Lei n.º 11.771/2008, de 17 de setembro) Política Nacional de Qualificação no Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022) • Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR + Turismo)

Política	Planos e programas
Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Decreto-Lei n.º 25/1937, de 30 de novembro)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) • Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) • Inventário do Patrimônio Cultural da Bacia do Rio São Francisco
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Decreto n.º 6.047/2007, de 22 de fevereiro)	<ul style="list-style-type: none"> • (Escala macrorregional) Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE • (Escala mesorregional) Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005)
Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9795/1999 de 27 de abril)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA • Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores

Quadro 6 – Políticas públicas estaduais e do Distrito Federal que poderão contribuir para viabilizar as diretrizes propostas; planos e programas relacionados

UF	Política	Planos e programas
Minas Gerais	<p>“O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública (...). Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas (...) para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.” (MP, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2016-2019 ○ Programa 012 – Ensino Técnico para o Agronegócio ○ Programa 025 – Geração de conhecimento e de Tecnologia Agropecuária ○ Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa ○ Programa 062 – Infraestrutura rural ○ Programa 064 – Barragens de minas ○ Programa 068 – Assistência técnica e extensão rural para o estado de minas gerais ○ Programa 120 – Gestão e desenvolvimento sustentável de recursos hídricos ○ Programa 122 – Água para todos – universalização do acesso e uso da água ○ Programa 143 – Proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna, e a biodiversidade florestal ○ Programa 145 – Saneamento é vida ○ Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste ○ Programa 191 – Melhoria da qualidade ambiental ○ Programa 206 – Cultivando água boa
	<p>“Inovação da Constituição mineira que estabelece um plano estratégico de longo prazo para o Estado.” (ALMG, 2018)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027

UF	Política	Planos e programas
Minas Gerais	Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola (Lei n.º 11.405/1994, de 28 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais • Programa Minas Pecuária • Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem
	Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (Lei n.º 21.156/2014, de 17 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – Pledraf
	Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Lei n.º 16.296/2006, de 1 de agosto)	-
	Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAAFamiliar (Lei n.º 20.608/2013, de 7 de janeiro)	-
	Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Lei n.º 15.982/2006, de 19 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans
	Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (Lei n.º 21.147/2014, de 14 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • PMDI • PPAG
	Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores (Lei n.º 22381/2016, de 5 de dezembro)	-
	Meio ambiente (Lei n.º 21.972/2016, de 21 de janeiro – Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Minas Sustentável – PMS

UF	Política	Planos e programas
Minas Gerais	Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei n.º 13.199/1999, de 29 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Recursos Hídricos • Plano Diretor de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica • Programa Estadual de Conservação de Água
	Proteção da qualidade do solo e gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por substâncias químicas (Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH n.º 02/2010, de 08 de setembro)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Estadual de Gestão de Áreas Contaminadas
	Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado (Lei n.º 20.922/2013, de 16 de outubro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Criação e Implantação de Unidades de Conservação • Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade • Planos de manejo das Unidades de Conservação • Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial • Plano de manejo florestal sustentável • Plano de Suprimento Sustentável – PSS • Planos de contingência para o combate aos incêndios florestais
	Política de Proteção à Fauna e à Flora Aquáticas e de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura no Estado (Lei n.º 14.181/2002, de 17 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros • Planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura
	Energia; Política Estadual de incentivo ao uso da energia solar (Decreto n.º 43.483, de 24 de julho de 2003; Lei n.º 20.849/2013, de 8 de agosto)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais – PEMC 2020-2030 • Programa Mineiro de Energia Renovável – Energias de Minas

UF	Política	Planos e programas
Minas Gerais	Combate às mudanças climáticas e gestão de emissões de gases de efeito estufa (Decreto n.º 45.229/2009, de 3 de dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> Programa “Registro Público Voluntário das Emissões Anuais de Gases de Efeito Estufa de Empreendimentos no Estado” Plano de Controle da Poluição por Veículos em Uso – PCPV
	Combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais – PAE/MG
	Política Estadual de Saneamento Básico (Lei n.º 11.720/1994, de 28 de dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico – PESB
	Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei n.º 18.031/2009, de 12 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
	Política Estadual de Turismo; Política Estadual de Desenvolvimento do Ecoturismo (Lei n.º 22765/2017, de 20 de dezembro; Lei n.º 14.368/2002, de 19 de junho)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Turismo Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS
	Política Cultural do Estado de Minas Gerais (Lei n.º 11.726/1994, de 30 de dezembro; Lei n.º 22627/2017, de 31 de julho)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais 2017-2026 Programa Pontos de Cultura Programas de educação patrimonial
	Educação ambiental (Deliberação Normativa COPAM n.º 214/2017, de 26 de abril)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado

UF	Política	Planos e programas
Distrito Federal	<p>“O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública (...). Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas (...) para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.” (MP, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Plurianual do Distrito Federal– PPA 2016-2019 ○ Programa temático 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável ○ Programa temático 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental ○ Programa temático 6208 - Território da Gente ○ Programa temático 6207 - Brasília Competitiva ○ Programa temático 6211 - Direitos Humanos e Cidadania ○ Programa temático 6219 - Capital Cultural
	<p>Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap (Lei n.º 5.803, de 11 de janeiro de 2017)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal • Programa de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Distrito Federal • Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural • Programa de Aquisição de Alimentos • Programa de Aquisição da Produção da Agricultura
	<p>Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO (Lei n.º 5.801, de 10 de janeiro de 2017)</p>	-
	<p>Diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal (Lei n.º 4.772, de 24 de fevereiro de 2012)</p>	-
	<p>Política de Segurança Alimentar e Defesa do Consumidor (Lei n.º 3.776, de 27 de janeiro de 2006)</p>	-

UF	Política	Planos e programas
Distrito Federal	Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008)	-
	Política Distrital de Fomento à Economia Popular e Solidária (Lei n.º 4899, de 08 de agosto de 2012)	-
	Política de Irrigação e Drenagem (Lei n.º 3.693/ 2005, de 8 de novembro de 2005)	-
	Política Ambiental do Distrito Federal (Lei nº 41 de 13 de setembro de 1989, alterada pela Lei n.º 5.939, de 28 de julho de 2017)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal – Recupera Cerrado
	Política Distrital de preservação do meio ambiente e de combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas Energia (Lei nº 5.824/2017, de 11 de janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Brasília Solar
	Política de Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídrico do Distrito Federal (Lei n.º 2.725, de 13 de junho de 2001)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal
	Política de Incentivo ao Reaproveitamento da Água da Chuva no Distrito Federal (Lei n.º 6065, de 09 de janeiro de 2018)	-

UF	Política	Planos e programas
Distrito Federal	Preservação da diversidade genética (Lei n.º 1248, de 6 de novembro de 1996)	-
	Preservação da fauna e da flora nativas e das espécies animais e vegetais socioeconomicamente importantes e adaptadas às condições ecológicas (Lei n.º 1298, de 16 de dezembro de 1996)	-
	Política Florestal do Distrito Federal (Lei n.º 3.031, de 18 de julho de 2002)	-
	Política de Incentivo à Geração de Energia Limpa em prédios residenciais ou não (Lei n.º 6043, de 22 de dezembro de 2017)	-
	Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Distrital de Saneamento Básico
	Política Distrital de Resíduos Sólidos (Lei n.º 5418, de 27 de novembro de 2014)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos • Programa Brasília Limpa
	Mobilidade (Lei n.º 4.566, de 4 de maio de 2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito (PDTU/DF) • Circula Brasília - Programa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal
	Política de mobilidade urbana cicloviária de incentivo ao uso da bicicleta (Lei n.º 3885, de 7 de julho de 2006)	-
	Política de turismo do Distrito Federal (Lei n.º 4.883, de 11 de julho de 2012)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)

UF	Política	Planos e programas
Distrito Federal	Política Distrital Cultura Viva (Portaria n.º 109, de 25 de abril de 2018)	-
	Política de Educação Ambiental do Distrito Federal (Lei Nº 3.833, de 27 de março de 2006)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal
Goiás	<p>“O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública (...). Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas (...) para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.” (MP, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Plurianual de Goiás – PPA 2016-2019 <ul style="list-style-type: none"> ○ I013 - Programa Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura Goiana ○ I020 - Programa Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial ○ I037 - Programa Desenvolvimento da Agropecuária ○ I038 - Programa Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Mineral ○ I040 - Programa Desenvolvimento Regional ○ I044 - Programa Gestão e Proteção de Recursos Naturais ○ ○ I045 - Programa Infraestrutura de Transportes e Mobilidade Urbana ○ I046 - Programa Garantia de Energia ○ I047 - Programa Habitação Popular ○ I048 - Programa Saneamento Básico ○ I061 - Programa Trânsito Consciente e Responsável ○ I062 - Programa Defesa e Vigilância Agropecuária ○ I063 - Programa Desenvolvimento Turístico ○ I066 - Programa Aeroportuário ○ I068 - Programa Rodovia ○ I069 – Programa Rodovia Urbano

UF	Política	Planos e programas
Goiás	<p>“Em harmonia com a União e os Municípios, estruturar e aprimorar uma sociedade justa, livre e pluralista, promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”</p> <p>(SPEG, 2011)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano Goiás 2030 (GO)
	<p>Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana</p> <p>(Lei nº 16.476, de 10 de fevereiro de 2009)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
	<p>Política Estadual de Agricultura Irrigada</p> <p>(Lei nº 18.995, de 03 de setembro de 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Agricultura Irrigada/Plano Diretor de Irrigação
	<p>Diretrizes para a Política Estadual de Agricultura Familiar</p> <p>(Lei nº 19.998, de 22 de janeiro de 2018)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Agricultura Familiar
	<p>Comunidades tradicionais</p> <p>(Lei nº 16.230, de 08 de abril de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 6.768 de 29 de julho de 2008)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Programa Habitacional para Comunidades Tradicionais
	<p>Meio ambiente – Conselho Estadual do Meio Ambiente</p> <p>(Decreto nº 8.450, de 11 de setembro de 2015)</p>	-
	<p>Política Estadual de Recursos Hídricos</p> <p>(Lei nº 9.433/1997, de 8 de janeiro)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos Programa Água e Energia

UF	Política	Planos e programas
Goiás	Proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás (Lei nº 14.241, de 29 de julho de 2002)	-
	Política florestal (Lei nº 16.574 de 16 de junho de 2009, que altera a Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Manejo Florestal Sustentável
	Pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática (Lei nº 13.025, de 13 de janeiro de 1997)	-
	Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (Lei nº 16.497, de 10 de fevereiro de 2009)	<ul style="list-style-type: none"> Plano/Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC-GO
	Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação (Lei nº 16.316/2008, de 26 de agosto)	-
	Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar (Lei nº 16.488, de 10 de fevereiro de 2009)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Goiás Solar
	Política Estadual para manutenção, melhoria e ampliação da distribuição de energia elétrica (Lei nº 19.473, de 3 de novembro de 2016)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água e Energia

UF	Política	Planos e programas
Goiás	Política Estadual de Saneamento Básico (Lei nº 19.453/2016, de 16 de setembro)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico
	Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei nº 14.248, de 29 de julho de 2002)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás
	Agência Goiana de Transportes e obras (Decreto nº 8.483, de 20 de novembro de 2015)	-
	Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável no Estado de Goiás (Lei nº 14.769, de 12 de maio de 2004)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Turismo
	Proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual (Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980)	-

UF	Política	Planos e programas
Goiás	<p>“Desenvolvimento Regional é um programa de incremento, polarizador de produção, integração e negociação entre municípios para a atração de novos investimentos com a melhoria da qualidade das redes de infraestrutura e serviços, orientador dos investimentos privados, estruturação de polos regionais e áreas de influência visando a distribuição equilibrada de benefícios socioeconômicos entre os municípios.” (SED, 2018)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Regional: <ul style="list-style-type: none"> 2210 - Implantação e melhoria da infraestrutura urbana social e turística 2211 - Obras e serviços de infraestrutura orientadas para o desenvolvimento econômico 2212 - Obras e serviços de infraestrutura, urbanização e melhoria dos distritos industriais.
	<p>Política Estadual de Educação Ambiental</p> <p>(Decreto nº 6.375, de 16 de fevereiro de 2006)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Programa Goiano de Educação Ambiental

UF	Política	Planos e programas
Bahia	<p>“O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública (...). Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas (...) para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.” (MP, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Plurianual da Bahia – PPA 2016-2019 ○ Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento ○ Programa Cultura e Identidades ○ Programa Desenvolvimento Produtivo ○ Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento ○ Programa Desenvolvimento Rural Sustentável ○ Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade ○ Programa Desenvolvimento Urbano ○ Programa Turismo ○ Programa Água para Todos ○ Programa Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais ○ Programa Vida Melhor ○ Programa Gestão Participativa
	Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Agrícola e Pecuário
	<p>Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar</p> <p>(Lei n.º 13.272 de 23 de dezembro de 2011)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – PROATER
	<p>Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais</p> <p>(Decreto n.º 15.634, de 6 de novembro de 2014)</p>	-

UF	Política	Planos e programas
Bahia	Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade (Lei n.º 10.431/2006, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 12.377 de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 14.024/2012, de 6 de junho de 2012)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Meio Ambiente • Plano Estadual de Proteção da Biodiversidade • Plano Estadual • Projeto Biomas e Ecossistemas da Bahia • Projeto Corredores Ecológicos • Projeto Mata Branca
	Política Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei n.º 11.612/2009, de 08 de outubro)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Recursos Hídricos • Planos de Bacias Hidrográficas • ProÁgua • Programa Monitora • Programa de Fiscalização Preventiva Integrada
	Política florestal (Lei nº 6.569 de 17 de janeiro de 1994)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Manejo Florestal de Rendimento Sustentado • Programa Fomento Florestal Integrado • Programa de Recomposição de Matas Ciliares • Pronaf Florestal
	Política sobre Mudança do Clima (Lei n.º 12.050, de 7 de janeiro de 2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Mudança do Clima • Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE/BA • Plano Estadual de Recursos Hídricos • Programa de Educação Ambiental na Bahia • Plano Estadual de Saúde • Plano Estadual do Meio Ambiente • Plano de Ações Interagências para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais • Zoneamento Ecológico-Econômico

UF	Política	Planos e programas
Bahia	Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar (Lei nº 13.914 de 29 de janeiro de 2018)	-
	Política Estadual de Saneamento Básico (Lei n.º 11.172, de 1 de dezembro de 2008)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Saneamento Básico • Programa Estadual de Conservação de Água
	Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.932, de 7 de janeiro de 2014)	-
	Transportes	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias do Estado da Bahia – REMAR-II
	Política Estadual de Turismo (Lei n.º 12.933, de 09 de janeiro de 2014)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano estratégico de turismo do Estado da Bahia • Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) • Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo - PMGT
	Política Estadual de Cultura (Lei n.º 12.365 de 30 de novembro de 2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Cultura da Bahia
	Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Lei nº 13.572 de 30 de agosto de 2016)	-

UF	Política	Planos e programas
Bahia	Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia (Lei n.º 13.214 DE 29 de dezembro de 2014)	-
	Política de Educação ambiental (Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental na Bahia

UF	Política	Planos e programas
Pernambuco	<p>“O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública (...). Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas (...) para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.” (MP, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano plurianual de Pernambuco ○ Programa 0098 – Conservação e preservação dos recursos naturais do estado ○ Programa 0268 – Desenvolvimento de infraestrutura em municípios e no distrito de Fernando de Noronha ○ Programa 0469 – Plano estratégico ambiental de Pernambuco – Planambiental ○ Programa 1038 – Melhoria na gestão dos resíduos sólidos ○ Programa 1076 – Gestão dos resíduos sólidos e desenvolvimento dos arranjos produtivos ○ Programa 0030 – Apoio às ações de convivência com o semiárido ○ Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário ○ Programa 0058 – Regularização e reorganização fundiária ○ Programa 0131 – Programa de melhoria da convivência com o semiárido ○ Programa 0318 – Promoção de regularização fundiária ○ Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário ○ Programa 0633 – Apoio à estruturação de assentamentos rurais ○ Programa 1030 – Melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos no meio rural

UF	Política	Planos e programas
Pernambuco		<ul style="list-style-type: none"> ○ Programa 1040 – Programa de desenvolvimento sustentável – enfoque territorial e transversalidade do meio ambiente – Prorural ○ Programa 0004 – Promoção e apoio à comercialização do destino turístico ○ Programa 0265 – Apoio à construção de obras federais no estado na área de transportes ○ Programa 0342 – Desenvolvimento do sistema de transporte aeroviário do estado ○ Programa 0544 – Expansão da rede de distribuição de gás natural ○ Programa 0737 – Prodetur nacional Pernambuco ○ Programa 0925 – Ampliação e adequação da infraestrutura para o turismo ○ Programa 0927 – Ampliação e melhoramento da malha viária do estado - Caminhos da integração ○ Programa 1035 – Gestão dos recursos energéticos do estado ○ Programa 0132 – Melhoria operacional do sistema metroviário ○ Programa 0134 – Reativação de trens de passageiros de médio percurso ○ Programa 0657 – Melhoria da circulação do tráfego ○ Programa 1031 – Melhoria da mobilidade urbana ○ Programa 1068 – Prevenção em áreas vulneráveis à desastres climáticos

UF	Política	Planos e programas
Pernambuco		<ul style="list-style-type: none"> ○ Programa 0611 – Gestão de recursos hídricos de Pernambuco ○ Programa 0733 – Gestão integrada de recursos hídricos - água e clima ○ Programa 0912 – Ampliação do acesso à água e esgotamento sanitário ○ Programa 1058 – Recursos hídricos e saneamento - expandir os serviços de esgotamento sanitário e o acesso à água ○ Programa 0359 – Sustentabilidade das cadeias econômicas da cultura e do turismo ○ Programa 0367 – Valorizar as expressões da cultura popular, por meio de ações de fomento, difusão e fruição das manifestações culturais ○ Programa 0929 – Ampliação, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural do Estado
	<p>“Em 2035, Pernambuco estará entre os cinco melhores estados do Brasil para se viver, empreender e prosperar. Pernambuco será cada vez mais um lugar próspero com qualidade de vida e baixa desigualdade social e territorial. Com economia competitiva e integrada nacional e internacionalmente, instituições sólidas e confiáveis, governos inovadores e gestão eficiente, sustentado por uma sociedade ativa, participativa e inovadora. (Pernambuco, 2017)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Pernambuco 2035 (PE), com os seguintes Pilares: <ul style="list-style-type: none"> ○ Qualidade de Vida (incluindo sustentabilidade ambiental) ○ Prosperidade ○ Coesão social ○ Educação ○ Instituições de qualidade

UF	Política	Planos e programas
Pernambuco	Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PESANS (Decreto nº 40.009, de 11 de novembro de 2013)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – 2016/2019
	Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar de Pernambuco - PEATER-PE (Lei nº 15.223 de 24 de dezembro de 2013)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar - PROATER-PE
	Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas (Decreto nº 38.960, de 17 de dezembro de 2012)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola
	Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei nº 15 790/2016, de 27 de abril, que altera a Lei nº 12.984/2005, de 30 de dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> Planos diretores de recursos hídricos Plano de aproveitamento de recursos hídricos Plano Estadual de Recursos Hídricos Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento
	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC (Lei nº 13.787, de 8 de junho de 2009)	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – Pernambuco Programa de Conservação da Biodiversidade de Pernambuco

UF	Política	Planos e programas
Pernambuco	Política florestal do Estado de Pernambuco (LEI n.º 11.206, de 31 de março de 1995)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Manejo Florestal • Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco – ZAPE
	Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco (Lei n.º 14.090/2010, de 18 de junho)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Mudanças Climáticas • Programa de Educação Ambiental
	Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Lei n.º 14.922, de 19 de março de 2013)	-
	Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (Lei n.º 14.091, de 18 de junho de 2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE-PE
	Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Pernambucano de Micro e Minigeração de Energia Solar – PE Solar (Decreto n.º 41.786, de 29 de maio de 2015)
	Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento
	Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei n.º 14.236, de 14 de dezembro de 2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Resíduos Sólidos • Programa Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos (PEGRS) • Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS)

UF	Política	Planos e programas
Pernambuco	Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas (Lei n.º 14.762, de 31 de agosto de 2012)	-
	Desenvolvimento sustentável do Turismo (Lei n.º 12.030, de 2 de julho de 2001)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco
	Patrimônio vivo do estado Lei n.º 12.196, de 2 de maio de 2002	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura de Pernambuco (1ª minuta)
	Educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental

UF	Política	Planos e programas
Alagoas	<p>“O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública (...). Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas (...) para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.” (MP, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Plurianual do Estado de Alagoas – PPA 2016-2019 ○ Programa Infraestrutura, logística e transporte ○ Programa Habitação e mobilidade urbana ○ Programa Agricultura familiar e pesca ○ Programa Agronegócio ○ Programa Indústria, energia e turismo ○ Programa Cultura, esporte e lazer ○ Programa Inclusão produtiva ○ Programa Recursos hídricos e meio ambiente ○ Programa Saúde e Saneamento
	Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> • Zoneamento Agroecológico • Programa Alagoas Mais Ovinos • Programa do Leite • Programa Raízes e tubérculos (inhame) • Programa Palma e sorgo forrageiro
	Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Apoio à Produção dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf – PROAP
	Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas - PAA/AL
	Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (Lei n.º 4.090/79, de dezembro de 1979)	-
	Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei n.º 5965/1997, de 10 de novembro de 1997)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/AL) • Planos Diretores de Bacias Hidrográficas

UF	Política	Planos e programas
Alagoas	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC (Lei n.º 7.776, de 13 de janeiro de 2016)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Conservação da Biodiversidade: Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Estado de Alagoas
	Política Florestal no Estado de Alagoas (Lei n.º 5.854, de 14 de outubro de 1996)	-
	Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Lei n.º 7628, de 27 de maio de 2014)	-
	Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação no estado de Alagoas (Lei n.º 7.441, de 27 de dezembro de 2012)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-AL)
	Política Estadual de Saneamento Básico (Lei n.º 7081, de 30 de julho de 2009)	-
	Política Estadual de Resíduos Sólidos e Inclusão Produtiva (Lei n.º 7.749, de 13 de outubro de 2015)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Alagoas
	Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (Lei n.º 7.231, de 7 de janeiro de 2011)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas 2013-2023 (Decreto n.º 27141/2013)

UF	Política	Planos e programas
Alagoas	Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (Lei n.º 4.741, de 17 de dezembro de 1985)	-
	Política estadual de educação ambiental (Lei n.º 7.804 de 17 de junho de 2016)	-

UF	Política	Planos e programas
Sergipe	<p>“O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública (...). Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas (...) para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.” (MP, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Plurianual do Estado de Sergipe – PPA 2016-2019: <ul style="list-style-type: none"> ○ Programa: 0009. Cultura ○ Programa: 0018. Infraestrutura logística e desenvolvimento urbano ○ Programa: 0021. Desenvolvimento produtivo, ciência, tecnologia e inovação ○ Programa: 0022. Desenvolvimento rural, agropecuário e pesca ○ Programa: 0023. Turismo e esporte ○ Programa: 0024. Gestão ambiental e saneamento básico
	Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Mecanização Agrícola • Programa defesa sanitária • Programa fortalecimento das cadeias produtivas
	Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Agricultura irrigada
	Produção Agroecológica pelos agricultores familiares (Lei n.º 7.270 de 17 de novembro de 2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Agricultura Familiar
	Comunidades tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe (em desenvolvimento)
	Política Estadual do Meio ambiente (Lei n.º 5.858, de 22 de março de 2006)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual do Meio Ambiente • Zoneamento Ecológico-Econômico

UF	Política	Planos e programas
Sergipe	Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei n. ° 3.870, de 25 de setembro de 1997)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos
	Desertificação/seca	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação – PAE- Sergipe
	Política Estadual de Saneamento (Lei n. ° 6.977, de 3 de novembro de 2010)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Municipais de Saneamento
	Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Lei n. ° 5.857, de 22 de março de 2006)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS Plano Estadual de Coleta Seletiva de Sergipe
	Patrimônio Histórico e Artístico (Decreto nº. 16.607, de 22 de julho de 1998)	-
	Desenvolvimento regional	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe – PDR Sergipe (em execução)

No Relatório de análise estratégica para cenários prospectivos (Produto Ro1) também foi identificado um conjunto de projetos de infraestruturas, por se tratarem de “projetos estruturantes do desenvolvimento do território e por isso também (...) um fator determinante para as dinâmicas territoriais”.

Essa lista de projetos foi igualmente atualizada e completada no presente plano de ação, de forma a abranger outros tipos de projetos que contribuam para viabilizar as diretrizes gerais e específicas definidas na proposta de gestão para a BHSF, sendo apresentada no quadro seguinte.

Quadro 7 – Projetos que poderão contribuir para viabilizar as diretrizes propostas

Instrumento / Política	Projeto	Prazo/Data conclusão
PPA Federal 2016-2019 / Irrigação	Projeto Público de Irrigação (Baixio do Irecê/BA; Canal do Sertão Alagoano/AL; Pontal/PE; Salitre/BA; Jaíba/MG; Mocambo/Cuscuzero/BA; Iuiú/BA)	2020-2022
Irrigação	Outros projetos de irrigação em estudo (Sertão Pernambucano; Canal de Xingó) ou em implantação (Jequitai; Marituba; Jacaré-Curituba) (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016)	s.d.
Agricultura familiar, Biodiversidade, Florestas	Projeto “Integração da conservação da biodiversidade e uso sustentável nas práticas de produção de produtos florestais não madeireiros e sistemas agroflorestais em paisagens florestais de usos múltiplos de alto valor para a conservação” (Embrapa, 2015)	2015-2020

Instrumento / Política	Projeto	Prazo/Data conclusão
<p>Programa DGM Global (<i>Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities</i>)</p>	<p>Projeto DGM FIP Brasil (fundo de apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro) – subprojectos (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM); Banco Mundial, 2018):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extrativismo do Povo Xacriabá: fonte de renda, segurança alimentar e proteção do Cerrado; • Quilombos Produtivos; • Fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica e extrativismo das comunidades tradicionais de Jaboticatubas através de acesso a novos mercados; • Fortalecendo a comercialização de produtos do Cerrado; • Fortalecendo o Agroextrativismo no Cerrado; • Água dos Gerais (recuperação das áreas de recarga e das veredas); • Cerrado: fonte de vida das nascentes do território quilombola de Lagoa Grande; • Aperfeiçoamento dos sistemas de plantio; • Guardiões do Cerrado em Pé - em defesa do território das comunidades tradicionais de Fecho de Pasto; • Fortalecimento Político e Institucional da Mopic. 	<p>2 a 5 anos de atividades</p>
<p>Meio ambiente</p>	<p>Projeto Manuelzão – Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas (UFMG, 2018)</p>	<p>1997-</p>

Instrumento / Política	Projeto	Prazo/Data conclusão
PPA Federal 2016-2019 / Recursos hídricos	Projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)	2018 (MI, 2018)
Recursos hídricos	Projeto de transposição suplementar: “Canal Oeste” e “Canal do Sertão Baiano – Eixo Sul” (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016)	Em estudo
Conservação da Natureza e Biodiversidade	Projeto “Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – LifeWeb” (MMA, 2018f)	2013-2018
Conservação da Natureza e Biodiversidade	Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – GEF-Terrestre (MMA, 2018e)	5 anos a partir da assinatura do contrato (Fase atual: Preparatória)
Mudança do Clima	Projeto “Aprimoramento dos Serviços Climáticos para Investimentos em Infraestrutura” (<i>Enhancing Climate Services for Infrastructure Investments – CSI</i>) (MMA, 2018h)	s.d.
Mudança do Clima	Projeto IPACC II – Investimento Público e Adaptação à Mudança do Clima na América Latina (MMA, 2018h)	2015-2019
Combate à Desertificação	Projeto URAD – Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução de Vulnerabilidade Climática na Região Semiárida Brasileira (MMA, 2018d)	2017-
Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (PDE 2024)	Usina Hidrelétrica (UHE) de Riacho Seco	s.d.
Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (PDE 2024)	Projetos de Eólicas, Usinas de Etanol, Usinas Termoeletricas (Biomassa), solar fotovoltaica, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Gasoduto	s.d.
PPA Federal 2016-2019 / Transportes e logística	Ferrovia Nova Transnordestina (construção de Ferrovia – EF 232/II 6)	2018

Instrumento / Política	Projeto	Prazo/Data conclusão
PPA Federal 2016-2019 / Transportes e logística	Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL; Construção de Ferrovia – EF 334)	2018
Plano Nacional de Logística e Transportes	<p>Projetos de melhoria da hidrovia do São Francisco:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria via dragagem e derrocagem – Pirapora a Juazeiro/Petrolina (1370 km) • Ampliação de capacidade de transporte da hidrovia para 300.000 toneladas/ano • Revitalização da hidrovia do São Francisco (Carinhanha – Pilão Arcado) 	2011-2015
Transportes e logística	Projeto do Corredor Multimodal do São Francisco (CMSF) (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016)	s.d.
Educação ambiental	Projeto Salas Verdes (MMA, 2018g)	2000-

Nota: s.d. = sem data/prazo.

3.2. Órgãos responsáveis e fontes de recursos

A operacionalização de políticas, planos, programas e projetos está, não só relacionada com a sua governança, ou seja, com a existência de órgãos responsáveis pela sua promoção ou implementação, mas também com a existência de fontes de recursos financeiros que possam financiar o seu desenvolvimento e implementação.

Nos quadros seguintes identificam-se as os órgãos responsáveis pelas políticas, planos, programas e projetos abordados no capítulo 3.1, assim como as respectivas fontes de recursos.

Quadro 8 – Políticas públicas, planos, programas e projetos de âmbito federal: órgãos responsáveis e fontes de recursos

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
PPA 2016-2019: Programa 2012 – Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Administração Direta Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – Administração Direta

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
PPA 2016-2019: Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação	*	<ul style="list-style-type: none"> • MCTIC – Administração Direta • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico • Comissão Nacional de Energia Nuclear • Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
PPA 2016-2019: 2027 – Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	*	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Cultura – Administração Direta • Fundação Cultural Palmares • Instituto Brasileiro de Museus • (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional de Cultura • Fundação Biblioteca Nacional • Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional • Fundação Nacional de Artes • Agência Nacional do Cinema
PPA 2016-2019: 2028 – Defesa Agropecuária	*	<ul style="list-style-type: none"> • MAPA – Administração Direta

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial	*	<ul style="list-style-type: none"> • MMA – Administração Direta • MI – Administração Direta • Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf • Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste • Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO • Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE • Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
PPA 2016-2019: 2033 – Energia Elétrica	*	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério de Minas e Energia – Administração Direta • Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL • Empresa de Pesquisa Energética – EPE
PPA 2016-2019: 2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral	*	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério de Minas e Energia (MME) – Administração Direta • Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM • Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM • Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
PPA 2016-2019: 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	*	<ul style="list-style-type: none"> • MAPA – Administração Direta • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
PPA 2016-2019: 2050 – Mudança do Clima	*	<ul style="list-style-type: none"> • MCTIC – Administração Direta • MMA – Administração Direta • (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC • Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura	*	<ul style="list-style-type: none"> • MAPA – Administração Direta • Codevasf • Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	*	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação Nacional do Índio – FUNAI • Fundo Nacional de Saúde • Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
PPA 2016-2019: 2066 – Reforma Agrária e Governança Fundiária	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAD – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – SEAD
PPA 2016-2019: 2068 – Saneamento Básico	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades – Administração Direta Codevasf Fundação Nacional de Saúde
PPA 2016-2019: 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional	*	<ul style="list-style-type: none"> MDS – Administração Direta MI – Administração Direta MMA – Administração Direta Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Administração Direta Fundo Nacional de Saúde
PPA 2016-2019: 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo – Administração Direta Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável	*	<ul style="list-style-type: none"> • MAPA – Administração Direta • MI – Administração Direta • Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda • Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB • Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda • Codevasf • DNOCS • (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
PPA 2016-2019: 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	*	<ul style="list-style-type: none"> • MMA – Administração Direta • Serviço Florestal Brasileiro – SFB • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade • Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA • IBAMA

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
PPA 2016-2019: 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) – Administração Direta Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
PPA 2016-2019: 2083 – Qualidade Ambiental	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta IBAMA Fundação Nacional de Saúde Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA
PPA 2016-2019: 2084 – Recursos Hídricos	*	<ul style="list-style-type: none"> MI – Administração Direta DNOCS Codevasf Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Agência Nacional de Águas – ANA MMA
PPA 2016-2019: 2086 – Transporte Aquaviário	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Portos Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) – Administração Direta Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante – FMM

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
PPA 2016-2019: 2087 – Transporte Terrestre	*	<ul style="list-style-type: none"> • MTPA – Administração Direta • Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT • VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. • Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Nacional para os ODS 	
Política Agrícola: Plano Agrícola e Pecuário / Plano Safra (PAP 2018/19)	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Crédito rural (geral) • Pronamp • Funcafé • Fundos Constitucionais • Estocagem de álcool • LCA (taxa controlada) • Recursos livres • Moderfrota • Moderago • Moderinfra • Programa ABC • Programa para Construção e Ampliação de Armazéns – PCA • Inovagro • Prodecoop • Procap-Agro • Outros a juros livres

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Ministério da Integração Nacional (MI) ANA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento geral da União
Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> BNDES CNPq CONAB EMBRAPA FNDE FUNAI IBAMA ICMBio INCRA MAPA MCTIC MDS MMA SEAD
Plano Safra da Agricultura Familiar – 2017-2020 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Garantia-Safra Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) 	
Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente SEAD Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF Fundo Amazônia Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA Outros fundos cujos objetivos institucionais se adequem ao PMCF
Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) Estados e municípios 	
Arranjos Produtivos Locais (APL)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Plano Integrado de Implementação da PNGATI	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) • Ministério da Justiça (MJ) • Ministério do Meio Ambiente (MMA) • Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) • Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) • Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) • Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS • Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) • Fundação Nacional do Índio (FUNAI) • Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs)	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016/2019 (principal fonte de recursos para financiamento das ações do PII-PNGAT) Fundos públicos socioambientais, como o Fundo Clima do MMA e o Fundo Amazônia do BNDES Recursos de projetos de cooperação internacional
Regularização dos Territórios Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> INCRA 	
Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR)	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento [BIRD])
Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025)	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA) • Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA)
Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS”	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) • Ministério do Meio Ambiente (MMA) • Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) • Fundação Banco do Brasil (FBB) • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) • Petrobrás • Codevasf • Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) • Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) • Estados beneficiados
Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA)
Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA)

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA)	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA Outros parceiros
Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	<ul style="list-style-type: none"> MDS
Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH/MI) Codevasf Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
Plano Nascente São Francisco: Plano de Preservação e Recuperação de Nascentes da Bacia do rio São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> Codevasf 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) MMA/Fundo Nacional de Meio Ambiente Comitês de Bacia Hidrográfica – via recursos de cobrança pelo uso da água Iniciativa privada
Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> ANA 	<ul style="list-style-type: none"> ANA
Planos de Manejo (das Unidades de Conservação)	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Programa Nacional de Conectividade de Paisagens – CONECTA	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Global Environmental Facility (GEF); conversão de multas ambientais (oportunidades de financiamento)
Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
Programas de Regularização Ambiental (PRAs)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
Planos de manejo de Reserva Legal	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
Planos de Suprimento Sustentável (PSS)	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF)	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO)	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
Programa Nacional de Florestas (PNF)	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) 	
Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) 	<ul style="list-style-type: none"> Proprietários (alguns dos recursos investidos em ações de recuperação estão projetados para serem pagos diretamente pelos proprietários de terras) Bancos comerciais, através de empréstimos Novos mecanismos de financiamento, como os títulos florestais
Plano Nacional sobre Mudança do Clima	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima: <ul style="list-style-type: none"> recursos reembolsáveis: geridos pelo BNES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social recursos não reembolsáveis – geridos pelo Ministério do Meio Ambiente

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) Ministério da Fazenda (MF) Ministério de Minas e Energia (MME) Ministério da Justiça (MJ) Ministério da Integração Nacional (MI) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Reino Unido, por meio do <i>Department for Environment, Food and Rural Affairs</i> (Defra) (doador) Banco Mundial (Administrador do Fundo Fiduciário) Caixa Econômica Federal (Caixa) (gestora financeira) Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da <i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i> (GIZ) GmbH Cooperação Financeira Alemã, por meio do Banco Alemão para o Desenvolvimento (KfW) Projetos de Apoio ao PPCerrado: <ul style="list-style-type: none"> Programa de Redução do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado Brasileiro Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de crédito – Programa ABC Linhas de crédito agrícola (como Pronaf) – BNDES e outros Fontes orçamentárias
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA Fundo Clima Fundo Socioambiental da Caixa Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
Programa Água Doce (PAD)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA) 	
Plano Nacional de Energia (PNE 2030; PNE 2050 em elaboração)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário 2022	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis vinculada ao Ministério de Minas e Energia (SPG/MME) 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS” (prorrogado até 2022 pelo Decreto n.º 9357/2018, de 27 de abril)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
Plano Nacional de Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) Ministério da Saúde (MS) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades – Administração Direta
Programa Avançar Cidades – Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
Plano Nacional de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT 2007-2023)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Ministério da Defesa (MD) 	
Plano Hidroviário Estratégico (PHE; 2013)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) 	
Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH; 2013)	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) 	
Programa de Investimentos em Logística (PIL 2015-2018)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI 2015-2035)	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa de Planejamento e Logística (EPL) 	
Plano Nacional de Logística (PNL) (horizonte 2025)	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa de Planejamento e Logística (EPL) 	
Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022)	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Turismo (MT) • Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) • Agentes públicos e privados 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) • Parcerias com as instituições financeiras (bancos públicos, como Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste) • Parceria com os agentes responsáveis por outros fundos públicos (como os fundos constitucionais, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS))
Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR + Turismo)	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Turismo (MT) 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura (MinC) 	
Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura (MinC) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) Incentivo Fiscal Fundo Nacional da Cultura (FNC)
Inventário do Patrimônio Cultural da Bacia do Rio São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN 	
Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	

Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Educação (MEC) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) Fundos estaduais e municipais de educação, de meio ambiente e de recursos hídricos Recursos da Lei de Diretrizes Orçamentárias especificamente para programas de educação ambiental
Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA

* Nota: não existem responsáveis formais pelos programas no tocante à lógica atual dos PPA Federal e Estaduais.

Quadro 9 – Políticas públicas, planos, programas e projetos de âmbito estadual: órgãos responsáveis e fontes de recursos

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	PPAG 2016-2019: Programa 012 – Ensino Técnico para o Agronegócio	*	
	PPAG 2016-2019: Programa 025 – Geração de conhecimento e de Tecnologia Agropecuária		
	PPAG 2016-2019: Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa		
	PPAG 2016-2019: Programa 062 – Infraestrutura rural		
	PPAG 2016-2019: Programa 064 – Barragens de minas		
	PPAG 2016-2019: Programa 068 – Assistência técnica e extensão rural para o estado de minas gerais		

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	PPAG 2016-2019: Programa I20 – Gestão e desenvolvimento sustentável de recursos hídricos		<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	PPAG 2016-2019: Programa I22 – Água para todos – universalização do acesso e uso da água	*	
	PPAG 2016-2019: Programa I43 – Proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna, e a biodiversidade florestal		<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	PPAG 2016-2019: Programa I45 – Saneamento é vida		<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saúde
	PPAG 2016-2019: Programa I52 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste		
	PPAG 2016-2019: Programa I91 – Melhoria da qualidade ambiental		

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	PPAG 2016-2019: Programa 206 – Cultivando água boa		<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Ministério da Integração Nacional Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Brasil (BB) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Programa Minas Pecuária	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) Ruralminas 	<ul style="list-style-type: none"> dotações consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais recursos advindos de parcerias entre União, Estado e o setor privado recursos oriundos de outras fontes
	Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Interior Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – PEDRS	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf) • Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Estado • Recursos oriundos de convênios, acordos de cooperação e doações • Fundo de Erradicação da Miséria – FEM • Outros fundos nacionais e internacionais que apoiem ações de desenvolvimento rural sustentável solidário.
	Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE • Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE • Instituto Euvaldo Lodi-IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado de Minas Gerais (UNICAFES-MG) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF-MG) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CTSANS) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA - MG) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) 	
	Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores	<ul style="list-style-type: none"> Comissão de Desenvolvimento Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem)
	Programa Minas Sustentável – PMS	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) Serviço Social da Indústria (SESI) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Plano Estadual de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG) Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/MG) Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (SISEMA) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	Plano Diretor de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica	<ul style="list-style-type: none"> Comitês de bacia hidrográfica (CBH) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	Programa Estadual de Conservação de Água	<ul style="list-style-type: none"> IGAM 	<ul style="list-style-type: none"> FHIDRO

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Programa Estadual de Gestão de Áreas Contaminadas	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos • Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) • Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) • Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) 	
	Plano de Criação e Implantação de Unidades de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • COPAM - Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) • Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) 	
	Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Estadual de Florestas (IEF) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Planos de manejo das Unidades de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) 	
	Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Minas Gerais 	
	Plano de manejo florestal sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) 	
	Plano de Suprimento Sustentável – PSS	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Gerência de Produção e Reposição Florestal (GPRF) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Planos de contingência para o combate aos incêndios florestais	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Minas Gerais 	
	Plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	Planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais – PEMC 2020-2030	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPED) Gerência de Energia e Mudanças Climáticas (GEMUC) Conselho Regional de Nord Pas-de-Calais/França Agência Francesa do Meio Ambiente e da Gestão de Energia Enviroconsult 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Programa Mineiro de Energia Renovável – Energias de Minas	<ul style="list-style-type: none"> Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de Fazenda (SEF), de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto de Desenvolvimento Integrado Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica em Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A
	Programa “Registro Público Voluntário das Emissões Anuais de Gases de Efeito Estufa de Empreendimentos no Estado”	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Plano de Controle da Poluição por Veículos em Uso – PCPV	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) Fundação Estadual do Meio Ambiente Polícia Civil do Estado de Minas Gerais Departamento de Trânsito de Minas Gerais 	
	Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais – PAE/MG	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável Coordenação de Combate à Desertificação SEDVAN/IDENE Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Plano Estadual de Saneamento Básico – PESB	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Saneamento Básico (CESB) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Fundação João Pinheiro (FJP) Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (ARSAE) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Municípios e os gerenciadores Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, prestadores de serviços e demais fontes geradoras previstas em regulamento. 	
	Plano Mineiro de Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) Conselho Estadual de Turismo 	
	Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) Infraero Secretarias estaduais e municipais de turismo Unidades executoras dos estados e municípios (UEE e UEM) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Banco do Nordeste (BNB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Minas Gerais	Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais 2017-2026	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Conselho Estadual de Política Cultural (Consec) 	
	Programa Pontos de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura 	
	Programas de educação patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Secretaria de Estado de Educação (SEE) 	
	Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Instituto Estadual de Florestas (IEF) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	PPA 2016-2019: Programa temático 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável	*	
	PPA 2016-2019: Programa temático 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (FUNAM/DF)
	PPA 2016-2019: Programa temático 6208 - Território da Gente	*	
	PPA 2016-2019: Programa temático 6207 - Brasília Competitiva	*	
	PPA 2016-2019: Programa temático 6211 - Direitos Humanos e Cidadania	*	
	PPA 2016-2019: Programa temático 6219 - Capital Cultural	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Apoio a Cultura
	Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (CPDR) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR) Banco de Brasília S/A (BRB)
	Programa de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
	Programa de Aquisição de Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) 	
	Programa de Aquisição da Produção da Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI EMATER/DF 	
	Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF) Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal – (CAO-DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
	Diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF) Sociedade Civil, por meio do Grupo de Trabalho Agricultura Urbana (GT-AU) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	Política de Segurança Alimentar e Defesa do Consumidor	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	Política de Segurança Alimentar e Nutricional	<ul style="list-style-type: none"> Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal (CONSEA-DF) 	
	Política Distrital de Fomento à Economia Popular e Solidária	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária (SMPES) Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária (CDEPS) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo distrital de fomento à economia popular e solidária
	Política de Irrigação e Drenagem	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Meio ambiente e Recursos Hídricos Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento 	
	Programa de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal – Recupera Cerrado	<ul style="list-style-type: none"> SEMA-DF World Resources Institute (WRI) União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) 	<ul style="list-style-type: none"> UKaid Norwegian Ministry of Climate and Environment

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	Programa Brasília Solar	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado do Meio Ambiente • Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, por meio da Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação; • Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; • Secretaria de Estado de Educação; • Secretaria de Estado de Cultura • Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação; • Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social; • Secretaria de Estado de Saúde; • Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável; • Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; • Companhia Energética de Brasília (CEB) • Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	Política de Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídrico do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Recursos Hídricos (ANA, 2018a)
	Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal (REFLORESTAR)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI-DF) e EMATER-DF (Governo de Brasília, 2018b) 	
	Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica (Governo de Brasília, 2017b)	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Brasília 	
	Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Distrito Federal (GDF) Agência reguladora de Águas, energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) (GDF & ADASA, 2011) 	
	Política de Incentivo ao Reaproveitamento da Água da Chuva no Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	Preservação da diversidade genética	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	Preservação da fauna e da flora nativas e das espécies animais e vegetais socioeconomicamente importantes e adaptadas às condições ecológicas	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	Política Florestal do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Florestal (FDF)
	Política de Incentivo à Geração de Energia Limpa em prédios residenciais ou não	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	Plano Distrital de Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal ADASA CAESB Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal Secretaria de Estado do Meio Ambiente Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Saneamento (Governo de Brasília, 2017a)
	Política Distrital de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Distrito Federal • ADASA • CAESB • Novacap • Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal • Secretaria de Estado do Meio Ambiente • Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Distrital de Saneamento (Governo de Brasília, 2018a)
	Programa Brasília Limpa	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento do Governo de Brasília
	Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito (PDTU/DF)	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Brasília, através Secretaria de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento do Governo de Brasília
	Programa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – Circula Brasília	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Brasília, através da Secretaria de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento do Governo de Brasília
	Política de mobilidade urbana cicloviária de incentivo ao uso da bicicleta	<ul style="list-style-type: none"> • Poder Executivo, garantida a participação de usuários, de representantes da sociedade civil organizada e de profissionais com atuação voltada para essa área 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	Plano de Mobilidade por bicicleta no DF	<ul style="list-style-type: none"> Comitê de Mobilidade Urbana por Bicicleta (sociedade civil e órgãos do Governo do DF: secretarias de Educação, Esporte, Governo, Habitação, Meio Ambiente, Obras, Segurança Pública, Transporte e Turismo, além de Novacap, Departamento de Estradas de Rodagem – DER e Departamento de Trânsito – Detran) (Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal, 2013) 	
	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo do Distrito Federal (SETUR/DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos disponíveis em âmbito internacional, nacional e distrital para a ampliação, qualificação e promoção da oferta turística existente na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), disponíveis em âmbito internacional, nacional e distrital Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (FITUR/DF)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Distrito Federal	Política Distrital Cultura Viva	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Apoio à Cultura – FAC) Fundo de Política Cultural - FPC) Patrocínio privado direto Patrocínio incentivado Orçamento direto
	Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos de educação e de meio ambiente do Distrito Federal e aos Conselhos de Educação e de Meio Ambiente do Distrito Federal Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM), entre outros

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	PPA 2016-2019: 1013 - Programa Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura Goiana	*	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Executiva de Cultura • Fundo de Arte e Cultura do estado de Goiás - Fundo Cultural
	PPA 2016-2019: 1020 - Programa Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial	*	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Executiva de Cultura • Fundo de Arte e Cultura do estado de Goiás - Fundo Cultural
	PPA 2016-2019: 1037 - Programa Desenvolvimento da Agropecuária	*	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Executiva de Agricultura • Fundo Especial de Desenvolvimento Rural (FUNDER)
	PPA 2016-2019: 1038 - Programa Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Mineral	*	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo de Fomento a Mineração (FUNMINERAL)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	PPA 2016-2019: 1040 - Programa Desenvolvimento Regional	*	<ul style="list-style-type: none"> Gabinete do Secretário da Casa Civil Superintendência Executiva de Desenvolvimento Regional Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) Superintendência Executiva de Cidades Superintendência Executiva de Assuntos Metropolitanos Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia (FUNDEMETRO)
	PPA 2016-2019:1044 - Programa Gestão e Proteção de Recursos Naturais	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	PPA 2016-2019: 1045 - Programa Infraestrutura de Transportes e Mobilidade Urbana	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS) Superintendência Executiva de Infraestrutura Superintendência Executiva de Assuntos Metropolitanos Superintendência Executiva de Cidades Fundo Especial de Implantação do Programa Veículo Leve Sobre Trilhos (FVLT) Metrobus Transporte Coletivo S/A (METROBUS)
	PPA 2016-2019: 1046 - Programa Garantia de Energia	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Infraestrutura Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) Agência Goiana de Gás Canalizado S/A (Goiásgás) Celg Geração e Transmissão S.A. (CELG G T)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	PPA 2016-2019: 1047 - Programa Habitação Popular	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS) Superintendência Executiva de Cidades Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) Agência Goiana de Habitação S/A
	PPA 2016-2019: 1048 - Programa Saneamento Básico	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cidades Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS) Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO)
	PPA 2016-2019: 1061 - Programa Trânsito Consciente e Responsável	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP) Superintendência Executiva de Infraestrutura
	PPA 2016-2019: 1062 - Programa Defesa e Vigilância Agropecuária	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA)
	PPA 2016-2019: 1063 - Programa Desenvolvimento Turístico	*	<ul style="list-style-type: none"> Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	PPA 2016-2019: 1066 - Programa Aeroportuário	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Infraestrutura Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP)
	PPA 2016-2019: 1068 - Programa Rodovia	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP) Fundo de Transportes (FT)
	PPA 2016-2019: 1069 – Programa Rodovia Urbano	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP)
	Plano Goiás 2030 (GO)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
	Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) 	
	Plano Estadual de Agricultura Irrigada/Plano Diretor de Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Irrigação (CEI) 	
	Programa de Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	Programa Habitacional para Comunidades Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA) Agência Goiana de Habitação (Agehab) Caixa Econômica Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Minha Casa, Minha Vida
	Meio ambiente – Conselho Estadual do Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) 	
	Plano Estadual de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cidades e Meio Ambiente (SECIMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA)
	Programa Água e Energia	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo PROTEGE
	Proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	Plano de Manejo Florestal Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco do Brasil Banco da Amazônia Banco do Nordeste Demais órgãos vinculados ao Sistema Nacional de Crédito Rural

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	Pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	Plano/Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC-GO	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Interministerial de Mudança Global do Clima (CIM) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) <p>(MAPA - Ministério da Agricultura, 2018)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Banco do Brasil Banco da Amazônia Banco do Nordeste
	Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Goiás: Gabinete Civil da Governadoria 	
	Programa Goiás Solar	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) (SECIMA, 2018) 	<ul style="list-style-type: none"> Goiás Fomento Linha de crédito FCO SOL Fundo de Incentivo à Microgeração e Minigeração Distribuída a partir de Fontes Renováveis do Estado de Goiás (FIMER Goiás) (SECIMA, 2018)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	Plano Estadual de Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE)
	Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE)
	Agência Goiana de Transportes e obras	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Diretoria de Finanças
	Plano Estadual de Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Agência Estadual de Turismo (GOIÁS TURISMO) Instituto Casa Brasil de Cultura (ICBC) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MTur)
	Proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura e Desporto (Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Goiás	Programa de Desenvolvimento Regional: 2210 - Implantação e melhoria da infraestrutura urbana social e turística	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Desenvolvimento Regional Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR)
	Programa de Desenvolvimento Regional: 2211 - Obras e serviços de infraestrutura orientadas para o desenvolvimento econômico	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR)
	Programa de Desenvolvimento Regional: 2212 - Obras e serviços de infraestrutura, urbanização e melhoria dos distritos industriais	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR)
	Programa Goiano de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	PPA Bahia 2016/2019: Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Educação Secretaria do Desenvolvimento Económico Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Secretaria de Desenvolvimento Rural Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Agência de Fomento do Estado da Bahia
	PPA Bahia 2016/2019: Programa Cultura e Identidades	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Cultural do Estado da Bahia Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia Fundo de Cultura da Bahia Junta Comercial do Estado da Bahia Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Secretaria da Cultura

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Produtivo	*	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria da Cultura • Fundação Cultural do Estado da Bahia • Secretaria de Desenvolvimento Urbano • Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia • Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação • Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia • Secretaria de Turismo • Agência de Fomento do Estado da Bahia • Secretaria da Administração • Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura • Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico • Secretaria de Desenvolvimento Econômico • Junta Comercial do Estado da Bahia • Centro Industrial de Subaé • Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade • Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Produtivo (Continuação)	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC
	PPA Bahia 2016/2019: Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Infraestrutura Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Companhia de Transportes do Estado da Bahia Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Companhia de Gás da Bahia Secretaria da Administração

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Rural Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Coordenação de Desenvolvimento Agrário
	PPA Bahia 2016/2019: Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Bahia Pesca S/A Casa Civil Centro Industrial de Subaé

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Urbano	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A Secretaria da Administração Departamento Estadual de Trânsito
	PPA Bahia 2016/2019: Programa Turismo	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	PPA Bahia 2016/2019: Programa Gestão Participativa	*	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Estadual de Saúde • Secretaria de Infraestrutura • Secretaria do Meio Ambiente • Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos • Secretaria de Relações Institucionais • Gabinete do Governador • Secretaria de Comunicação Social • Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia • Empresa Gráfica da Bahia • Procuradoria Geral do Estado • Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado • Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento • Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia • Secretaria da Administração • Departamento Estadual de Trânsito

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	PPA Bahia 2016/2019: Programa Gestão Participativa (continuação)	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais Superintendência de Atendimento ao Cidadão da Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Secretaria da Educação Secretaria da Fazenda Casa Civil Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza Secretaria de Desenvolvimento Econômico Junta Comercial do Estado da Bahia Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Secretaria do Planejamento

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	PPA Bahia 2016/2019: Programa Vida Melhor	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A Bahia Pesca S/A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Secretaria de Desenvolvimento Rural
	Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – PROATER	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas vinculadas à Secretaria Apoio do Estado Federal
	Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) 	<ul style="list-style-type: none"> Estado da Bahia

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	Plano Estadual de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • SEMA • INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta • Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA • Órgãos de outras esferas da Administração Pública • Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais
	Plano Estadual de Proteção da Biodiversidade – PEPB	<ul style="list-style-type: none"> • SEMA • INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta • FERFA • Órgãos de outras esferas da Administração Pública • Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais
	Corredores Ecológicos	<ul style="list-style-type: none"> • INEMA 	
	Projeto Mata Branca	<ul style="list-style-type: none"> • SEMA • Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM) • Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	Planos Estadual de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA
	Planos de Bacias Hidrográficas	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	<ul style="list-style-type: none"> FERHBA
	ProAgua	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica – Ministério da Integração Nacional Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – ANA 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Mundial (Acordo de Empréstimo 7420-BR)
	Projeto Monitora	<ul style="list-style-type: none"> INEMA FIEB 	
	Programa de Fiscalização Preventiva Integrada	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF em parceria com o Ministério Público Estadual da Bahia 	
	Programa Fomento Florestal Integrado	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	Pronaf Florestal	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	Programa de Recomposição de Matas Ciliares	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, através da Diretoria de Desenvolvimento Florestal – DDF 	<ul style="list-style-type: none"> Dotações orçamentárias atribuídas pelo Governo do Estado na fonte (Tesouro) Créditos especiais abertos por fonte (recursos externos); Convênios, contratos, contribuições ou doações de entidades nacionais ou internacionais Conta específica, conforme previsão em Lei Florestal do Estado
	Plano Estadual sobre Mudança do Clima	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Políticas para Sustentabilidade - Secretaria Estadual do Meio Ambiente Instituto de Gestão das Águas e Clima 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	<ul style="list-style-type: none"> • SEMA • Órgãos Colegiados: EDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial • CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos • CEPRAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente • CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia • FBMC-Bio – Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • FERHBA • Fundo Estadual de Meio Ambiente • Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB • Plano de Aceleração do Crescimento – PAC • Fundo Nacional de Meio Ambiente • Ministério da Integração Nacional (MI) • MCTIC • Banco do Nordeste do Brasil (BNB) • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) • BIRD – International Bank for Reconstruction and Development, BID , JBIC – Japan Bank for International Cooperation • Fundos internacionais: WWF – World Wildlife Fund, EU – European Union, OMT – Organização Meteorológica Mundial
	Plano de Educação Ambiental da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA • Órgão gestor dirigido pelos Secretários do Meio Ambiente e da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos privados • Recursos públicos, inclusive de Fundo Especiais

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	Plano Estadual de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual da Saúde – SESAB 	
	Plano de Ações Interagências para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Estado da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar do Estado da Bahia 	
	Zoneamento Ecológico-Econômico	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	
	Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Geração e Aproveitamento de Energia Solar no Estado 	
	Plano Estadual de Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR
	Política Estadual de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR SEMA 	
	Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias do Estado da Bahia – PREMAR-II	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> BIRD – Banco Mundial
	Plano estratégico de turismo do Estado da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Prodetur-NE II – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Bahia	Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo (PMGT)	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	Plano Estadual de Cultura da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Cultural do Estado da Bahia Secretaria de Cultura
	Política Estadual de Convivência com o Semiárido	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido (composto por Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido e Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido) 	
	Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAN 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	PPA Pernambuco 2016/2019 (Secretaria de Planejamento e Gestão, 2018): Programa 0098 – Conservação e preservação dos recursos naturais do estado	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta CPRH Distrito Estadual de Fernando de Noronha
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0268 – Desenvolvimento de infraestrutura em municípios e no distrito de Fernando de Noronha	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0469 – Plano estratégico ambiental de Pernambuco – Planambiental	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1038 – Melhoria na gestão dos resíduos sólidos	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta Secretaria das Cidades - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1076 – Gestão dos resíduos sólidos e desenvolvimento dos arranjos produtivos	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0030 – Apoio às ações de convivência com o semiárido	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário	*	<ul style="list-style-type: none"> IPA
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0058 – Regularização e reorganização fundiária	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - ITERPE
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0131 – Programa de melhoria da convivência com o semiárido	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0318 – Promoção de regularização fundiária	*	<ul style="list-style-type: none"> Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário	*	<ul style="list-style-type: none"> IPA
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0633 – Apoio à estruturação de assentamentos rurais	*	<ul style="list-style-type: none"> ITERPE
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1030 – Melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos no meio rural	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1040 – Programa de desenvolvimento sustentável – enfoque territorial e transversalidade do meio ambiente – Prorural	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0004 – Promoção e apoio à comercialização do destino turístico	*	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos - EMPETUR
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0265 – Apoio à construção de obras federais no estado na área de transportes	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0342 – Desenvolvimento do sistema de transporte aeroviário do estado	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0544 – Expansão da rede de distribuição de gás natural	*	<ul style="list-style-type: none"> Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0737 – Prodetur nacional Pernambuco	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0925 – Ampliação e adequação da infraestrutura para o turismo	*	<ul style="list-style-type: none"> • EMPETUR • Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0927 – Ampliação e melhoramento da malha viária do estado - Caminhos da integração	*	<ul style="list-style-type: none"> • DER-PE
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1035 – Gestão dos recursos energéticos do estado	*	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0132 – Melhoria operacional do sistema metroviário	*	<ul style="list-style-type: none"> • Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco - COPERTRENS
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0134 – Reativação de trens de passageiros de médio percurso	*	<ul style="list-style-type: none"> • COPERTRENS
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0657 – Melhoria da circulação do tráfego	*	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-PE
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1031 – Melhoria da mobilidade urbana	*	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta; • Secretaria das Cidades - Administração Direta

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1068 – Prevenção em áreas vulneráveis aos desastres climáticos	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0611 – Gestão de recursos hídricos de Pernambuco	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta COMPESA
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0733 – Gestão integrada de recursos hídricos - água e clima	*	<ul style="list-style-type: none"> APAC
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0912 – Ampliação do acesso à água e esgotamento sanitário	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO COMPESA Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1058 – Recursos hídricos e saneamento - expandir os serviços de esgotamento sanitário e o acesso à água	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0359 – Sustentabilidade das cadeias econômicas da cultura e do turismo	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura - Administração Direta

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0367 – Valorizar as expressões da cultura popular, por meio de ações de fomento, difusão e fruição das manifestações culturais	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura - Administração Direta
	PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0929 – Ampliação, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural do Estado	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (Projeto Pernambuco 2035)	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Planejamento e Gestão, mais especificamente, Instituto de Gestão PE e Agência Condepe/Fidem) Movimento Brasil Competitivo – MBC (Consórcio Pernambuco do Amanhã – Consultorias TGI, CEPLAN e Macroplan) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Criança e da Juventude Secretaria de Educação Secretaria de Ciência e Tecnologia Secretaria de Saúde Secretaria de Defesa Social Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (CODECIPE) Secretaria Executiva de Ressocialização Secretaria das Cidades Secretaria de Infraestrutura COMPESA Secretaria das Cidades/ Companhia de Habitação e Obras (SECID/CEHAB) Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) CPRH SEMAS Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária SESDSH/Secretaria da Mulher Secretaria de Administração (SAD) Assembleia Legislativa do Estado (Governo do Estado de Pernambuco & MBC, 2014)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN) 2016/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável • Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PE) • Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PE) • Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual responsáveis pela implementação dos programas e ações integrantes do PLANESAN • Órgãos e entidades municipais e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha 	<ul style="list-style-type: none"> • Poder Executivo Estadual, Distrito Estadual de Fernando de Noronha e Municípios que aderirem ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SESANS)
	Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar (PROATER-PE)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), por meio da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar (SEAF) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dotação orçamentária própria da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> SARA, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e com o Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) 	<ul style="list-style-type: none"> Celebração de convênios, contratos, acordos e instrumentos similares de cooperação entre o Estado de Pernambuco e órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como com entidades privadas e organizações não governamentais que tenham reconhecida atuação no tema
	Plano Pernambuco Quilombola	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 2016)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	<p>Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Planos diretores de recursos hídricos Plano Estadual de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH) Comitês de Bacia Hidrográfica – COBH Órgão gestor de recursos hídricos do Estado (APAC e Secretaria de Infraestrutura) Órgãos executores do SIGRH/PE; Organizações civis de recursos hídricos; Agências de Bacia 	<ul style="list-style-type: none"> FEHIDRO

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Programa de Conservação da Biodiversidade de Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA • Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA • CPRH • ICMBio • Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA • IBAMA • Ministério Público • Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental • Recursos por pagamento de Serviços Ambientais prestados pelas UC que integram o Sistema • Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas • Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC • Taxas advindas de serviços prestados pelas UC • Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC • Recursos do ICMS socioambiental • Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente • Recursos Internacionais, entre outros

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Planos de Manejo Florestal	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> O Estado, através da SEMAS, poderá participar de consórcios e celebrar convênios com municípios, Estados e a União, com os demais entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros e internacionais
	Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco – ZAPE	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife (Embrapa Solos UEP Recife, 2018)
	Plano Estadual de Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual do Meio Ambiente; Comitê Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas (CEEM) Fórum Estadual de Mudanças Climáticas Comitês de Difusão de Tecnologias Mitigadoras do Aquecimento Global Órgãos Setoriais Fóruns Municipais de Enfrentamento às Mudanças Climáticas; Órgãos Locais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual Sobre Mudanças Climáticas Fundo Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Política Estadual de Convivência com o Semiárido	<ul style="list-style-type: none"> SARA, por meio da SEAF e demais órgãos vinculados, através da criação da Diretoria de Convivência com o Semiárido 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
	Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE-PE	<ul style="list-style-type: none"> SECTMA 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca Subsídios e incentivos fiscais e financeiros para elaboração e implantação de pesquisas, projetos e ações voltados ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e à convivência socioambiental sustentável como semiárido Incentivos fiscais e financeiros para a criação e implementação de Unidades de Conservação voltadas à proteção do Bioma Caatinga
	Programa Pernambucano de Micro e Minigeração de Energia Solar – PE Solar	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação e com a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE 	<ul style="list-style-type: none"> AGEFEPE

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades Ministério da Integração Nacional Ministério da Saúde Ministério do Turismo Setor privado Prefeituras Governo do Estado de Pernambuco (diretamente e através da COMPESA) Emendas parlamentares; Organismos internacionais Responsabilidade Social (Secretaria de Recursos Hídricos, 2008)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	<p>Política Estadual de Resíduos Sólidos</p> <p>Plano Estadual de Resíduos Sólidos</p> <p>Programa Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos (PEGRS)</p> <p>Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • CONSEMA • SECTMA • CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> • Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas • Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas unidades de tratamento e destinação final • Taxas advindas de serviços prestados a terceiros pelas unidades de tratamento e destinação final dos resíduos • Recursos do ICMS socioambiental • Fundos nacional, estadual e municipais de meio ambiente • Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos • Recursos internacionais • Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria prima reciclada no seu processo produtivo

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo Estadual, por intermédio das Secretarias Estaduais (Secretaria das Cidades) 	<ul style="list-style-type: none"> O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para inclusão dos programas e ações que compõem a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta no Plano Plurianual e nos Orçamentos do Estado de Pernambuco.
	Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco -Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SETUR/PE) EMPETUR 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de Suporte ao Financiamento do Plano: <ul style="list-style-type: none"> Prefeitura Municipal de Ipojuca Prefeitura Municipal de Recife Prefeitura Municipal de Olinda CTI Nordeste (Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco & Empetur, 2008)
	Plano Estadual de Cultura de Pernambuco (1ª minuta)	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco -Secretaria de Cultura de Pernambuco (SECULT/PE) Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Pernambuco	Programa de Educação Ambiental de Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> SEMAS 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) (SEMAS, 2015)
Alagoas	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019 (Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2016): Programa Infraestrutura, logística e transporte	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL) Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (SETRAND) DER
	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Habitação e mobilidade urbana	*	<ul style="list-style-type: none"> Companhia de Administração de Recursos Humanos e Patrimoniais (CARHP) SEINFRA SETRAND

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Alagoas	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agricultura familiar e pesca	*	<ul style="list-style-type: none"> • SEAGRI • Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas (IDERAL) • Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL) • Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (EMATER) • SEINFRA
	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agronegócio	*	<ul style="list-style-type: none"> • SEAGRI • Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL)
	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo	*	<ul style="list-style-type: none"> • SEINFRA • SEAGRI • Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) • Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Alagoas	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Cultura, esporte e lazer	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) Diretoria de Teatros do Estado de Alagoas (DITEAL) Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude (SELAJ) Fundo Especial de Desenvolvimento dos Esportes
	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Inclusão produtiva	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL Instituto de Metrologia e Qualidade (INMEQ/AL) Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego (SETE) SEDETUR Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)
	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Recursos hídricos e meio ambiente	*	<ul style="list-style-type: none"> IMA Fundo de Recursos Hídricos SEINFRA CASAL
	PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Saúde e Saneamento	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA CASAL Fundo Estadual de Saúde (FES) Laboratório Industrial Farmacêutico (LIFAL)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Alagoas	Zoneamento Agroecológico	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Governo do Estado de Alagoas; Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa e o Estado de Alagoas, através da Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento (SEAIPA) (Embrapa, 2018)
	Programa Alagoas Mais Ovinos	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	Programa do Leite	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	<ul style="list-style-type: none"> Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Desenvolve (Agência de Fomento de Alagoas) (Desenvolve-AL, 2014)
	Programa Raízes e tubérculos (inhame)	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	Programa Palma e sorgo forrageiro	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	Programa de Apoio à Produção dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf – PROAP	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF (CODEVASF, 2017a)
	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas - PAA/AL	<ul style="list-style-type: none"> EMATER/AL 	<ul style="list-style-type: none"> Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) (Guia de Serviços de Alagoas, 2018)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Alagoas	Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas	<ul style="list-style-type: none"> • CEPRAM • IMA 	
	Política Estadual de Recursos Hídricos: <ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/AL) • Planos Diretores de Bacias Hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> • SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH/AL)

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Alagoas	Programa de Conservação da Biodiversidade: Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Estado de Alagoas	<ul style="list-style-type: none"> • CEPRAM • SEMARH • IMA • ICMBio • Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) • IBAMA • Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental • Recursos de Pagamento por Serviços Ambientais prestados pelas UC que integram o Sistema • Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas • Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC • Taxas advindas de serviços prestados pelas UC • Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC • Recursos do ICMS socioambiental • Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente • Recursos Internacionais • Fundo de Compensação Ambiental

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Alagoas	Política Florestal no Estado de Alagoas	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Meio Ambiente (IMA) 	
	Política Estadual de Convivência com o Semiárido	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, em articulação com as demais secretarias, órgãos públicos e organizações da sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
	Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-AL)	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Combate à Desertificação 	
	Plano Estadual de Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> CASAL SEINFRA ARSAL 	<ul style="list-style-type: none"> As atividades regulatórias das ações de saneamento básico serão financiadas pela transferência obrigatória, do prestador do serviço à Agência Reguladora, de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor arrecadado anualmente, observados os critérios estabelecidos nos respectivos Convênios de Cooperação ou Consórcios Públicos.

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Alagoas	Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Alagoas	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Fundos nacional, estadual e municipal de meio ambiente e de resíduos sólidos, ou de áreas afins Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos Recursos internacionais Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria-prima reciclada no seu processo produtivo
	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas 2013-2023	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas 	
	Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Cultura 	
	Política Estadual de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Unidade Gestora de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Secretaria de Estado da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de Educação Ambiental

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Sergipe	PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0009 - Cultura	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Desenvolvimento Cultural e Artístico – FUNCART Secretaria de Estado da Casa Civil Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Cultura
	PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0018 -Infraestrutura logística e desenvolvimento urbano	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Departamento de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Sergipe	PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 002I - Desenvolvimento produtivo, ciência, tecnologia e inovação	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Sergipe Gás S.A. – SERGÁS Fundo Aval do Estado de Sergipe Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência Tecnológica Junta Comercial de Sergipe Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica de Sergipe Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe Fundo de Apoio a Industrialização Fundo Estadual para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Sergipe	PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0022 - Desenvolvimento rural, agropecuário e pesca	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
	PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0023 - Turismo e esporte	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado do Turismo

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Sergipe	PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0024 - Gestão ambiental e saneamento básico	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Administração Estadual do Meio Ambiente Fundo de Defesa de Meio Ambiente de Sergipe Fundo Estadual de Recursos Hídricos Companhia de Saneamento de Sergipe
	Programa Mecanização Agrícola	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza – FUNCEP (execução e supervisão são da SEAGRI/EMDAGRO)
	Programa Defesa Sanitária	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) sob a coordenação da SEAGRI 	
	Programa fortalecimento das cadeias produtivas	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO sob a coordenação da SEAGRI 	
	Programa Agricultura irrigada	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) 	

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Sergipe	Programa Agricultura Familiar (Pronaf)	<ul style="list-style-type: none"> • EMDAGRO 	
	Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe (em desenvolvimento)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano • Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) • INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento Geral da União (OGU) • Caixa Econômica Federal • FUNCEP
	Plano Estadual do Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Órgãos integrantes do SISEMA: • Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos • ADEMA • Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE • Órgãos de outras esferas da administração pública • Doação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
	Zoneamento Ecológico-Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial
	Plano Estadual de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos do Governo Federal, que podem ser orçamentários ou de programas especiais de apoio aos estados e municípios • Orçamento estadual e do municipal • Apoio financeiro do Banco Mundial, do BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil

UF	Política, plano, programa ou projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Sergipe	Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação – PAE- Sergipe	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Combate à Desertificação 	
	Planos Municipais de Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Saneamento – CESAN vinculado à Secretaria de Estado das Infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> OGU
	Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	
	Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	
	Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Plano Estadual de Coleta Seletiva de Sergipe	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH 	
	Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe – PDR Sergipe (em execução)	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAG, com apoio da SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), instituição vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA)

* Nota: não existem responsáveis formais pelos programas no tocante à lógica atual dos PPA Federal e Estaduais.

Fontes: (INEMA, 2018); (SEIA, 2018); (MMA, 2018a); (ANA, 2018b); (ANA, 2018b); (Santos, 2016); (Emdagro, s.d.); outras fontes

Quadro 10 – Projetos: órgãos responsáveis e fontes de recursos

Projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Projeto Público de Irrigação (Baixo do Irecê/BA; Canal do Sertão Alagoano/AL; Pontal/PE; Salitre/BA; Jaíba/MG; Mocambo/Cuscuzeiro/BA; Iuiú/BA)	Ministério da Integração (Canal do Sertão Alagoano) Codevasf (Baixo do Irecê, Canal do Sertão Alagoano, Pontal, Salitre, Jaíba) Governo do Estado de Minas Gerais (Jaíba)	PAC Recursos internacionais (Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento [BIRD], Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID] e Fundo Ultramarino de Cooperação Econômica – OECF do Governo Japonês)
Outros projetos de irrigação em estudo (Sertão Pernambucano/BA/PE; Canal de Xingó/SE/BA) ou em implantação (Jequitai/MG; Marituba/AL; Jacaré-Curituba/SE)	Codevasf	
Projeto “Integração da conservação da biodiversidade e uso sustentável nas práticas de produção de produtos florestais não madeireiros e sistemas agroflorestais em paisagens florestais de usos múltiplos de alto valor para a conservação”	Embrapa Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Outros parceiros [Ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social (MDS) e Agricultura (Mapa), Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e organismos da sociedade civil]	Fundo Mundial para o Meio Ambiente (<i>Global Environment Facility Trust Fund</i> – GEF)

Projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
<p>Projeto DGM FIP Brasil – subprojectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extrativismo do Povo Xacriabá: fonte de renda, segurança alimentar e proteção do Cerrado; • Quilombos Produtivos; • Fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica e extrativismo das comunidades tradicionais de Jaboticatubas através de acesso a novos mercados; • Fortalecendo a comercialização de produtos do Cerrado; • Fortalecendo o Agroextrativismo no Cerrado; • Água dos Gerais (recuperação das áreas de recarga e das veredas); • Cerrado: fonte de vida das nascentes do território quilombola de Lagoa Grande; • Aperfeiçoamento dos sistemas de plantio; • Guardiões do Cerrado em Pé - em defesa do território das comunidades tradicionais de Fecho de Pasto; • Fortalecimento Político e Institucional da Mopic. 	<p>Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM)</p>	<p>FIP/Fundo de Investimento Florestal</p>
<p>Projeto Manuelzão – Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas</p>	<p>Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</p>	<p>UFMG Governo de Minas Prefeitura de Belo Horizonte Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)</p>

Projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)	Ministério da Integração Nacional / Codevasf Ministério das Minas e Energia Ministério do Meio Ambiente Casa Civil Órgãos gestores estaduais ANA (órgão regulador)	PAC
Projeto de transposição suplementar: “Canal Oeste” e “Canal do Sertão Baiano – Eixo Sul”	Ministério da Integração Nacional Codevasf	PAC
Projeto “Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – LifeWeb”	Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o ICMBio Operacionalização conta ainda com o apoio de instituições parceiras, como as OEMAS (Órgãos Estaduais de Meio Ambiente)	Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha (BMUB)
Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – GEF-Terrestre	BID (Agência Implementadora) Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO; Agência Executora) ICMBio, Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), OEMAS (Parceiros)	Fundo Mundial para o Meio Ambiente (<i>Global Environment Facility Trust Fund</i> – GEF)
Projeto “Aprimoramento dos Serviços Climáticos para Investimentos em Infraestrutura” (<i>Enhancing Climate Services for Infrastructure Investments</i> – CSI)	Ministério do Meio Ambiente Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH	BMUB
Projeto IPACC II – Investimento Público e Adaptação à Mudança do Clima na América Latina	Ministério do Meio Ambiente Ministério da Fazenda Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão GIZ (execução financeira)	BMUB

Projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Projeto URAD – Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução de Vulnerabilidade Climática na Região Semiárida Brasileira	Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável) Parceiros: Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e Cultura (OEI) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) Governos estaduais, prefeituras municipais e sociedade civil	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima)
Usina Hidrelétrica (UHE) de Riacho Seco (PE/BA)	Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	PAC Finep – agência de fomento à inovação vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação BID
Projetos de Eólicas, Usinas de Etanol, Usinas Termoelétricas (Biomassa), solar fotovoltaica, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Gasoduto		

Projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Ferrovia Nova Transnordestina (construção de Ferrovia – EF 232/116)	Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Transnordestina Logística S.A.	PAC (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste [FDNE], Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES], Banco do Nordeste [BNB], CSN, Fundo de Investimento do Nordeste [Finor], VALEC)
Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL; Construção de Ferrovia – EF 334)	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Agência Nacional de Transportes Terrestres, VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Governo do Estado da Bahia	PAC
Projetos de melhoria da hidrovia do São Francisco: <ul style="list-style-type: none"> Melhoria via dragagem e derrocagem – Pirapora a Juazeiro/Petrolina (1370 km) Ampliação de capacidade de transporte da hidrovia para 300.000 toneladas/ano Revitalização da hidrovia do São Francisco (Carinhanha – Pilão Arcado) 	MTPA, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)	PAC
Projeto do Corredor Multimodal do São Francisco (CMSF)	Ministério da Integração Nacional, Codevasf MTPA, ANTAQ Estado da Bahia Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	PAC, Banco Mundial

Projeto	Órgão(s) responsável(is)	Fonte(s) de recursos
Projeto Salas Verdes	Ministério do Meio Ambiente (Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA)	Dotação orçamentária própria (não há repasse de recursos financeiros do MMA para as instituições=

3.3. Ações complementares

As políticas, planos, programas e projetos existentes, identificados nos subcapítulos anteriores, permitirão, de um modo geral, viabilizar as diretrizes gerais e específicas propostas.

Nos casos em que foram identificadas lacunas ao nível dos instrumentos de política disponíveis, foram propostas diretrizes político-institucionais a elas dirigidas, por exemplo:

- Promover a **regulamentação, a nível federal e estadual, das Cotas de Reserva Ambiental (CRA)** previstas na Lei de Proteção da Vegetação Nativa (“Novo Código Florestal” – Lei n.º 12.651/2012, de 25 de maio);
- Formular **políticas públicas estaduais e municipais de pagamento por serviços ambientais;**
- Implementar **políticas de prevenção e remediação dos impactos da mineração,** articuladas a ações e programas de monitoramento;
- Promover o reforço das **ações de monitoramento, fiscalização e vigilância ambientais,** através da **atualização do respectivo marco regulatório (...);**
- Promover **políticas de desenvolvimento urbano para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas,** isto é, para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos;
- Implementar **políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional;**
- Incentivo à criação e a implementação de **programas estaduais e municipais de educação ambiental,** em consonância com as Diretrizes do ProNEA (Órgão Gestor da PNEA, 2014);
- Implementação de **políticas públicas para o fortalecimento das instituições de educação e formação de jovens e adultos no meio rural,** a exemplo dos Centros de Formação de Agricultores em Agroindústria (Cefas), contribuindo para a sustentabilidade da agricultura familiar (Órgão Gestor da PNEA, 2014);
- Desenvolver e implementar **políticas sustentáveis de turismo ou ecoturismo;**
- Construir uma **política que viabilize as fontes alternativas de energia,** incentivando o financiamento das iniciativas econômicas que utilizem fontes de energias renováveis (Sudene, 2011).

Para a formulação de políticas públicas estaduais e municipais de pagamento por serviços ambientais, em particular, seria importante a aprovação de uma **Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA)**, objeto de projetos de lei em 2013 e 2015 (Projetos de Lei Federal n.º 276/2013 e n.º 312/2015); em todo o caso, a sua ausência não tem impedido o desenvolvimento e implementação de políticas públicas de PSA, quer estabelecidas por lei (por exemplo Lei n.º 2.308 de 2010, do Estado do Acre), quer estabelecidas por ato administrativo, sem lei específica (por exemplo Resolução da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo n.º 123/2010) bem como, também, por iniciativa do poder municipal (a exemplo do projeto de PSA do município de Extrema – Minas Gerais) (FGB, TNC, MMA, GIZ, 2017).

Também “o avanço na formulação e estruturação da PNOT (**Política Nacional de Ordenamento Territorial**) e da PNDR (**Política Nacional de Desenvolvimento Regional**) pode cobrir algumas das lacunas identificadas, principalmente na fase de implementação do ZEE, orientando de forma mais clara como o ZEE deve ser utilizado, bem como quais outros instrumentos podem ter sinergia com o zoneamento com vistas a apoiar sua implementação”; em todo o caso, “na ausência de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), o ZEE (...) tem se apresentado como o principal instrumento capaz de sistematizar e planejar indicações que focam a ocupação e o uso do território de forma integrada, com uma visão de espaço que considera as conexões com as dinâmicas externas ao território zoneado, exercendo um papel relevante na consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), promovendo a articulação entre as diversas políticas setoriais” (MMA, 2016).

Ainda no contexto dos planos de desenvolvimento territorial, entre outros instrumentos correlatos que dizem respeito a bacia do rio São Francisco, merece referência o **Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco – PLANVASF** (CODEVASF/SUDENE/OEA, 1989). Considerado um dos planos regionais importantes para a bacia do rio São Francisco, mas com quase 30 anos de publicação, seria de equacionar a sua revisão/atualização para que essas informações ficassem disponíveis para utilização no âmbito do MacroZEE.

Para além de lacunas, poderão ocorrer potenciais conflitos na implementação de instrumentos de políticas públicas, considerando as três esferas da federação e iniciativas de instituições não-governamentais. Em ambos os casos, considera-se que o **arranjo institucional de gestão** proposto (cf. Capítulo 2), complementado pelas ações de articulação institucional sugeridas ao nível das diretrizes gerais (da dimensão político-institucional), na proposta de gestão para a BHSF, permitirão acompanhar e efetivar a implementação do programa de gestão para a BHSF e do respectivo plano de ação, bem como dirimir possíveis conflitos na implementação de instrumentos de política. A concertação com os principais órgãos responsáveis pelos instrumentos de política e projetos identificados poderá ser realizada, por exemplo, através da negociação de possíveis convênios, contratos de execução, protocolos ou acordos, inclusive com eventuais alterações de prioridades de seus respectivos programas e projetos, levando em consideração o MacroZEE da BHSF.

Através do modelo de gestão proposto ficam garantidas a abrangência espacial de todo o território da BHSF, o comprometimento de grande parte dos atores com atuação na BHSF, a participação da sociedade civil e a possibilidade de concertação entre os representantes das diversas instâncias.

À semelhança do previsto no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, também alguns dos principais usuários “poderão ser contratados ou conveniados, dentre outros, a exemplo de concessionários de saneamento, neste caso, para programas voltados a sistemas de abastecimento de água e infraestruturas de saneamento, os quais podem contar com recursos advindos dos próprios usuários” (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016).

3.4. Síntese

De modo a relacionar os instrumentos, órgãos e fontes de recursos apresentados nas secções 3.1 e 3.2 com as diretrizes gerais e específicas de ação definidas na proposta de gestão do MacroZEE da BHSF, apresenta-se nos quadros seguintes uma síntese das políticas, planos e programas e projetos que contribuem para viabilizar tanto as diretrizes gerais (Quadro 11 – Implementação das diretrizes gerais: políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis) como as específicas (Quadro 12), bem como os órgãos responsáveis pela sua implementação e respetivas fontes de recursos disponíveis.

As diretrizes gerais foram organizadas de acordo com as dimensões físico-territoriais, socioeconômicas e político-institucionais, bem como segundo os seguintes aspectos mais relevantes focados no MacroZEE da BHSF:

- Diretrizes físico-territoriais
 - Cultura e património
 - Biodiversidade e florestas
 - Recursos hídricos
 - Abastecimento de água, saneamento e resíduos
 - Desertificação
 - Agricultura e pecuária
 - Pesca e aquicultura
- Diretrizes sociais e económicas
 - Comunidades tradicionais
 - Desenvolvimento económico, agricultura, pecuária e floresta
 - Transportes
 - Pesca e aquicultura
 - Energia
 - Educação
- Diretrizes político-institucionais
 - Políticas, planos, programas e projetos
 - Investimentos
 - Outorga e instrumentos de gestão da água
 - Governança e educação
 - Monitoramento, fiscalização e controle

As diretrizes específicas foram organizadas em função das políticas, planos e programas e projetos que contribuem para as viabilizar; ou seja, diretrizes que têm por objeto o mesmo tema ou um tema similar, são apresentadas de forma agrupada.

A alocação de cada uma das diretrizes gerais e específicas (estipuladas no Relatório de Consolidação da Proposta de Gestão - Ro7, na secção 4.1.) às políticas, planos e programas e projetos (federais e estaduais) e aos respectivos órgãos responsáveis e fontes de recursos disponíveis identificados na secção 3.2. do presente relatório, é feita do seguinte modo:

- Numeração de cada uma das diretrizes gerais e específicas apresentadas no Quadro 11 e no Quadro 12 (primeira coluna dos quadros);
- Identificação das diretrizes que podem ser viabilizadas por cada política, plano, programa e projeto (segunda coluna do quadro, onde constam os números das diretrizes aplicáveis).

De ressaltar que cada uma das diretrizes pode estar vinculada a diferentes políticas, planos, programas e projetos e que os órgãos responsáveis e fontes de recursos apresentados se relacionam diretamente com eles.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Quadro 11 – Implementação das diretrizes gerais: políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Diretrizes físico-territoriais				
Cultura e patrimônio				
I. Preservar e valorizar o patrimônio natural e o patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico, material e imaterial	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo (das Unidades de Conservação) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (ICMBio/MMA) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Conectividade de Paisagens 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Global Environmental Facility (GEF) Conversão de multas
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none">
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MT) 	<ul style="list-style-type: none">
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura (MinC) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) Incentivo Fiscal Fundo Nacional da Cultura (FNC)
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Inventário do Patrimônio Cultural da Bacia do Rio São Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2027 – Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura – Administração Direta Fundação Cultural Palmares Instituto Brasileiro de Museus (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional de Cultura Fundação Biblioteca Nacional – BN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Fundação Nacional de Artes Agência Nacional do Cinema
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais 2017-2026 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Conselho Estadual de Política Cultural (Consec) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pontos de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de educação patrimonial 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Secretaria de Estado de Educação (SEE) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Meio Ambiente da Bahia (Lei n.º 10.431/2006, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 12.377 de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 14.024/2012, de 6 de junho de 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA Órgãos de outras esferas da Administração Pública Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Cultura e Identidades 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Cultural do Estado da Bahia Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia Fundo de Cultura da Bahia Junta Comercial do Estado da Bahia Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Secretaria da Cultura
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Cultural do Estado da Bahia Secretaria de Cultura
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0098 – Conservação e preservação dos recursos naturais do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta CPRH Distrito Estadual de Fernando de Noronha
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0367 – Valorizar as expressões da cultura popular, por meio de ações de fomento, difusão e fruição das manifestações culturais 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura - Administração Direta
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0929 – Ampliação, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural do Estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura de Pernambuco (1ª minuta) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco -Secretaria de Cultura de Pernambuco (SECULT/PE) Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE)
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Cultura, esporte e lazer 	*	<ul style="list-style-type: none"> SECULT DITEAL Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais SELAJ Fundo Especial de Desenvolvimento dos Esportes
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Cultura 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM IMA 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0009 - Cultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Desenvolvimento Cultural e Artístico – FUNCART Secretaria de Estado da Casa Civil Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Cultura

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual do Meio ambiente (Sergipe) Plano Estadual do Meio Ambiente (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos integrantes do SISEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos ADEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE Órgãos de outras esferas da administração pública Doação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual do Meio ambiente: Zoneamento Ecológico-Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital Cultura Viva 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Apoio à Cultura – FAC Fundo de Política Cultural - FPC Patrocínio privado direto Patrocínio incentivado Orçamento direto
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6219 - Capital Cultural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Apoio à Cultura
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1013 - Programa Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura Goiana 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cultura Fundo de Arte e Cultura do estado de Goiás - Fundo Cultural
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1020 - Programa Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cultura Fundo de Arte e Cultura do estado de Goiás - Fundo Cultural
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura e Desporto 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Cultura e Identidades 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Cultural do Estado da Bahia Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia Fundo de Cultura da Bahia Junta Comercial do Estado da Bahia Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Secretaria da Cultura
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Bahia Pesca S/A Casa Civil Centro Industrial de Subaé

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Biodiversidade e florestas				
<p>1. Preservar e valorizar o patrimônio natural e o patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico, material e imaterial</p> <p>2. Produzir Plano de Manejo para todas as Unidades de Conservação existentes e adotar nos Planos ações voltadas a preservação dos mananciais</p> <p>3. Fortalecer a gestão das Unidades de Conservação</p> <p>4. Elaborar planos de manejo para as cavernas</p> <p>5. Promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, notadamente a recuperação de áreas degradadas, incluindo as matas ciliares, a conexão de remanescentes florestais em corredores ecológicos e a compensação ambiental, por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e/ou de instrumentos econômicos como as políticas de Pagamento por Serviços Ambientais ou o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017)</p> <p>6. Prevenir e mitigar a introdução de espécies invasoras</p>	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(1, 5, 7, 9)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) 	
	(1, 2, 3, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF Fundo Amazônia Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA Outros fundos cujos objetivos institucionais se adequem ao PMCF
	(1, 3, 5, 7, 8)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(1, 2, 3, 4)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo (das Unidades de Conservação) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (ICMBio/MMA) 	
	(1, 5, 6, 7, 8)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Conectividade de Paisagens 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Global Environmental Facility (GEF) Conversão de multas
	(1, 2, 3, 4, 8, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(8)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>7. O desmatamento, quando legal, deve priorizar as áreas de menor importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, priorizando a conectividade ecológica e a criticidade dos recursos hídricos</p> <p>8. Priorizar a regularização das áreas de Reserva Legal nos remanescentes dos biomas Cerrado e Caatinga, se necessário por meio de Cotas de Reserva Ambiental (CRA)</p> <p>9. Realizar inventários da biodiversidade (com foco nos maiores remanescentes) e monitorar a avifauna</p> <p>10. Aumentar a fiscalização para o controle da caça e do extrativismo vegetal e para o tráfico de animais silvestres</p>	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) Ministério da Fazenda (MF) Ministério de Minas e Energia (MME) Ministério da Justiça (MJ) Ministério da Integração Nacional (MI) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(2, 3)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de manejo de Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(2, 3)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) 	
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta Serviço Florestal Brasileiro – SFB Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA IBAMA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 143 – Proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna, e a biodiversidade florestal 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(1, 2, 3, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano de Criação e Implantação de Unidades de Conservação 	<ul style="list-style-type: none"> COPAM - Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) 	
	(1, 2, 3, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) 	
	(1, 2, 3, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Planos de manejo das Unidades de Conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Minas Gerais 	
	(1, 2, 3, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano de manejo florestal sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano de Suprimento Sustentável – PSS 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Gerência de Produção e Reposição Florestal (GPRF) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Planos de contingência para o combate aos incêndios florestais 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Minas Gerais 	
	(1, 3, 5, 7, 8)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Mata Branca 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional 	
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Corredores Ecológicos (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> INEMA 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Meio Ambiente (Lei n.º 10.431/2006, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 12.377 de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 14.024/2012, de 6 de junho de 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA Órgãos de outras esferas da Administração Pública Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Bahia Pesca S/A Casa Civil Centro Industrial de Subaé
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Fomento Florestal Integrado (Lei nº 6.569 de 17 de janeiro de 1994) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Pronaf Florestal 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0098 – Conservação e preservação dos recursos naturais do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta CPRH Distrito Estadual de Fernando de Noronha
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Governo do Estado de Alagoas; Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa e o Estado de Alagoas, através da Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento (SEAIPA)
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM IMA 	
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recomposição de Matas Ciliares 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, através da Diretoria de Desenvolvimento Florestal – DDF 	<ul style="list-style-type: none"> Dotações orçamentárias atribuídas pelo Governo do Estado na fonte (Tesouro) Créditos especiais abertos por fonte (recursos externos); Convênios, contratos, contribuições ou doações de entidades nacionais ou internacionais Conta específica, conforme previsão em Lei Florestal do Estado
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual do Meio ambiente: Plano Estadual do Meio Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos integrantes do SISEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos ADEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE Órgãos de outras esferas da administração pública Doação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual do Meio ambiente: Zoneamento Ecológico-Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial
	(1, 5, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Manejo Florestal Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Proteção da Biodiversidade – PEPB 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta FERFA Órgãos de outras esferas da Administração Pública Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – Pernambuco: Programa de Conservação da Biodiversidade de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA CPRH ICMBio Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA IBAMA Ministério Público Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental Recursos por pagamento de Serviços Ambientais prestados pelas UC que integram o Sistema Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC Taxas advindas de serviços prestados pelas UC Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente Recursos Internacionais, entre outros
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Política florestal do Estado de Pernambuco: Planos de Manejo Florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> O Estado, através da SEMAS, poderá participar de consórcios e celebrar convênios com municípios, Estados e a União, com os demais entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros e internacionais
	(1, 3, 5, 7, 8)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco – ZAPE 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC: Programa de Conservação da Biodiversidade: Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM SEMARH IMA ICMBio Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) IBAMA Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental Recursos de Pagamento por Serviços Ambientais prestados pelas UC que integram o Sistema Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC Taxas advindas de serviços prestados pelas UC Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente Recursos Internacionais Fundo de Compensação Ambiental
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Política Florestal no Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Meio Ambiente (IMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal (REFLORESTAR) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI-DF) e EMATER-DF 	
	(1, 5, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Preservação da diversidade genética 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Preservação da fauna e da flora nativas e das espécies animais e vegetais socioeconomicamente importantes e adaptadas às condições ecológicas 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Política Florestal do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Florestal (FDF)
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal – Recupera Cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA-DF World Resources Institute (WRI) União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) 	<ul style="list-style-type: none"> UKaid Norwegian Ministry of Climate and Environment

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Recursos hídricos				
<p>11. Desenvolver estudos no sentido de se conhecer as potencialidades de ocorrência de águas subterrâneas na BHSF e as suas condições de exploração</p> <p>12. Melhorar o monitoramento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos</p> <p>13. Estudar alternativas para o incremento da disponibilidade hídrica em afluentes do rio São Francisco – transposições, obras de reserva para regularização de vazão, diminuição das demandas, etc. – que deverão ser comparadas entre si, visando selecionar aquela que apresente o melhor equilíbrio entre os custos de implantação, benefícios hidrológicos e impactos socioambientais (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016)</p> <p>14. Priorizar projetos que demonstrem maior racionalidade na utilização dos recursos hídricos, tendo em vista melhorar a eficiência de uso da água (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016)</p> <p>15. Proteger e/ou melhorar progressivamente a qualidade das águas superficiais e subterrâneas</p> <p>16. Promover o uso sustentável das águas das nascentes no meio rural, conforme vem sendo incentivado pela Codevasf (2016)</p>	(11, 12, 14, 16, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(11, 12, 13, 14,	<ul style="list-style-type: none"> Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Ministério da Integração Nacional (MI) Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(11, 13, 18, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) 	
	(11, 12, 15, 16, 17, 18, 20)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(11, 12, 15, 16, 17, 18, 20)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(13, 14)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(11, 13, 18, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nascente São Francisco: Plano de Preservação e Recuperação de Nascentes da Bacia do rio São Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> Codevasf 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) MMA/Fundo Nacional de Meio Ambiente Comitês de Bacia Hidrográfica – via recursos de cobrança pelo uso da água Iniciativa privada
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA) 	
	(13, 18, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>17. Promover o uso adequado do solo em áreas de recarga de nascentes, conforme vem sendo incentivado pela Codevasf (2016)</p> <p>18. Promover o manejo sustentável dos solos, métodos conservacionistas (como o terraceamento e seus complementos, como bacias de contenção das águas) e práticas agrícolas adequadas aos diferentes agroecossistemas, que reduzam a vulnerabilidade do solo a processos de degradação física (erosão, arenização, desertificação) e química (salinização, contaminação), disciplinem e favoreçam a infiltração de água no solo (como o Sistema Plantio Direto); ações que têm foco a recuperação hidroambiental da bacia, incluindo o controle de processos erosivos, visando o aumento/manutenção da água na bacia, também têm sido incentivadas pela Codevasf, em particular no âmbito do Projeto Novo Chico lançado pelo Governo Federal (Decreto n.º 8.834 de 09 de agosto de 2016)</p> <p>19. Implementar planos de bacia e a revitalização de rios estratégicos, buscando, quando necessário, fontes de recursos complementares aos da cobrança do uso da água</p>	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2084 – Recursos Hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> MIN – Administração Direta DNOCS CODEVASF Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Agência Nacional de Águas – ANA MMA
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 120 – Gestão e desenvolvimento sustentável de recursos hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 122 – Água para todos – universalização do acesso e uso da água 	*	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 206 – Cultivando água boa 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG) Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/MG) Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (SISEMA) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitês de bacia hidrográfica (CBH) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Conservação de Água (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> IGAM 	<ul style="list-style-type: none"> FHIDRO
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Estadual de Recursos Hídricos (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Bacias Hidrográficas (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	<ul style="list-style-type: none"> FERHBA
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Monitora (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> INEMA FIEB 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>20. Foco na recuperação, pautada na garantia de suprimento hídrico, por exemplo através do incentivo às ações para recuperação hidroambiental da bacia que vêm sendo executadas pelo CBHSF desde 2012 – “Ações pontuais, de caráter demonstrativo, (...) que cumprem o objetivo de proteger as nascentes e controlar a erosão, contribuindo, efetivamente, para aumentar a quantidade e a qualidade da água” (CBHSF, 2012); as principais ações incluem o reperfilamento dos terrenos segundo as curvas de nível, “a construção de (...) paliçadas, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais; melhorias ecológicas nas estradas vicinais; recomposição vegetal; cercamento de nascentes, além da mobilização das comunidades em torno de iniciativas de educação ambiental” (CBHSF, s.d.); de início custeadas “com os recursos originários da cobrança pelo uso da água”, em 2018 estas ações contarão também “com o dinheiro arrecadado com multas por crime ambiental” (CBHSF, 2018), no âmbito do Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017 (que institui o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama”); ações de recuperação são urgentes e prioritárias ao longo dos cursos d’água que já apresentam situação crítica entre demanda e disponibilidade hídrica</p>	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0611 – Gestão de recursos hídricos de Pernambuco 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta COMPESA
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0733 – Gestão integrada de recursos hídricos - água e clima 	*	<ul style="list-style-type: none"> APAC
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Pernambuco: Planos Diretores de recursos hídricos Plano Estadual de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH) Comitês de Bacia Hidrográfica – COBH Órgão gestor de recursos hídricos do Estado (APAC e Secretaria de Infraestrutura) Órgãos executores do SIGRH/PE; Organizações civis de recursos hídricos Agências de Bacia 	<ul style="list-style-type: none"> FEHIDRO
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Recursos hídricos e meio ambiente 	*	<ul style="list-style-type: none"> IMA Fundo de Recursos Hídricos SEINFRA CASAL
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Recursos Hídricos: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/AL); Planos Diretores de Bacias Hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH/AL)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídrico do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Recursos Hídricos
	(11, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica (Buarque, 2003) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Brasília 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Distrito Federal (GDF) Agência reguladora de Águas, energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Recursos Hídricos (Alagoas): Plano Estadual de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos do Governo Federal, que podem ser orçamentários ou de programas especiais de apoio aos estados e municípios Orçamento estadual e do municipal Apoio financeiro do Banco Mundial, do BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cidades e Meio Ambiente (SECIMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema)

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
21. Realizar estudos para a definição da vazão ambiental nos trechos da calha principal do rio do Alto, Médio e Submédio São Francisco, à semelhança dos realizados para o Baixo Trecho do Rio São Francisco por Medeiros et al. (2010) (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016) 22. Promover a manutenção das cheias naturais do rio São Francisco, bem como a fiscalização às drenagens das lagoas marginais				

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Abastecimento de água, saneamento e resíduos				
<p>23. Dotar todas as cidades e distritos de saneamento básico: sistema de tratamento de esgoto, destinação de resíduos sólidos e abastecimento de água potável – obras como as que vêm sendo executadas pela Codevasf pelo menos desde 2004 (Codevasf, 2016)</p> <p>24. Desenvolver novas tecnologias nas áreas de saúde e saneamento ambiental voltadas para a convivência com o semiárido (Sudene, 2011)</p>	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) Ministério da Saúde (MS) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Avançar Cidades – Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2068 – Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> * 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades – Administração Direta CODEVASF Fundação Nacional de Saúde
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Nacional / Codevasf Ministério das Minas e Energia Ministério do Meio Ambiente Casa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 145 – Saneamento é vida 	<ul style="list-style-type: none"> * 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saúde
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico – PESB (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Saneamento Básico (CESB) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável (Semad) Fundação João Pinheiro (FJP) Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (ARSAE) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB)
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Municípios e os gerenciadores Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, prestadores de serviços e demais fontes geradoras previstas em regulamento. 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Bahia) (Lei nº 13.572, de 30 de agosto de 2016) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido (composto por Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido e Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0131 – Programa de melhoria da convivência com o semiárido 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> SARA, por meio da SEAF e demais órgãos vinculados, através da criação da Diretoria de Convivência com o Semiárido 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> ProÁgua 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica – Ministério da Integração Nacional Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – ANA 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Mundial (Acordo de Empréstimo 7420-BR)
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente Núcleo Estadual de Bahia (Secretaria do Meio Ambiente) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR SEMA 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1038 – Melhoria na gestão dos resíduos sólidos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta Secretaria das Cidades - Administração Direta
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1076 – Gestão dos resíduos sólidos e desenvolvimento dos arranjos produtivos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0912 – Ampliação do acesso à água e esgotamento sanitário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO COMPESA Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1058 – Recursos hídricos e saneamento - expandir os serviços de esgotamento sanitário e o acesso à água 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos Programa Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos (PEGRS) Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) 	<ul style="list-style-type: none"> CONSEMA SECTMA CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas unidades de tratamento e destinação final Taxas advindas de serviços prestados a terceiros pelas unidades de tratamento e destinação final dos resíduos Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de meio ambiente Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos Recursos internacionais Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria prima reciclada no seu processo produtivo
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades Ministério da Integração Nacional Ministério da Saúde Ministério do Turismo Setor privado Prefeituras Governo do Estado de Pernambuco (diretamente e através da COMPESA) Emendas parlamentares; Organismos internacionais Responsabilidade Social
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Saúde e Saneamento 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA CASAL FES LIFAL
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> CASAL SEINFRA ARSAL 	<ul style="list-style-type: none"> As atividades regulatórias das ações de saneamento básico serão financiadas pela transferência obrigatória, do prestador do serviço à Agência Reguladora, de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor arrecadado anualmente, observados os critérios estabelecidos nos respectivos Convênios de Cooperação ou Consórcios Públicos.

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Fundos nacional, estadual e municipal de meio ambiente e de resíduos sólidos, ou de áreas afins Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos Recursos internacionais Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria-prima reciclada no seu processo produtivo
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0024 - Gestão ambiental e saneamento básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Administração Estadual do Meio Ambiente Fundo de Defesa de Meio Ambiente de Sergipe Fundo Estadual de Recursos Hídricos Companhia de Saneamento de Sergipe
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Distrital de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal ADASA CAESB Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal Secretaria de Estado do Meio Ambiente Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Saneamento
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal ADASA CAESB Novacap Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal Secretaria de Estado do Meio Ambiente Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Saneamento
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Brasília Limpa 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento do Governo de Brasília

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Água para Todos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social Casa Civil Secretaria de Desenvolvimento Rural Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Municipais de Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Saneamento – CESAN vinculado à Secretaria de Estado das Infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> OGU
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, em articulação com as demais secretarias, órgãos públicos e organizações da sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Coleta Seletiva de Sergipe 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH 	
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1048 - Programa Saneamento Básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cidades Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS)
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) 	
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE). 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Desertificação				
25. Implantar um sistema de alerta precoce para o monitoramento de áreas susceptíveis a processos de desertificação (Sudene, 2011)	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais – PAE/MG 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável Coordenação de Combate à Desertificação SEDVAN/IDENE Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Órgãos Colegiados: EDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos CEPRAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia FBMC-Bio – Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> FERHBA Fundo Estadual de Meio Ambiente Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB Plano de Aceleração do Crescimento – PAC Fundo Nacional de Meio Ambiente Ministério da Integração Nacional (MIN) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Banco do Nordeste do Brasil (BNB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) BIRD – International Bank for Reconstruction and Development, BID , JBIC – Japan Bank for International Cooperation Fundos internacionais: WWF – World Wildlife Fund, EU – European Union, OMT – Organização Meteorológica Mundial
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca: Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE-PE 	<ul style="list-style-type: none"> SECTMA 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca Subsídios e incentivos fiscais e financeiros para elaboração e implantação de pesquisas, projetos e ações voltados ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e à convivência socioambiental sustentável como semiárido Incentivos fiscais e financeiros para a criação e implementação de Unidades de Conservação voltadas à proteção do Bioma Caatinga

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação no estado de Alagoas: Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-AL) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Combate à Desertificação 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação – PAE- Sergipe 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Combate à Desertificação 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação (Goiás) 		
Agricultura e pecuária				
<p>18. Promover o manejo sustentável dos solos, métodos conservacionistas (como o terraceamento e seus complementos, como bacias de contenção das águas) e práticas agrícolas adequadas aos diferentes agroecossistemas, que reduzam a vulnerabilidade do solo a processos de degradação física (erosão, arenização, desertificação) e química (salinização, contaminação), disciplinem e favoreçam a infiltração de água no solo (como o Sistema Plantio Direto); ações que têm foco a recuperação hidroambiental da bacia, incluindo o controle de processos erosivos, visando o aumento/manutenção da água na bacia, também têm sido incentivadas pela Codevasf, em particular no âmbito do Projeto Novo Chico lançado pelo Governo Federal (Decreto n.º 8.834 de 09 de agosto de 2016)</p> <p>26. Monitorar a ampliação de pastagens e estimular a recuperação de pastagens degradadas ou com sobrepastoreio, por exemplo através de métodos agroecológicos</p>	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Agrícola e Pecuário / Plano Safra (PAP 2018/19) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Safra da Agricultura Familiar – 2017-2020 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2028 – Defesa Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Administração Direta
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2066 – Reforma Agrária e Governança Fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAD – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – SEAD

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
27. Promover a implantação de Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de todas as propriedades e posses rurais com vistas à sua regularização ambiental	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta MIN – Administração Direta Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda CODEVASF DNOCS (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 012 – Ensino Técnico para o Agronegócio 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 025 – Geração de conhecimento e de Tecnologia Agropecuária 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 062 – Infraestrutura rural 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 064 – Barragens de minas 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 068 – Assistência técnica e extensão rural para o estado de minas gerais 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola: Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Ministério da Integração Nacional Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Brasil (BB) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Minas Pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) Ruralminas 	<ul style="list-style-type: none"> dotações consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais recursos advindos de parcerias entre União, Estado e o setor privado recursos oriundos de outras fontes
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Interior Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – PEDRS 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf) Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Estado Recursos oriundos de convênios, acordos de cooperação e doações Fundo de Erradicação da Miséria – FEM Outros fundos nacionais e internacionais que apoiem ações de desenvolvimento rural sustentável solidário.
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Instituto Euvaldo Lodi- IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado de Minas Gerais (UNICAFES-MG) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEAMG) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAFMG) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CTSANS) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA - MG) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0030 – Apoio às ações de convivência com o semiárido 	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário 	*	<ul style="list-style-type: none"> IPA
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0058 – Regularização e reorganização fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - ITERPE
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0318 – Promoção de regularização fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco – ZAPE 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Governo do Estado de Alagoas; Embrapa Solos UEP Recife 	Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa e o Estado de Alagoas, através da Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento (SEAIPA)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agricultura familiar e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL ITERAL EMATER SEINFRA
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Alagoas Mais Ovinos (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa do Leite (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	<ul style="list-style-type: none"> Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Desenvolve (Agência de Fomento de Alagoas)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Raízes e tubérculos (inhame) (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Palma e sorgo forrageiro (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Apoio à Produção dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf – PROAP (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas - PAA/AL 	<ul style="list-style-type: none"> EMATER/AL 	<ul style="list-style-type: none"> Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Mecanização Agrícola (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza – FUNCEP (execução e supervisão são da SEAGRI/EMDAGRO)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Agricultura irrigada (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Agricultura Familiar (Pronaf) (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa fortalecimento das cadeias produtivas (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO sob a coordenação da SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0022 - Desenvolvimento rural, agropecuário e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Defesa Sanitária (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) sob a coordenação da SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição da Produção da Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI EMATER/DF 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF) Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal – (CAO-DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) Prospera
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF) Sociedade Civil, por meio do Grupo de Trabalho Agricultura Urbana (GT-AU) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança Alimentar e Defesa do Consumidor 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança Alimentar e Nutricional 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal (CONSEA-DF) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Irrigação e Drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Meio ambiente e Recursos Hídricos Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1037 - Programa Desenvolvimento da Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Agricultura Fundo Especial de Desenvolvimento Rural (FUNDER)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1062 - Programa Defesa e Vigilância Agropecuária 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Agricultura Irrigada/Plano Diretor de Irrigação 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Irrigação (CEI) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Agricultura Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano/Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC-GO 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Interministerial de Mudança Global do Clima (CIM) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco do Brasil Banco da Amazônia Banco do Nordeste

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Pesca e aquicultura				
<p>28. Fomentar estudos sobre a dinâmica das lagoas marginais, como subsídio para a manutenção dos berçários naturais dos peixes nativos</p> <p>29. Incrementar os estudos de reprodução artificial de peixes nativos e peixamento, como os que vêm sendo realizados pela Codevasf (desenvolvimento de pesquisas, produção de alevinos, ações de repovoamento) através dos seus Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura (Codevasf, 2017b)</p> <p>30. Implementar Parques Aquícolas e monitorar a atividade de piscicultura em tanques-rede praticada nos braços do São Francisco, para ordenar a piscicultura na bacia</p>	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Recuperação de Lagoas Marginais 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (CPDR) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR) Banco de Brasília S/A (BRB)
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR)
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Proteção à Fauna e à Flora Aquáticas e de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura no Estado: Plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agricultura familiar e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL ITERAL EMATER SEINFRA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0022 - Desenvolvimento rural, agropecuário e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
Diretrizes sociais e econômicas				
Comunidades tradicionais				
<p>31. Reconhecer, delimitar e efetuar a regularização fundiária dos territórios das populações tradicionais</p> <p>32. Ampliar o apoio às populações tradicionais, visando a melhoria das condições de vida e da produção em seus territórios com base em sistemas alternativos de uso sustentável dos recursos naturais</p> <p>33. Envolver as comunidades tradicionais no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos resultados das medidas a aplicar em seus territórios, seja na identificação de medidas de conservação adequadas, no gerenciamento de áreas protegidas e outros habitats naturais ou no monitoramento e avaliação de projetos específicos</p>	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Regularização de Territórios Quilombolas 	<ul style="list-style-type: none"> INCRA 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs)
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 15.634, de 6 de novembro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) 	<ul style="list-style-type: none"> Estado da Bahia
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> SARA, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e com o Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) 	<ul style="list-style-type: none"> Celebração de convênios, contratos, acordos e instrumentos similares de cooperação entre o Estado de Pernambuco e órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como com entidades privadas e organizações não governamentais que tenham reconhecida atuação no tema

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe (em desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) Caixa Econômica Federal FUNCEP
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Habitacional para Comunidades Tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA) Agência Goiana de Habitação (Agehab) Caixa Econômica Federal. 	
Desenvolvimento econômico, agricultura, pecuária e floresta				
<p>34. Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase no incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo e com prioridade para a população de alta vulnerabilidade social</p> <p>35. Promover o adensamento dos arranjos produtivos locais competitivos, incluindo a capacitação em relação à estruturação da cadeia produtiva, promovendo a verticalização da produção no APL (Sudene, 2011)</p> <p>36. Incentivar ações de assistência técnica aos agricultores rurais para sistemas de produção integrada lavoura-pecuária-floresta</p>	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa 2012 – Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Administração Direta Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) Ministério do Desenvolvimento Social – Administração Direta
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Safra da Agricultura Familiar – 2017-2020 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>37. Promover a adoção de sistemas produtivos sustentáveis tanto por parte da agricultura familiar, quanto pelos médios e grandes produtores rurais, por exemplo pela difusão de informações que orientem os produtores no acesso a recursos financeiros e crédito para ampliação de suas atividades de forma sustentável</p> <p>38. Agregar valor aos produtos da agropecuária, pela estruturação de cadeias produtivas, qualificação dos processos de produção, beneficiamento e comercialização</p> <p>39. Fomentar a diversificação produtiva no bioma Cerrado e a agricultura orgânica familiar</p> <p>40. No setor produtivo florestal, incentivar abordagens de gestão em pequena escala, a nível comunitário, onde o potencial das florestas é melhor aproveitado para reduzir a pobreza de uma forma sustentável</p> <p>41. Desenvolver novos mercados e acordos de comercialização de produtos florestais não-madeireiros, bens e serviços florestais, considerando a gama completa de bens e serviços ambientais capazes de serem obtidos a partir de florestas bem geridas</p>	(36, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) <ul style="list-style-type: none"> Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF Fundo Amazônia Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA Outros fundos cujos objetivos institucionais se adequem ao PMCF
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) Estados e municípios 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) Ministério da Fazenda (MF) Ministério de Minas e Energia (MME) Ministério da Justiça (MJ) Ministério da Integração Nacional (MI) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de manejo de Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(36, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(36, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(36, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) 	
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2028 – Defesa Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Administração Direta
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2066 – Reforma Agrária e Governança Fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAD – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – SEAD
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Administração Direta Fundo Nacional de Saúde
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta MIN – Administração Direta Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda CODEVASF DNOCS (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Administração Direta Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 	*	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 012 – Ensino Técnico para o Agronegócio 	*	
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 025 – Geração de conhecimento e de Tecnologia Agropecuária 	*	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa 	*	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 062 – Infraestrutura rural 	*	
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 064 – Barragens de minas 	*	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 068 – Assistência técnica e extensão rural para o estado de minas gerais 	*	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Rural Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Coordenação de Desenvolvimento Agrário
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – PROATER (Lei n.º 13.272 de 23 de dezembro de 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas vinculadas à Secretaria Apoio do Estado Federal
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário 	*	<ul style="list-style-type: none"> IPA
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1040 – Programa de desenvolvimento sustentável – enfoque territorial e transversalidade do meio ambiente – Prorural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0633 – Apoio à estruturação de assentamentos rurais 	*	<ul style="list-style-type: none"> ITERPE
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1030 – Melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos no meio rural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN) 2016/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PE) Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PE) Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual responsáveis pela implementação dos programas e ações integrantes do PLANESAN Órgãos e entidades municipais e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo Estadual, Distrito Estadual de Fernando de Noronha e Municípios que aderirem ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SESANS)
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar (PROATER-PE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), por meio da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar (SEAF) 	<ul style="list-style-type: none"> Dotação orçamentária própria da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agronegócio 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI ADEAL
Transportes				
<p>42. Promover a integração territorial, a eficiência econômica e a redução dos impactos socioambientais do setor de transportes</p> <p>43. Fortalecer a infraestrutura logística de transporte, promovendo a multimodalidade, de modo a tornar a produção mais competitiva; complementar e reforçar, em particular, os grandes corredores de logística do Nordeste (e.g. aumentar a participação dos modais ferroviário e hidroviário na matriz de transportes de cargas, bem como sua integração aos demais modais) (Sudene, 2011)</p>	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário 2022 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis vinculada ao Ministério de Minas e Energia (SPG/MME) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT 2007-2023) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Ministério da Defesa (MD) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Hidroviário Estratégico (PHE; 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH; 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Investimentos em Logística (PIL 2015-2018) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI 2015-2035) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Planejamento e Logística (EPL) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Logística (PNL) (horizonte 2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Planejamento e Logística (EPL) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2086 – Transporte Aquaviário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Portos Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – Administração Direta Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante – FMM
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2087 – Transporte Terrestre 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – Administração Direta Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias do Estado da Bahia – PREMAR-II 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> BIRD – Banco Mundial

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0268 – Desenvolvimento de infraestrutura em municípios e no distrito de Fernando de Noronha 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0265 – Apoio à construção de obras federais no estado na área de transportes 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0342 – Desenvolvimento do sistema de transporte aeroviário do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0927 – Ampliação e melhoramento da malha viária do estado - Caminhos da integração 	*	<ul style="list-style-type: none"> DER-PE
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0132 – Melhoria operacional do sistema metroviário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco - COPERTRENS
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0134 – Reativação de trens de passageiros de médio percurso 	*	<ul style="list-style-type: none"> COPERTRENS
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0657 – Melhoria da circulação do tráfego 	*	<ul style="list-style-type: none"> Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-PE
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1031 – Melhoria da mobilidade urbana 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta; Secretaria das Cidades - Administração Direta
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo Estadual, por intermédio das Secretarias Estaduais (Secretaria das Cidades) 	<ul style="list-style-type: none"> O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para inclusão dos programas e ações que comporão a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta no Plano Plurianual e nos Orçamentos do Estado de Pernambuco.
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Infraestrutura, logística e transporte 	*	<ul style="list-style-type: none"> ARSAL SEINFRA SEDETUR SETRAND DER
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0018 -Infraestrutura logística e desenvolvimento urbano 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Departamento de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito (PDTU/DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Brasília, através Secretaria de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento do Governo de Brasília

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – Circula Brasília 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Brasília, através da Secretaria de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento do Governo de Brasília
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Política de mobilidade urbana ciclovitária de incentivo ao uso da bicicleta 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo, garantida a participação de usuários, de representantes da sociedade civil organizada e de profissionais com atuação voltada para essa área 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Mobilidade por bicicleta no DF 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê de Mobilidade Urbana por Bicicleta (sociedade civil e órgãos do Governo do DF: secretarias de Educação, Esporte, Governo, Habitação, Meio Ambiente, Obras, Segurança Pública, Transporte e Turismo, além de Novacap, Departamento de Estradas de Rodagem – DER e Departamento de Trânsito – Detran) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável 	*	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1045 - Programa Infraestrutura de Transportes e Mobilidade Urbana 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS) Superintendência Executiva de Infraestrutura Superintendência Executiva de Assuntos Metropolitanos Superintendência Executiva de Cidades Fundo Especial de Implantação do Programa Veículo Leve Sobre Trilhos (FVLT) Metrobus Transporte Coletivo S/A (METROBUS)
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1061 - Programa Trânsito Consciente e Responsável 	*	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1066 - Programa Aeroportuário 	*	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1068 - Programa Rodovia 	*	
Pesca e aquicultura				
<p>44. Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos</p> <p>45. Implementar programas voltados à cadeia produtiva piscatória, destacando-se pescadores e extrativistas tradicionais, com formação, assistência técnica e extensão pesqueira</p>	(44, 45)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(44, 45)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Energia				
<p>46. Estimular a diversificação da matriz energética da bacia aproveitando o potencial de fontes alternativas, renováveis e de autogeração elétrica sustentável de pequeno porte</p> <p>47. Estimular a eficiência energética nos sistemas produtivos, especialmente na indústria</p>	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Energia (PNE 2030; PNE 2050 em elaboração) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2033 – Energia Elétrica 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia – Administração Direta Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral 	*	<ul style="list-style-type: none"> MME – Administração Direta Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais – PEMC 2020-2030 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPED) Gerência de Energia e Mudanças Climáticas (GEMUC) Conselho Regional de Nord Pas-de-Calais/França Agência Francesa do Meio Ambiente e da Gestão de Energia Enviroconsult 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Mineiro de Energia Renovável – Energias de Minas 	<ul style="list-style-type: none"> Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de Fazenda (SEF), de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto de Desenvolvimento Integrado Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica em Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Geração e Aproveitamento de Energia Solar no Estado 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0544 – Expansão da rede de distribuição de gás natural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1035 – Gestão dos recursos energéticos do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Administração Direta
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pernambucano de Micro e Minigeração de Energia Solar – PE Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação e com a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE 	<ul style="list-style-type: none"> AGEFEPE

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA SEAGRI SEDETUR AFAL
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: I046 - Programa Garantia de Energia 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Infraestrutura Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) Agência Goiana de Gás Canalizado S/A (Goiásgás) Celg Geração e Transmissão S.A. (CELG G T)
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Goiás Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Goiás Fomento Linha de crédito FCO SOL Fundo de Incentivo à Microgeração e Minigeração Distribuída a partir de Fontes Renováveis do Estado de Goiás (FIMER Goiás)
Educação				
48. Investir na qualidade da educação em todos os níveis, especialmente para capacitação profissional, e na melhoria dos serviços públicos, com ênfase em saúde, segurança, infraestrutura, entre outros	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS” (prorrogado até 2022 pelo Decreto n.º 9357/2018, de 27 de abril) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Educação (MEC) 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Instituto Estadual de Florestas (IEF) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saúde (Lei 8.080/1990) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual da Saúde – SESAB 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Educação Ambiental da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA Órgão gestor dirigido pelos Secretários do Meio Ambiente e da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos privados Recursos públicos, inclusive de Fundo Especiais
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> SEMAS 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) (SEMAS, 2015)
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Educação Ambiental de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> Unidade Gestora de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Secretaria de Estado da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de Educação Ambiental

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Educação Ambiental do Distrito Federal: Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos de educação e de meio ambiente do Distrito Federal e aos Conselhos de Educação e de Meio Ambiente do Distrito Federal Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM), entre outros
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Goiano de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) 	
Diretrizes político-institucionais				
Políticas, planos, programas e projetos				
<p>49. Integrar a dimensão ambiental nas políticas, planos, programas e projetos federais, de forma a promover o uso sustentável dos recursos naturais e o respectivo ordenamento territorial, priorizando o fortalecimento da gestão ambiental municipal, o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades sociais</p> <p>50. Promover a regulamentação, a nível federal e estadual, das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) previstas na Lei de Proteção da Vegetação Nativa (“Novo Código Florestal” – Lei n.º 12.651/2012, de 25 de maio)</p> <p>51. Formular políticas públicas estaduais e municipais de pagamento por serviços ambientais</p> <p>52. Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário</p> <p>53. Implementar políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional</p> <p>54. Implementar políticas de prevenção e remediação dos impactos da mineração, articuladas a ações e programas de monitoramento</p>	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(49, 50, 51, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo (das Unidades de Conservação) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (ICMBio/MMA) 	
	(49, 50)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Conectividade de Paisagens 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Global Environmental Facility (GEF) Conversão de multas

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>55. Incentivar ações de proteção dos recursos hídricos e das áreas de recarga de aquíferos, por exemplo, através da criação/elaboração e do fortalecimento (para os existentes) de instrumentos de gestão de recursos hídricos, como os planos e os comitês de bacias hidrográficas</p> <p>56. Promover políticas de desenvolvimento urbano para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas, isto é, para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos</p> <p>57. Incentivo à criação e a implementação de programas estaduais e municipais de educação ambiental, em consonância com as Diretrizes do ProNEA (Órgão Gestor da PNEA, 2014)</p> <p>58. Implementação de políticas públicas para o fortalecimento das instituições de educação e formação de jovens e adultos no meio rural, a exemplo dos Centros de Formação de Agricultores em Agroindústria (Cefas), contribuindo para a sustentabilidade da agricultura familiar (Órgão Gestor da PNEA, 2014)</p> <p>59. Desenvolver e implementar políticas sustentáveis de turismo ou ecoturismo</p> <p>60. Construir uma política que viabilize as fontes alternativas de energia, incentivando o financiamento das iniciativas econômicas que utilizem fontes de energias renováveis (Sudene, 2011)</p>	(49, 50, 51, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 50, 51, 55, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 50, 51, 56)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) 	
	(52)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Energia (PNE 2030; PNE 2050 em elaboração) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(49, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(49, 51, 52, 53, 56, 57, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MT) Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) Agentes públicos e privados 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR + Turismo) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MT) 	
	(49, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Educação (MEC) 	
	(49, 52, 53, 55, 56, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(49, 55, 56)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(49, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Comissão Nacional de Energia Nuclear Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN
	(49, 52)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2050 – Mudança do Clima 	*	<ul style="list-style-type: none"> MCTIC – Administração Direta MMA – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo – Administração Direta Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
	(49, 50, 51, 52, 53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta MIN – Administração Direta Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda CODEVASF DNOCS (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
	(49, 50, 51, 56, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta Serviço Florestal Brasileiro – SFB Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA IBAMA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 55, 56)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2083 – Qualidade Ambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta IBAMA Fundação Nacional de Saúde Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2084 – Recursos Hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> MIN – Administração Direta DNOCS CODEVASF Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Agência Nacional de Águas – ANA MMA
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 	*	
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(49, 54)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão de Desenvolvimento Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem)
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Minas Sustentável – PMS 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) Serviço Social da Indústria (SESI) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Controle da Poluição por Veículos em Uso – PCPV 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) Fundação Estadual do Meio Ambiente Polícia Civil do Estado de Minas Gerais Departamento de Trânsito de Minas Gerais 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) Conselho Estadual de Turismo 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) Infraero Secretarias estaduais e municipais de turismo Unidades executoras dos estados e municípios (UEE e UEM) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Banco do Nordeste (BNB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia (Lei n.º 13.214 de 29 de dezembro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAN 	
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Produtivo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura Fundação Cultural do Estado da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia Secretaria de Turismo Agência de Fomento do Estado da Bahia Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Secretaria de Desenvolvimento Econômico Junta Comercial do Estado da Bahia Centro Industrial de Subaé Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Urbano 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A Secretaria da Administração Departamento Estadual de Trânsito
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Vida Melhor 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A Bahia Pesca S/A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Secretaria de Desenvolvimento Rural

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Infraestrutura Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Companhia de Transportes do Estado da Bahia Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Companhia de Gás da Bahia Secretaria da Administração
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Gestão Participativa 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saúde Secretaria da Infraestrutura Secretaria do Meio Ambiente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Secretaria de Relações Institucionais Gabinete do Governador Secretaria de Comunicação Social Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia Empresa Gráfica da Bahia Procuradoria Geral do Estado Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia Secretaria da Administração Departamento Estadual de Trânsito

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Gestão Participativa 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais Superintendência de Atendimento ao Cidadão da Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Secretaria da Educação Secretaria da Fazenda Casa Civil Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza Secretaria de Desenvolvimento Econômico Junta Comercial do Estado da Bahia Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Secretaria do Planejamento
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano estratégico de turismo do Estado da Bahia (Lei n.º 12.933, de 09 de janeiro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) (Lei n.º 12.933, de 09 de janeiro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Prodetur-NE II – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo (PMGT) (Lei n.º 12.933, de 09 de janeiro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0469 – Plano estratégico ambiental de Pernambuco – Planambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (Projeto Pernambuco 2035) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Planejamento e Gestão, mais especificamente, Instituto de Gestão PE e Agência Condepe/Fidem); Movimento Brasil Competitivo – MBC (Consórcio Pernambuco do Amanhã – Consultorias TGI, CEPLAN e Macroplan) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Criança e da Juventude Secretaria de Educação Secretaria de Ciência e Tecnologia Secretaria de Saúde Secretaria de Defesa Social Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (CODECIPE) Secretaria Executiva de Ressocialização Secretaria das Cidades Secretaria de Infraestrutura COMPESA Secretaria das Cidades/ Companhia de Habitação e Obras (SECID/CEHAB) Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) CPRH SEMAS Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária SESDSH/Secretaria da Mulher Secretaria de Administração (SAD) Assembleia Legislativa do Estado
	(49, 54, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA SEAGRI SEDETUR AFAL
	(49, 50, 51, 55, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM IMA 	
	(49, 56)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0018 -Infraestrutura logística e desenvolvimento urbano 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Departamento de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 54, 56)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0021 - Desenvolvimento produtivo, ciência, tecnologia e inovação 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Sergipe Gás S.A. – SERGÁS Fundo Aval do Estado de Sergipe Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência Tecnológica Junta Comercial de Sergipe Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica de Sergipe Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe Fundo de Apoio a Industrialização Fundo Estadual para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
	(49, 50, 51, 55, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual do Meio Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos integrantes do SISEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos ADEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE Órgãos de outras esferas da administração pública Doação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Fomento à Economia Popular e Solidária 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária (SMPES) Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária (CDEPS) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo distrital de fomento à economia popular e solidária
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Goiás 2030 (GO) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0004 – Promoção e apoio à comercialização do destino turístico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos - EMPETUR
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0737 – Prodetur nacional Pernambuco 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0925 – Ampliação e adequação da infraestrutura para o turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> EMPETUR Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0359 – Sustentabilidade das cadeias econômicas da cultura e do turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura - Administração Direta

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco -Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SETUR/PE) EMPETUR 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de Suporte ao Financiamento do Plano: Prefeitura Municipal de Ipojuca Prefeitura Municipal de Recife Prefeitura Municipal de Olinda CTI Nordeste
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas 2013-2023 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas 	
	(49, 50, 51, 52, 53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Inclusão produtiva 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL INMEQ/AL SETE SEDETUR AFAL
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0023 - Turismo e esporte 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado do Turismo
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe – PDR Sergipe (em execução) 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAG, com apoio da SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), instituição vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA)
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo do Distrito Federal (SETUR/DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos disponíveis em âmbito internacional, nacional e distrital para a ampliação, qualificação e promoção da oferta turística existente na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), disponíveis em âmbito internacional, nacional e distrital Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (FITUR/DF)
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1063 - Programa Desenvolvimento Turístico 	*	
	(49, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Incentivo à Geração de Energia Limpa em prédios residenciais ou não (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Incentivo ao Reaproveitamento da Água da Chuva no Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (FUNAM/DF)
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6208 - Território da Gente 	*	
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6211 - Direitos Humanos e Cidadania 	*	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6207 - Brasília Competitiva 	*	
	(49, 54)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1038 - Programa Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Mineral 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Fomento a Mineração (FUNMINERAL)
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1040 - Programa Desenvolvimento Regional 	*	<ul style="list-style-type: none"> Gabinete do Secretário da Casa Civil Superintendência Executiva de Desenvolvimento Regional Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) Superintendência Executiva de Cidades Superintendência Executiva de Assuntos Metropolitanos Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia (FUNDEMETRO)
	(49, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1046 - Programa Garantia de Energia 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Infraestrutura Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) Agência Goiana de Gás Canalizado S/A (Goiásgás) Celg Geração e Transmissão S.A. (CELG G T)
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Turismo (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Goiana de Turismo Casa Brasil Ministério do Turismo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Regional: 2210 - Implantação e melhoria da infraestrutura urbana social e turística 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação 	
	(49, 54, 56, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Regional: 2211 - Obras e serviços de infraestrutura orientadas para o desenvolvimento econômico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) 	
	(49, 54, 56, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Regional: 2212 - Obras e serviços de infraestrutura, urbanização e melhoria dos distritos industriais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) 	
Investimentos				
	(61, 62, 63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(61, 62)	<ul style="list-style-type: none"> Arranjos Produtivos Locais (APL) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>61. Incentivar os arranjos produtivos locais (APLs), com a alocação de investimentos públicos visando consolidar atividades produtivas, gerar emprego e renda e articular redes produtivas para fomentar a inclusão social produtiva, por exemplo em articulação com a Codevasf, que “desde 2004, vem atuando no apoio à estruturação de APLs”, contando “com recursos orçamentários próprios e, também, com a parceria dos Ministérios da Integração Nacional, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura”, entre outros (Codevasf, 2010)</p> <p>62. Implantar uma rede integrada de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) como instrumento de difusão de inovação nos Arranjos Produtivos Locais (Sudene, 2011)</p> <p>63. Implementar as “proposições (...) relacionadas à redução de vazões do rio São Francisco”, recomendadas pelo CBHSF ao Grupo de Trabalho do São Francisco (criado por meio da Portaria ANA n.º 414/2015 tendo como objetivo central a elaboração de uma proposta de condições de operação para os principais reservatórios da bacia do rio São Francisco), que incluem “o controle integrado dos usos das águas superficiais e das águas subterrâneas” (Deliberação CBHSF n.º 89 de 19 de maio 2016)</p>	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
	(66)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) Ministério da Fazenda (MF) Ministério de Minas e Energia (MME) Ministério da Justiça (MJ) Ministério da Integração Nacional (MI) 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020)
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	
	(63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>64. Implementar medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, em particular medidas de atenuação dos efeitos de fenômenos climáticos extremos como secas e estiagens, cheias e inundações</p> <p>65. Promover a prevenção de incêndios florestais, substituição do fogo por práticas agrícolas sustentáveis e fortalecimento da capacidade de combate a incêndios</p> <p>66. Promover a adoção de padrões e certificações de produção sustentável para produtos do bioma Cerrado</p>	(63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de manejo de Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(61, 62, 63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOR) 	
	(61, 62, 63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Comissão Nacional de Energia Nuclear Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
	(63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais – PEMC 2020-2030 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPED) Gerência de Energia e Mudanças Climáticas (GEMUC) Conselho Regional de Nord Pas-de-Calais/França Agência Francesa do Meio Ambiente e da Gestão de Energia Enviroconsult 	
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Programa “Registro Público Voluntário das Emissões Anuais de Gases de Efeito Estufa de Empreendimentos no Estado” 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) 	
	(61, 62, 63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Educação Secretaria do Desenvolvimento Económico Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Secretaria de Desenvolvimento Rural Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Agência de Fomento do Estado da Bahia
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual sobre Mudança do Clima (Lei n.º 12.050, de 7 de janeiro de 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Políticas para Sustentabilidade - Secretaria Estadual do Meio Ambiente Instituto de Gestão das Águas e Clima 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ações Interagências para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Estado da Bahia (Decreto Nº 8.394, de 13 de dezembro de 2002) 	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar do Estado da Bahia 	
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1068 – Prevenção em áreas vulneráveis à desastres climáticos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Mudanças Climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual do Meio Ambiente; Comitê Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas (CEEM) Fórum Estadual de Mudanças Climáticas Comitês de Difusão de Tecnologias Mitigadoras do Aquecimento Global Órgãos Setoriais Fóruns Municipais de Enfrentamento às Mudanças Climáticas Órgãos Locais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual Sobre Mudanças Climáticas Fundo Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas
Outorga e instrumentos de gestão da água				
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>67. Priorizar o consumo humano e a dessedentação animal (1.º) nos processos de análise e emissão de outorgas, seguidos da vazão ambiental (manutenção dos ecossistemas – 2.º) e só depois pelos demais usos preponderantes, em cada sub-bacia a ser considerada (3.º); ou seja, com exceção dos usos priorizados por lei, não deve haver a primazia de um uso sobre os demais, a menos que estas prioridades venham a ser revistas, ou dirimidas eventuais condições de aplicação, em sede de acordo entre os principais atores do uso e gestão de recursos hídricos da bacia (CBHSF, 2016)</p> <p>68. Considerar parâmetros e metas para melhoria de eficiência no uso da água na emissão de outorgas, estabelecendo, por exemplo, na região do semiárido, o patamar de exigência de 90% para eficiência de irrigação (CBHSF, 2016)</p> <p>69. Promover o reforço do instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos conforme proposto no Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025 (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016), bem como a sua implementação efetiva</p>	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Ministério da Integração Nacional (MI) Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
Governança e educação				
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas – ANA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>68. Promover a “Articulação Institucional Prioritária” proposta pelo Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025, assente no estabelecimento de um Pacto das Águas entre os estados federados da bacia e a União, “com a reflexão e construção de um entendimento sobre o sistema multiusos de partilha das águas, mas também sobre a gestão e o cumprimento da legislação relacionada aos recursos hídricos (pacto de legalidade) e sobre a revitalização da bacia (pacto de revitalização, envolvendo diretamente o CBHSF no processo de revitalização)” (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016); será de continuar a envolver na revitalização da bacia os parceiros do Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco criado em 2004 no âmbito do MMA, que incluem ainda a Codevasf, a ANA, o Ibama, o ICMBio, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e as Universidades Federais, para além do Ministério da Integração Nacional e 14 outros Ministérios (MMA, 2012)</p> <p>69. Apoiar a articulação interinstitucional, a gestão e governança territoriais fortalecendo instâncias participativas, colegiados de Políticas Públicas e outros mecanismos de controle social voltados para o desenvolvimento econômico e ambiental, em particular nas zonas rurais</p> <p>70. Promover a participação intensiva da sociedade no processo de revitalização da BHSF por meio de sua atuação no processo, conforme preconizado pela Codevasf (2016)</p>	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none">Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”)	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI)Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none">Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA	<ul style="list-style-type: none">Ministério do Meio Ambiente (MMA)Ministério da Educação (MEC)	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none">Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE	<ul style="list-style-type: none">Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none">Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005)	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI)Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none">PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial	*	<ul style="list-style-type: none">Ministério do Meio Ambiente – Administração DiretaMinistério da Integração Nacional – Administração DiretaMinistério do Meio Ambiente – Administração DiretaCompanhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASFSuperintendência do Desenvolvimento do NordesteSuperintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECORecursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MINRecursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none">Plano Estadual de Saúde (Bahia)	<ul style="list-style-type: none">Secretaria Estadual da Saúde – SESAB	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>71. Incentivar ações de mobilização social, sensibilização, capacitação e educação ambiental (Codevasf, 2016), no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/99 e Decreto n.º 4.281/02) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)</p> <p>72. Estímulo à inserção da educação ambiental nas práticas de ecoturismo, visando garantir a sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades receptoras e proporcionando uma interação adequada dos turistas com os ecossistemas locais (Órgão Gestor da PNEA, 2014)</p> <p>73. Incentivo à criação e a implementação de programas estaduais e municipais de educação ambiental, em consonância com as Diretrizes do ProNEA (Órgão Gestor da PNEA, 2014)</p>				
Monitoramento, fiscalização e controle				
	(75)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(74, 75)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(75)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(74, 75)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(78)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de manejo de Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
74. Acompanhar a execução de projetos de transposição de água em implantação ou planejados (Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF –, Canal do Sertão Alagoano, Canal do Xingó, Canal do Sertão Baiano ou Eixo Sul), em articulação, notadamente, com a Codevasf (operadora oficial do PISF a partir de 14 de março de 2014), face à existência de balanços hídricos desfavoráveis em algumas sub-bacias (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016); acompanhar os estudos para determinar a viabilidade do reforço da capacidade hídrica da bacia do rio São Francisco com origem na transposição de águas do rio Tocantins, também referidos no plano de recursos hídricos da BHSF 75. Promover o reforço das ações de monitoramento, fiscalização e vigilância ambientais, através da atualização do respectivo marco regulatório e da mobilização de meios, em particular recursos humanos devidamente capacitados, envolvendo parcerias entre as três esferas de governo e a participação ativa da sociedade civil, incluindo as universidades na bacia 76. Fortalecer a fiscalização dos agentes produtivos para que não utilizem carvão proveniente de desmatamentos ilegais 77. Intensificar também o controle e fiscalização das áreas em que a biodiversidade é ameaçada pelo uso desordenado do fogo e pela exploração florestal para comercialização de carvão	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none">Planos de Suprimento Sustentável (PSS)	<ul style="list-style-type: none">Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)	
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none">Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF)	<ul style="list-style-type: none">Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)	
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none">Programa Nacional de Florestas (PNF)	<ul style="list-style-type: none">Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO)	
	(74, 75)	<ul style="list-style-type: none">Projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)	<ul style="list-style-type: none">Ministério da Integração Nacional / CodevasfMinistério das Minas e EnergiaMinistério do Meio AmbienteCasa CivilÓrgãos gestores estaduaisANA (órgão regulador)	<ul style="list-style-type: none">Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
78. Fiscalizar/controlar o cumprimento das diretrizes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) (DPCD/SMCQ/MMA, 2016) e do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)				

* Nota: não existem responsáveis formais pelos programas no tocante à lógica atual dos PPA Federal e Estaduais.

Quadro 12 – Implementação das diretrizes específicas: Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
I. Criação e ampliação de UC e corredores ecológicos (Todas as zonas): <ul style="list-style-type: none">• Ampliação da proteção (ex.: criação de Monumento Natural) na APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho; considerar ampliar a proteção de outras UC já criadas• Ampliação da Reserva da Biosfera da Caatinga• Ampliação da Reserva da Biosfera da Caatinga e criação de corredores ecológicos• Ampliação do Monumento Natural Estadual Peter Lund• Ampliação e implementação da APA da Lagoa de Itaparica• Ampliar as UC existentes e elaborar planos de manejo das UC, notadamente: Parque Estadual da Serra do Cabral• Criação da Reserva Biológica Serra dos Papagaios• Criação de corredores ecológicos, principalmente na bacia hidrográfica do Rio Verde Pequeno;• Criação de Reserva Extrativista Federal na região de Corinto• Criação de Reservas Extrativistas Federais na região de Buritizeiro, Lassance e Ibiá/Ponto Chique, pelo governo federal• Criação de UC de proteção integral dos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca• Criação de UC de proteção integral na região de Serranópolis de Minas, nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca, na região do município de Monte Azul; estabelecimento de uma APA para o complexo de lagoas marginais e serras do Médio Verde Grande• Criação de UC de proteção integral nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca• Criação de UC em toda a área de APCB para impedir que mais área seja desmatada• Criação de UC na APCB que ocupa uma parte importante da área sul desta zona 10; especificamente nas áreas: APCB Bacia do rio Grande (que inclui remanescentes de Cerrado, associados ao alto curso do Rio de Ondas e de Roda Velha), APCB Bacia do Rio Corrente e APCB Baianópolis - Tabocas do Brejo Velho; na área de APCB a Norte, boa parte já se encontra protegida por UC, mas é necessário criar uma UC de proteção integral na região de Formosa do Rio Preto/Riachão das Neves, devido à presença de um dos últimos grandes remanescentes de mata seca nesta zona (APCB Rio Preto (BA))	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none">• PPA 2016-2019: 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	*	<ul style="list-style-type: none">• MMA – Administração Direta• Serviço Florestal Brasileiro – SFB• Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade• Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA• IBAMA
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none">• Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019	<ul style="list-style-type: none">• Comissão Nacional para os ODS	
	(1 a 23)	<ul style="list-style-type: none">• Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS)	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)• Ministério do Meio Ambiente (MMA)• Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)• Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)	
	(1, 2, 3, 5 a 7, 9 a 17)	<ul style="list-style-type: none">• Planos de Manejo (das Unidades de Conservação)	<ul style="list-style-type: none">• Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none">• Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)	<ul style="list-style-type: none">• Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
	(6 a 16, 19)	<ul style="list-style-type: none">• Programas de Regularização Ambiental (PRAs)	<ul style="list-style-type: none">• Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
	(6, 7, 9 a 16, 18)	<ul style="list-style-type: none">• Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	<ul style="list-style-type: none">• Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)	
	(3, 5 a 7, 16, 17)	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF)	<ul style="list-style-type: none">• Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)	
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none">• Programa Nacional de Florestas (PNF)	<ul style="list-style-type: none">• Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)• Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO)	
	(1 a 13, 15 a 16, 18)	<ul style="list-style-type: none">• Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)	<ul style="list-style-type: none">• Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG)	<ul style="list-style-type: none">• Proprietários (alguns dos recursos investidos em ações de recuperação estão projetados para serem pagos diretamente pelos proprietários de terras)• Bancos comerciais, através de empréstimos

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de UC nas APCB que ainda possuem vegetação, em particular nestas duas áreas: a) APCB Corredor Grande Sertão Veredas-Refugio, para fazer a ligação entre a UC "Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano" e a UC "Parque Nacional Grande Sertão Veredas" e preservar o alto curso do rio Formoso • Criação de UC nas APCB, em particular nas APCB da faixa Norte desta zona, onde o desmatamento não é tão intenso – APCB Formosa, APCB Cabeceiras-Buritis, APCB Buritis, APCB Arinos-Buritis, APCB Unaí; esta ação permitirá assegurar a proteção dessas áreas remanescentes e evitar que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • Criação de uma UC de proteção integral dos remanescentes de Floresta Estacional de Sergipe • Criação do Parque Nacional do Boqueirão da Onça, que englobará as cavernas de Campo Formoso • Criação do Parque Nacional do Semiárido • Criar áreas protegidas articuladas às existentes, especialmente nas veredas e vales fluviais do Chapadão Oeste • Criar áreas protegidas articuladas às existentes, especialmente nas veredas e vales fluviais do Chapadão Oeste e nos remanescentes de Cerrado, associados ao alto curso do Rio Grande, habitats e ecossistemas diversificados • Criar novas UC que englobem veredas e locais de ocorrência de peixes anuais • Criar novas UC, notadamente a Reserva Extrativista Federal na região de Natalândia • Criar novas UC, notadamente nas regiões da Serra da Onça/Serra do Cabral e nos locais de ocorrência dos peixes anuais • Criar novas Unidades de Conservação nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca • Criar novas Unidades de Conservação para proteger o importante remanescente de matas secas do Município de Coribe • Criar Reserva Extrativista Federal em Buenópolis • Criar também uma UC de proteção integral dos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca, ampliar a UC dos Parques Nacionais da Serra do Cipó e das Sempre-Vivas e também a Reserva da Biosfera do Cerrado • Criar UC nas APCB mais a Leste na Zona 4, nas áreas dessas APCB ainda não protegidas por UC, de forma a garantir a ligação entre as UC já existentes e a consolidar o corredor do extremo leste do bioma Cerrado; esta ação permitirá assegurar a proteção dos remanescentes de vegetação que subsistem nessas APCB, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente 				<ul style="list-style-type: none"> • Novos mecanismos de financiamento, como os títulos florestais
	(1 a 12, 19, 20, 24)	<ul style="list-style-type: none"> • PPAG 2016-2019: Programa 143 – Proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna, e a biodiversidade florestal 	*	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(1 a 5, 9 a 12, 19, 20)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Criação e Implantação de Unidades de Conservação (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • COPAM - Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) • Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) 	
	(1 a 12, 19, 20)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Estadual de Florestas (IEF) 	
	(1 a 5, 9 a 12, 19, 20)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de manejo das Unidades de Conservação (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Estadual de Florestas (IEF) • Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) • Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) • Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) 	
	(5 a 12)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo florestal sustentável (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Estadual de Florestas (IEF) • Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) • Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) 	
	(6, 7)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de contingência para o combate aos incêndios florestais (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Minas Gerais 	
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) • Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) • Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> • BNDES; CNPq; CONAB; EMBRAPA; FNDE; FUNAI; IBAMA; ICMBio; INCRA; MAPA; MCTIC; SEAD; MDS; MMA
	(6, 7, 8, 18)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">• Criar UC, principalmente nas APCB ainda não protegidas por UC, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente• Criar UC, principalmente nas APCB que ainda não foram desmatadas, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente• criar UC, principalmente nas APCB, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente; importante assegurar ligação com a APA Lagoa de Itaparica e APA Dunas e veredas do Baixo Médio São Francisco• Criar UC, principalmente nas APCB, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente• Criar UC, principalmente nas áreas classificadas como APCB, notadamente: na região de Pains (APCB Carste Arcos e Pains), na bacia do rio Samburá (APCB Entorno do PN Serra da Canastra) e também na zona da Vargem das Flores (APCB Belo Horizonte – Monjolos, para ampliar a APA Vargem das Flores, existente na zona 1) para proteger os fragmentos de remanescentes de Cerrado que ainda existem nesta zona 2 (apenas 19% da zona 2 possui vegetação natural)• Estabelecimento de uma APA para o complexo de lagoas marginais e serras do Médio Verde Grande• Estando apenas 0,2% desta zona protegida por UC, embora quase 40% esteja classificada como APCB, a prioridade será criar UC, principalmente nas APCB, para assegurar a proteção dessas áreas remanescentes e promover a sua conexão em corredores ecológicos, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente• Foco deve ser a criação de UC, nas áreas classificadas como APCB, com prioridade para as áreas não desmatadas (áreas com fragmentos de remanescentes de Cerrado), para garantir sua preservação imediata; estas áreas são muito importantes porque se localizam entre UC e a sua preservação irá promover o contato entre áreas protegidas (criação do continuum ecológico)• Fortalecimento, ampliação e implementação da Estação Ecológica Raso da Catarina• Proposta de criação do Parque Nacional do Semiárido• Revisão da categoria da UC Refúgio da Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano para outra mais restritiva e sua ampliação incorporando a Bacia do Rio Arrojado	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none">• Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE)	<ul style="list-style-type: none">• Ministério do Meio Ambiente (MMA)	<ul style="list-style-type: none">• MMA – Administração Direta• Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento [BIRD])
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none">• Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”)	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH/MI)• Codevasf• Ministério do Meio Ambiente (MMA)	
	(1, 3 a 14, 19, 24)	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020)	<ul style="list-style-type: none">• Ministério do Meio Ambiente (MMA)• Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)• Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)• Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)• Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR)• Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)• Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)• Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)• Ministério da Fazenda (MF)• Ministério de Minas e Energia (MME)• Ministério da Justiça (MJ)• Ministério da Integração Nacional (MI)	<ul style="list-style-type: none">• Governo do Reino Unido, por meio do Department for Environment, Food and Rural Affairs (Defra) (doador)• Banco Mundial (Administrador do Fundo Fiduciário)• Caixa Econômica Federal (Caixa) (gestora financeira)• Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH• Cooperação Financeira Alemã, por meio do Banco Alemão para o Desenvolvimento (KfW)• Projetos de Apoio ao PPCerrado:• Programa de Redução do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado Brasileiro• Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado
	(6, 7, 8, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none">• Planos de manejo de Reserva Legal	Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>2. Conservação das cavernas (Zonas 1 e 2):</p> <ul style="list-style-type: none"> Conservar as cavernas de acordo com as Diretrizes do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico <p>3. Manejo de UC (Zonas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> Produzir Plano de Manejo para todas as UC existentes e fortalecer a sua gestão Planejamento do desmatamento legal, formando bolsões e/ou corredores de Reserva Legal e impedindo o isolamento das Unidades de Conservação Elaboração do plano de manejo para a Gruta do Maquiné Elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual da Serra do Cabral Fortalecimento da gestão das UC, notadamente da Estação Ecológica de Sagarana Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e a APA do Planalto Central Elaboração de planos de manejo para as UC em falta, notadamente a Gruta da Lapa Nova Fortalecimento da gestão das UC, notadamente: Estação Ecológica de Sagarana Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas Planejamento da intensificação da ocupação no entorno do Parque Estadual Verde Grande e do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro Elaborar plano de manejo das UC em falta, notadamente, áreas do projeto Jaíba; fortalecer a sua gestão Incentivar o manejo sustentável de atividades extrativistas Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a APA da Bacia do Rio Pandeiros, a APA de Cochá e Gibão e a APA das Cavernas do Peruaçu Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, o Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano e a APA de Cochá e Gibão Elaboração de plano de manejo das UC em falta, notadamente: APA do Rio Preto e APA de São Desidério, devido à grande concentração de cavernas na zona; fortalecer a sua gestão Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, Estação Ecológica do Rio Preto, APA da Bacia do Rio de Janeiro Planejamento e monitoramento da intensificação da ocupação no entorno da Estação Ecológica do Rio Preto e demais UC 	(6, 7, 8, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(6, 7, 8, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Suprimento Sustentável – PSS (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Gerência de Produção e Reposição Florestal (GPRF) 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 12 a 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(1 a 12, 19)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste (Minas Gerais) 		
	(1 a 12, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Preservação da diversidade genética (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Preservação da fauna e da flora nativas e das espécies animais e vegetais socioeconomicamente importantes e adaptadas às condições ecológicas (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Política Florestal do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Florestal (FDF)
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal – Recupera Cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA-DF World Resources Institute (WRI) União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) 	<ul style="list-style-type: none"> UKaid Norwegian Ministry of Climate and Environment
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal (REFLORESTAR) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI-DF) e EMATER-DF (Governo de Brasília, 2018b) 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019:1044 - Programa Gestão e Proteção de Recursos Naturais (Goiás) 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto e Estação Ecológica do Rio PretoElaboração de planos de manejo para as UC em falta, notadamente para o Parque Estadual da Serra dos Montes Altos, visando assegurar a conservação da biodiversidade regional e a valorização do patrimônio natural e arqueológico presente, criando condições para o desenvolvimento de turismo sustentávelPlanejamento da intensificação da ocupação no entorno do Parque Estadual Verde GrandeElaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA de Sobradinho, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco e Lagoa de ItaparicaImplementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas Ampliação da proteção (ex.: criação de Monumento Natural) na APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão GramachoElaboração/revisão/implementação do plano de manejo da APA de SobradinhoElaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA de Sobradinho, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco e Lagoa de Implementação do plano de manejo do Parque Estadual do Morro do ChapéuItaparicaexistentesFortalecimento da gestão e revisão do plano de manejo da APA da Chapada do Araripe, incluindo a intensificação da fiscalização do tráfico e extração ilegal de fósseis na regiãoImplementação do plano de manejo da Reserva Biológica de Serra Negra, da RPPN Reserva Ecológica Maurício Dantas e da RPPN Cantidiano Valgueiro de Carvalho BarrosFortalecimento da gestão e elaboração do plano de manejo da UC na região da hidrelétrica de Xingó tendo em vista, também, ordenar o turismo e controlar a vazão na regiãoImplementação do plano de manejo da Reserva Biológica de Serra NegraElaboração/implementação do plano de manejo para a APA de Piaçabuçu, APA Litoral Norte e APA da Marituba do Peixe <p>4. Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (Zonas 1, 5, 12, 18, 24)</p> <ul style="list-style-type: none">Incentivar a criação de novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), bem como a ampliação de RPPN existentes	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none">Plano de Manejo Florestal Sustentável (Goiás)	<ul style="list-style-type: none">Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAM)	<ul style="list-style-type: none">Banco do BrasilBanco da AmazôniaBanco do NordesteDemais órgãos vinculados ao Sistema Nacional de Crédito Rural
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none">PPA Bahia 2016/2019: Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade	*	<ul style="list-style-type: none">Secretaria do Meio AmbienteInstituto do Meio Ambiente e Recursos HídricosFundo de Recursos para o Meio AmbienteBahia Pesca S/ACasa CivilCentro Industrial de Subaé
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none">Plano Estadual de Meio Ambiente (Bahia)	<ul style="list-style-type: none">SEMAINEMA	<ul style="list-style-type: none">Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e IndiretaFundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFAÓrgãos de outras esferas da Administração PúblicaDoações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none">Plano Estadual de Proteção da Biodiversidade – PEPB (Bahia)	<ul style="list-style-type: none">SEMAINEMA	<ul style="list-style-type: none">Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e IndiretaFERFAÓrgãos de outras esferas da Administração PúblicaDoações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none">Corredores Ecológicos (Bahia)	<ul style="list-style-type: none">INEMA	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Incentivo à criação de RPPN no município de Pindai Preservação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, notadamente, a RPPN Reserva Jurema, a RPPN Reserva Siriema e a RPPN Reserva Umburana Monitoramento/preservação/recuperação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN Planalto e RPPN Lula Lobo <p>5. Planejamento do desmatamento legal, formando bolsões e/ou corredores de Reserva Legal e impedindo o isolamento das Unidades de Conservação (Zona 1)</p> <p>6. Realização de planos de manejo florestal (Zona 8)</p> <p>7. Reforçar o controle do cultivo de eucalipto, por exemplo mediante a revisão da legislação atinente ao seu licenciamento ambiental (Zonas 6 e 7)</p> <p>8. Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) (Zonas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 22, 23, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Belo Vale, Bonfim, Piedade dos Gerais, Itaúna e Rio Manso Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Oliveira, Conselheiro Lafaiete, Crucilândia, Cristiano Ottoni, Santo Antônio do Monte, Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios e Piracema Regularização fundiária para ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra (diretriz de suporte às diretrizes prioritárias) Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em particular a criação de Cotas de Reserva Ambiental em municípios com grande atividade agropecuária como Varjão de Minas, São Gonçalo do Abaeté, Medeiros, Paineiras e Bambuí, Rio Paranaíba, Morro da Garça e Tapiraí Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Santana de Pirapama, Presidente Juscelino e Santo Hipólito Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade pecuária como São Francisco, Arinos, Buritizeiro e Várzea da Palma Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas grandes explorações de culturas de rendimento 	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Mata Branca (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional 	
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Fomento Florestal Integrado (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Pronaf Florestal (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recomposição de Matas Ciliares (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, através da Diretoria de Desenvolvimento Florestal – DDF 	<ul style="list-style-type: none"> Dotações orçamentárias atribuídas pelo Governo do Estado na fonte (Tesouro) Créditos especiais abertos por fonte (recursos externos); Convênios, contratos, contribuições ou doações de entidades nacionais ou internacionais Conta específica, conforme previsão em Lei Florestal do Estado
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ações Interagências para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Estado da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar do Estado da Bahia 	
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	
	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019 (Secretaria de Planejamento e Gestão, 2018): Programa 0098 – Conservação e preservação dos recursos naturais do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta CPRH Distrito Estadual de Fernando de Noronha
	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0469 – Plano estratégico ambiental de Pernambuco – Planambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>9. Delimitação de APP e recuperação de áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP (Zonas 2, 5, 6, 23, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperação de áreas degradadas/desmatadas, notadamente nas áreas classificadas como APCB; sendo a área degradada tão extensa (81%), prioridade deve ser: 1 – Delimitação de APP, prioritariamente nas APCB; 2 – Recuperação e cercamento das APP (foco deve ser nas matas ciliares), aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) Delimitação e recuperação de APP, considerando a extensão de área degradada (56%) da zona 5; esta ação deve priorizar as regiões de veredas dos rios Paracatu e São Bartolomeu (RPPN Santuário Veredas do São Miguel e APA da Bacia do Rio São Bartolomeu), a proteção dos remanescentes dos campos e das áreas do Exército no DF e as áreas de cabeceira; a recuperação das APP poderá ser feita aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) Como uma das principais áreas classificadas como APCB é ao longo da calha do rio, e estando esta área muito desmatada, a recuperação de áreas degradadas deve ser prioritária; 1 – Delimitação de APP, notadamente ao longo da calha do rio, na APCB Alto - Médio São Francisco; 2 – Recuperação das APP, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP, notadamente a mata ciliar da margem da calha do São Francisco, que está classificada como APCB (APCB Calha do Rio São Francisco); 2 – Recuperação da vegetação nesta área, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Conservação da Biodiversidade de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA CPRH ICMBio Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA IBAMA Ministério Público Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental Recursos por PSA prestados pelas UC que integram o Sistema Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC Taxas advindas de serviços prestados pelas UC Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente Recursos Internacionais, entre outros
	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> O Estado, através da SEMAS, poderá participar de consórcios e celebrar convênios com municípios, Estados e a União, com os demais entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros e internacionais
	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco – ZAPE 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife (Embrapa Solos UEP Recife, 2018)
	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Recursos hídricos e meio ambiente 	*	<ul style="list-style-type: none"> IMA Fundo de Recursos Hídricos SEINFRA CASAL

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP, notadamente a mata ciliar da margem da calha do São Francisco, que está classificada como APCB (APCB Calha do Rio São Francisco; APCB Foz do São Francisco, APCB Foz do São Francisco (Litoral)); 2 – Recuperação da vegetação nesta área, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) <p>10. Recuperação de áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP (Zonas 3, 4)</p> <ul style="list-style-type: none"> Proteção e recuperação das APP, notadamente: matas ciliares, vegetação ribeirinha, veredas e nascentes Priorizar a manutenção dos remanescentes de bioma Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação Recuperação das APP presentes na zona <p>11. Priorizar a manutenção dos fragmentos de remanescentes de Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação, consolidando o corredor do extremo leste do bioma Cerrado (Zona 7)</p> <p>12. Delimitação e recuperação de áreas degradadas/desmatadas em APP (Zonas 8, 9, 10, 12, 13):</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperação de áreas degradadas deve ser o foco, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017); estando o desmatamento concentrado em uma área que deveria ser considerada APP (margens do rio), a prioridade deve ser: 1 – Delimitação de APP notadamente nas margens do rio São Francisco; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APP; como área indicativa prioritária, pode adotar-se a seguinte: APCB Alto - Médio São Francisco, APCB Corredor do Rio Japoré, APCB PE Mata Seca Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP notadamente no topo dos morros e montanhas e também ao longo dos rios e das bordas leste e oeste da chapada; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APP APCB Bacia do Rio Corrente para preservar o alto curso dos rios Correntinha (rio das Éguas) e rio Arrojado 	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Governo do Estado de Alagoas Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa e o Estado de Alagoas, através da Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento (SEAIPA) (Embrapa, 2018)
	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM IMA 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Conservação da Biodiversidade: Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM SEMARH IMA ICMBio Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) IBAMA Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental Recursos de Pagamento por Serviços Ambientais prestados pelas UC que integram o Sistema Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC Taxas advindas de serviços prestados pelas UC Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente Recursos Internacionais Fundo de Compensação Ambiental
	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Política Florestal no Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Meio Ambiente (IMA) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP notadamente no topo dos morros e montanhas; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APPRecuperação de APP e recuperação de áreas ocupadas por pastagens na APA da Serra do Barbado, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017)Ampliação e implementação da APA da Lagoa de Itaparica;Proteção e recuperação de áreas de APP, notadamente a RPPN Fazenda Boa Ventura, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) <p>13. Priorizar a manutenção dos fragmentos de remanescentes de Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação, consolidando o corredor do extremo leste do bioma Cerrado (Zona 11)</p> <p>14. Recuperação ambiental associada à reintrodução da Ararinha-azul (Zonas 14, 19, 20, 22):</p> <ul style="list-style-type: none">Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares, para reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espéciesImplementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá, sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies <p>15. Delimitação de APP e recuperação de áreas degradadas/desmatadas em APP ou UC (Zona 18):</p> <ul style="list-style-type: none">Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP; 2 – Recuperação da vegetação nas áreas de APPRecuperação da Serra Dois Irmãos e do Rio Pontal (afluente do rio São Francisco)Monitorar, preservar e recuperar as áreas do Parque Estadual Serra do Areial e o Refúgio de Vida Silvestre Riacho Pontal <p>16. Promover ações de manejo sustentável da caatinga (Zonas 18, 20)</p> <p>17. Criação de medidas para a conservação dos habitats da Arara-azul-de-Lear (Zona 21)</p>	<p>(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)</p>	<ul style="list-style-type: none">Plano Estadual do Meio Ambiente (Alagoas)	<ul style="list-style-type: none">Órgãos integrantes do SISEMA:<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos HídricosADEMAConselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA)	<ul style="list-style-type: none">Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SEÓrgãos de outras esferas da administração públicaDoação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
	<p>(1, 3, 4, 8, 9, 19)</p>	<ul style="list-style-type: none">Zoneamento Ecológico-Econômico (Sergipe)	<ul style="list-style-type: none">SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA	<ul style="list-style-type: none">Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>18. Associado ao chamado “Pólo Gesseiro” instalado na zona, criar um amplo programa de manejo florestal sustentável da Caatinga, que inclua a implantação de florestas energéticas para geração da energia utilizada nos fornos de calcinação da gipsita e um programa de recuperação das áreas degradadas (Zona 17)</p> <p>19. Avaliar aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades, através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei nº 12.651, de 25 de maio e 2012) (Zonas 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24):</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades com culturas de elevado rendimento como soja e cana-de-açúcar, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei nº 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em áreas com extensa atividade pecuária em São Francisco, Lagoa dos Patos e Buritizeiro, entre outros municípios, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei nº 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Montes Claros, Francisco Sá, São João da Ponte, Janaúba, Matias Cardoso, Jaíba e Porteirinha, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei nº 12.651, de 25 de maio e 2012)• Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da pecuária• Avaliar aumento da Reserva Legal para 30% em propriedades com culturas de elevado rendimento como seja a soja, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei nº 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 30% em propriedades com culturas de elevado rendimento como seja a soja, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei nº 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Serra Dourada, Brejolândia, Angical, Sítio do Mato, Serra do Ramalho e Wanderley, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei nº 12.651, de 25 de maio e 2012)				

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Candiba, Guanambi, Iuiú, Malhada, Matina, Palmas de Monte Alto, Pindai e Sebastião Laranjeiras, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Itaguaçu da Bahia, América Dourada e João Dourado, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Campo Formoso, Morro do Chapéu, Ourolândia, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Araripe, Bodocó e Ouricuri, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Dormentes, Salgueiro e Cedro, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Carnaíba e São José do Belmonte, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Iati, Ibimirim, Inajá e Itaíba (PE), Inhapi, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Canindé de São Francisco e Porto da Folha (SE), Olivença e Major Isidoro (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)• Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Aquidabã, Canhoba, Cedro de São João, Japoatã, Propriá e São Francisco (SE) e Penedo (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012)				

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>20. Realizar um inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares (Zona 8)</p> <p>21. Realização de um inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares na região sudoeste do município de Feira da Mata (Zona 11)</p> <p>22. Realização de inventário de mastofauna na região do município de Riacho de Santana (Zona 12)</p> <p>23. Realizar um inventário de biodiversidade (Zona 16)</p> <p>24. Manutenção da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais que restringiu o desmatamento da mata seca (Zona 6, 7)</p>				
<p>25. Incentivo a projetos e programas de educação ambiental (Todas as zonas):</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar” e do projeto de “Cidadania Ribeirinha”, ambos apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2014 (DFNMA, 2018) Desenvolver e implementar programas de educação ambiental como o proposto pela ANA (2017) para a região, com foco na sustentabilidade dos recursos hídricos Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Educação Ambiental e Mobilização Social para Preparação do Plano Estadual de Gestão do Semiárido” e da “Criação e fomento a redes de saberes e práticas sobre restauração ecológica”, ambos apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2007 e 2015, respectivamente) (DFNMA, 2018) Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares, para reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies Implementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá, sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar”, apoiada pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2014 (DFNMA, 2018) Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares e para reintrodução da Ararinha-azul, bem como a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies 	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Educação (MEC) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) Fundos estaduais e municipais de educação, de meio ambiente e de recursos hídricos Recursos da Lei de Diretrizes Orçamentárias especificamente para programas de educação ambiental
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Instituto Estadual de Florestas (IEF) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta MI – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a outros projetos de educação ambiental, a exemplo do projeto “Catadores: Vida e Cidadania” e da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar”, apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2006/Alagoas e 2014/Pernambuco, respectivamente) (DFNMA, 2018) Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo do projeto “Catadores: Vida e Cidadania” e das “Ações Educativas para a gestão dos resíduos sólidos urbanos”, apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2006/Alagoas e 2012/Sergipe, respectivamente) (DFNMA, 2018) 				<ul style="list-style-type: none"> Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 		
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos de educação e de meio ambiente do Distrito Federal e aos Conselhos de Educação e de Meio Ambiente do Distrito Federal Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM), entre outros
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Goiano de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Educação Ambiental da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA Órgão gestor dirigido pelos Secretários do Meio Ambiente e da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos privados Recursos públicos, inclusive de Fundo Especiais
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> SEMAS 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) (SEMAS, 2015)
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Unidade Gestora de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Secretaria de Estado da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de Educação Ambiental
26. Investimento no abastecimento público de água, nas condições definidas para cada zona (exceto Zonas 1 e 2): <ul style="list-style-type: none"> Políticas específicas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Felixlândia; Carmo do Paranaíba; Corinto; Pompéu) Políticas específicas para aumento da proporção da população atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Jaboticatubas e Gouveia) 	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2068 – Saneamento Básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades – Administração Direta Codevasf Fundação Nacional de Saúde
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2083 – Qualidade Ambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta IBAMA Fundação Nacional de Saúde Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Investimento no aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritis, João Pinheiro, Presidente Olegário, Cristalina, Vazante e Paracatu) Aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritizeiro, Coração de Jesus, Arinos, São Francisco, Brasília de Minas, e Várzea da Palma) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Jaíba, Porteirinha, Monte Azul, Espinosa, Francisco Sá, Mirabela e Capitão Enéas) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Itacarambi, Januária, Manga e Montalvânia) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Riachão das Neves e Formosa do Rio Preto) Investimentos públicos para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Santa Rita de Cássia, Santana e Santa Maria da Vitória) Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Paratinga, Riacho de Santana, Palmas de Monte Alto e Caetité) 	(26)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) Fundação Banco do Brasil (FBB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Petrobrás Codevasf Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) Estados beneficiados
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Avançar Cidades – Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) Ministério da Saúde (MS) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades – Administração Direta
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA Outros parceiros
	(26)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	<ul style="list-style-type: none"> MDS
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(26)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Nacional / Codevasf Ministério das Minas e Energia Ministério do Meio Ambiente Casa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)
	(26)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 122 – Água para todos – universalização do acesso e uso da água 	<ul style="list-style-type: none"> * 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Barra, Pilão Arcado e Xique-Xique, no caso do esgotamento sanitário)Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Cafarnaum, Canarana e Ibipoba)Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Remanso e Sento Sé)Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu)Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu)Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, prioritariamente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Arapina, Bodocó, Exu, Ipubi e Ouricuri)Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Belém do São Francisco)Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Abaré)Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Sertânia, Flores, Custódia, São José do Belmonte, São José do Egito)Promover o investimento no abastecimento público de água, prioritariamente em Jeremoabo (população urbana superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento de 54%), e na rede de esgotamento sanitário (prioritariamente em Jeremoabo e Paulo Afonso, municípios com índices de atendimento residuais)	(27)	<ul style="list-style-type: none">PPAG 2016-2019: Programa 145 – Saneamento é vida	*	<ul style="list-style-type: none">Fundo Estadual de Saúde
	(27)	<ul style="list-style-type: none">Plano Estadual de Saneamento Básico – PESB	<ul style="list-style-type: none">Conselho Estadual de Saneamento Básico (CESB)Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU)Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG)Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável (Semad)Fundação João Pinheiro (FJP)Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (ARSAE)	<ul style="list-style-type: none">Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB)
	(28)	<ul style="list-style-type: none">Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none">Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU)Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM)Municípios e os gerenciadoresFabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, prestadores de serviços e demais fontes geradoras previstas em regulamento.	
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none">PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial	*	<ul style="list-style-type: none">MMA – Administração DiretaMI – Administração DiretaCompanhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CodevasfSuperintendência do Desenvolvimento do NordesteSuperintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECORecursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Águas Bela, Buique, Ibimirim, Itaíba, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Tacaratu e Venturosa (PE), Santana do Ipanema e São José da Tapera (AL))Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Batalha e Major Isidoro (AL), Canindé de São Francisco (SE))Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Piaçabuçu e São Sebastião (AL) e Neópolis (SE)) <p>27. Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, nas condições definidas para cada zona (Todas as zonas):</p> <ul style="list-style-type: none">Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 75 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Nova Lima; Sabará; Santa Luzia; Ribeirão das Neves; Ibitê; Vespasiano; Betim)Medidas específicas para o aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 75 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Divinópolis; Conselheiro Lafaiete e Nova Serrana) e em municípios com índice de atendimento inferior a 50% (Esmeraldas; Capim Branco; Conceição do Pará; São José da Varginha; Prudente de Moraes; Inhaúma; Martinho Campos; Onça de Pitangui)Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Abaeté; Felixlândia, Corinto; Três Marias; Curvelo; Carmo do Paranaíba e Pompéu)Investimento no aumento da proporção da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Jaboticatubas, Gouveia e Bocaiúva)				<ul style="list-style-type: none">Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none">Política de Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídrico do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none">Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA)	<ul style="list-style-type: none">Fundo Distrital de Recursos Hídricos (ANA, 2018a)
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none">Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none">Governo de Distrito Federal (GDF)Agência reguladora de Águas, energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) (GDF & ADASA, 2011)	
	(27)	<ul style="list-style-type: none">Plano Distrital de Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none">Governo do Distrito FederalADASACAESBCompanhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap)Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito FederalSecretaria de Estado do Meio AmbienteServiço de Limpeza Urbana do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none">Fundo Distrital de Saneamento (Governo de Brasília, 2017a)
	(28)	<ul style="list-style-type: none">Política Distrital de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal	
	(28)	<ul style="list-style-type: none">Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none">Governo do Distrito FederalADASACAESBNovacapSecretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito FederalSecretaria de Estado do Meio AmbienteServiço de Limpeza Urbana do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none">Fundo Distrital de Saneamento (IBGE, 2017a)
	(27, 28)	<ul style="list-style-type: none">Programa Brasília Limpa	<ul style="list-style-type: none">Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none">Orçamento do Governo de Brasília
	(27)	<ul style="list-style-type: none">Plano Estadual de Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none">Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA)Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE)	<ul style="list-style-type: none">Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA)Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Presidente Olegário, Buritis, Cristalina – GO, João Pinheiro, Vazante, Paracatu, Unaí e Formosa – GO) Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritizeiro, Coração de Jesus, Várzea da Palma, São Francisco, Brasília de Minas, Arinos e Pirapora) Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Espínosa, Monte Azul, Jaíba, Porteirinha, Janaúba, Capitão Enéas, Mirabela e Francisco Sá) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Itacarambi, Januária, Manga e Montalvânia) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães) Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Carinhanha, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e São Félix do Coribe) Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Bom Jesus da Lapa, Caetité, Guanambi, Ibotirama, Macaúbas, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga e Riacho de Santana) 	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE)
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 1048 - Programa Saneamento Básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cidades Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS) Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO)
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cidades e Meio Ambiente (SECIMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA)
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água e Energia 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo PROTEGE
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual da Saúde – SESAB 	
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR SEMA 	
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> ProÁgua 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica – Ministério da Integração Nacional Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – ANA 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Mundial (Acordo de Empréstimo 7420-BR)
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1038 – Melhoria na gestão dos resíduos sólidos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta Secretaria das Cidades - Administração Direta
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1076 – Gestão dos resíduos sólidos e desenvolvimento dos arranjos produtivos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Barra, Pilão Arcado e Xique-Xique, no caso do esgotamento sanitário) Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (América Dourada, Cafarnaum, Canarana, Ibipêba, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão e São Gabriel) Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Sobradinho) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, prioritariamente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Arapipina, Bodocó, Exu, Ipubi e Ouricuri) Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Belém do São Francisco, Cabrobó, Lagoa Grande, Petrolina, Salgueiro e Santa Maria da Boa Vista) Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Abaré, Curaçá, Juazeiro) Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Sertânia, Flores, Custódia, São José do Egito, Floresta, Tabira, São José do Belmonte) Promover o investimento no abastecimento público de água, prioritariamente em Jeremoabo (população urbana superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento de 54%), e na rede de esgotamento sanitário (prioritariamente em Jeremoabo e Paulo Afonso, municípios com índices de atendimento residuais) 	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0912 – Ampliação do acesso à água e esgotamento sanitário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO COMPESA Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1058 – Recursos hídricos e saneamento - expandir os serviços de esgotamento sanitário e o acesso à água 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades Ministério da Integração Nacional Ministério da Saúde Ministério do Turismo Setor privado Prefeituras Governo do Estado de Pernambuco (diretamente e através da COMPESA) Emendas parlamentares; Organismos internacionais Responsabilidade Social (Secretaria de Recursos Hídricos, 2008)
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Resíduos Sólidos Plano Estadual de Resíduos Sólidos Programa Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos (PEGRS) Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) 	<ul style="list-style-type: none"> CONSEMA SECTMA CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas unidades de tratamento e destinação final Taxas advindas de serviços prestados a terceiros pelas unidades de tratamento e destinação final dos resíduos Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de meio ambiente Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos Recursos internacionais

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">• Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Águas Belas, Buíque, Ibimirim, Itaíba, Pedra, Petrolândia, Tacaratu e Venturosa (PE), Delmiro Gouveia, Piranhas, Santana do Ipanema e São José da Tapera (AL))• Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Batalha, Major Isidoro, Olho d'Água das Flores e Pão de Açúcar (AL), Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Porto da Folha (SE))• Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Arapiraca, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Penedo, Piaçabuçu e São Sebastião (AL), Aquidabã, Neópolis e Propriá) <p>28. Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, nas condições definidas para cada zona (exceto Zona 4):</p> <ul style="list-style-type: none">• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Pedro Leopoldo)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Esmeraldas)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Felixlândia)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Buritis, Lagoa Formosa, Paracatu e Vazante)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Arinos, Coração de Jesus, São Francisco e Ubaí)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São João da Ponte e Varzelândia)				<ul style="list-style-type: none">• Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria prima reciclada no seu processo produtivo
	(27)	<ul style="list-style-type: none">• PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Saúde e Saneamento	*	<ul style="list-style-type: none">• SEINFRA• CASAL• Fundo Estadual de Saúde (FES)• Laboratório Industrial Farmacêutico (LIFAL)
	(27)	<ul style="list-style-type: none">• Plano Estadual de Saneamento	<ul style="list-style-type: none">• CASAL• SEINFRA• ARSAL	<ul style="list-style-type: none">• As atividades regulatórias das ações de saneamento básico serão financiadas pela transferência obrigatória, do prestador do serviço à Agência Reguladora, de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor arrecadado anualmente, observados os critérios estabelecidos nos respectivos Convênios de Cooperação ou Consórcios Públicos.
	(28)	<ul style="list-style-type: none">• Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Alagoas	<ul style="list-style-type: none">• SEMARH	<ul style="list-style-type: none">• Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas• Fundos nacional, estadual e municipal de meio ambiente e de resíduos sólidos, ou de áreas afins• Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos• Recursos internacionais• Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria-prima reciclada no seu processo produtivo

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Januária e Manga)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Correntina)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Carinhanha, Santa Maria da Vitória e Serra Dourada)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Candiba, Oliveira dos Brejinhos, Novo Horizonte, Urandi e Jacaraci)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Barra e Buritirama)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: América Dourada e Lapão)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Remanso)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Ourolândia)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Aripina e Bodocó) adequar a destinação final dos resíduos sólidos na zona.• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Santa Cruz e Parnamirim)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Curaçá)	(28)	<ul style="list-style-type: none">• PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0024 - Gestão ambiental e saneamento básico	*	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano• Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe• Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos• Administração Estadual do Meio Ambiente• Fundo de Defesa de Meio Ambiente de Sergipe• Fundo Estadual de Recursos Hídricos• Companhia de Saneamento de Sergipe
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none">• Plano Estadual de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none">• Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH	<ul style="list-style-type: none">• Fundos do Governo Federal, que podem ser orçamentários ou de programas especiais de apoio aos estados e municípios• Orçamento estadual e do municipal• Apoio financeiro do Banco Mundial, do BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil
	(27)	<ul style="list-style-type: none">• Planos Municipais de Saneamento	<ul style="list-style-type: none">• Conselho Estadual de Saneamento – CESAN vinculado à Secretaria de Estado das Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none">• OGU
	(28)	<ul style="list-style-type: none">• Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:• Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none">• SEMARH	
	(28)	<ul style="list-style-type: none">• Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:• Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS	<ul style="list-style-type: none">• SEMARH	
	(28)	<ul style="list-style-type: none">• Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:• Plano Estadual de Coleta Seletiva de Sergipe	<ul style="list-style-type: none">• Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São José do Egito e Sertânia)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Santa Brígida)• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Mata Grande (AL) e Itaíba (PE))• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Major Isidoro (AL))• Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Piaçabuçu (AL))				
29. Monitorização, fiscalização e controlo, de acordo com as diretrizes para cada zona (exceto zona 14): <ul style="list-style-type: none">• Controlo da poluição proveniente da mineração e agricultura intensiva associado ao monitoramento da qualidade da água• Controlo da poluição proveniente das indústrias associado ao monitoramento da qualidade da água• Controlo de outorgas e perfuração de poços• Desenhar programa de monitoramento, controlo e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento e pecuária• Desenhar programa de monitoramento, controlo e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção ao não cumprimento da Reserva Legal e à pecuária• Desenhar programa de monitoramento, controlo e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento nos municípios de Jaborandi e Correntina;• Desenhar programa de monitoramento, controlo e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento• Implementar as propostas da Agência Nacional de Águas (ANA, 2017) de áreas de controlo e proteção na região do Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controlo, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) (2017) para a região, com foco na sustentabilidade dos recursos hídricos	(29)	<ul style="list-style-type: none">• PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial	*	<ul style="list-style-type: none">• MMA – Administração Direta• MI – Administração Direta• Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf• Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste• Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO• Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE• Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
	(29)	<ul style="list-style-type: none">• Projeto Monitora	<ul style="list-style-type: none">• INEMA• FIEB	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">• Mapear, acompanhar, monitorar e fiscalizar os passivos ambientais da mineração, com particular atenção ao minério de ferro e em municípios como Nova Lima, Congonhas, Itabirito, Ouro Preto e Brumadinho• Mapear, acompanhar, monitorar e fiscalizar os passivos ambientais da mineração, com particular atenção ao município de Paracatu• Melhoria na fiscalização de prevenção ao desmatamento• Monitoramento do uso da água em culturas irrigadas na margem direita do lago Sobradinho• Monitoramento do uso da água em culturas irrigadas na planície fluvial do São Francisco• Monitoramento/preservação/recuperação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN Planalto e RPPN Lula Lobo• Monitorar a atividade de aquicultura, devido à contaminação das águas por resíduos de ração utilizados diariamente• Monitorar a expansão acelerada da agricultura na região, que tem provocado a aceleração dos processos de erosão marginal, causando recuo das margens sergipanas e a perda de superfície do solo agrícola• Monitorar a Floresta Nacional de Negreiros• Monitorar e preservar a Reserva Ecológica e Arqueológica da Serra do Mulato• Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação• Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a soja e a cana-de-açúcar em municípios como Chapada Gaúcha e Januária, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação• Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a soja (em Baianópolis, Serra do Ramalho e Santana) e a cana-de-açúcar (em municípios como Angical e Cristópolis), promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação• Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar em Juazeiro, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação• Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação• Monitorar, preservar e recuperar as áreas do Parque Estadual Serra do Areial e o Refúgio de Vida Silvestre Riacho Pontal• Promoção de ações de monitoramento e fiscalização, controle e vigilância ambiental na agricultura de rendimento, em termos de saúde humana, por forma a evitar a elevada utilização de agroquímicos• Reforçar a fiscalização das carvoarias				

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">Reforçar o controle do cultivo de eucalipto, por exemplo mediante a revisão da legislação atinente ao seu licenciamento ambiental				
<p>30. Incentivar o turismo espeleológico considerando o elevado número de cavernas na zona (Zonas 1 e 2)</p> <p>31. Promover o turismo ecológico sustentável (Zonas 3, 4, 15, 21, 22, 23, 24):</p> <ul style="list-style-type: none">Promover o turismo ecológico sustentávelPromover o turismo ecológico sustentável através da construção de trilhos, promoção práticas de conservação, entre outras medidas	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none">PPA 2016-2019: 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo	*	<ul style="list-style-type: none">Ministério do Turismo – Administração DiretaRecursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUREMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
	(31)	<ul style="list-style-type: none">Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019	<ul style="list-style-type: none">Comissão Nacional para os ODS	<ul style="list-style-type: none">
	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none">Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022)	<ul style="list-style-type: none">Ministério do Turismo (MT)Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)Agentes públicos e privados	<ul style="list-style-type: none">Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR)Parcerias com as instituições financeiras (bancos públicos, como Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do NordesteParceria com os agentes responsáveis por outros fundos públicos (como os fundos constitucionais, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS))
	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none">Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR + Turismo)	<ul style="list-style-type: none">Ministério do Turismo (MT)	
	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none">Plano Mineiro de Turismo	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)Conselho Estadual de Turismo	
	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none">Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS (Minas Gerais)	<ul style="list-style-type: none">Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur)InfraeroSecretarias estaduais e municipais de turismoUnidades executoras dos estados e municípios (UEE e UEM)	<ul style="list-style-type: none">Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)Banco do Nordeste (BNB)Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
	(31)	<ul style="list-style-type: none">PPA Bahia 2016/2019: Programa Turismo	*	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Turismo
	(31)	<ul style="list-style-type: none">Plano estratégico de turismo do Estado da Bahia	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Turismo	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Turismo

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Prodetur-NE II – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo (PMGT) (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0004 – Promoção e apoio à comercialização do destino turístico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos - EMPETUR
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0737 – Prodetur nacional Pernambuco 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0925 – Ampliação e adequação da infraestrutura para o turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> EMPETUR Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0359 – Sustentabilidade das cadeias econômicas da cultura e do turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura - Administração Direta
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco -Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SETUR/PE) EMPETUR 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de Suporte ao Financiamento do Plano: <ul style="list-style-type: none"> Prefeitura Municipal de Ipojuca Prefeitura Municipal de Recife Prefeitura Municipal de Olinda CTI Nordeste (Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco & Empetur, 2008)
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas 2013-2023 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas 	
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0023 - Turismo e esporte 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado do Turismo

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>32. Aplicar parte do aumento esperado da receita com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais referente ao minério de ferro (devido ao aumento da alíquota específica para 3,5%) na recuperação de passivos ambientais e em ações de mitigação de contaminação (Zona 1)</p> <p>33. Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população (Zonas 1, 2, 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Sete Lagoas, Divinópolis, Nova Serrana e Pará de Minas Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Pirapora e Várzea da Palma <p>34. Identificação de áreas ilegais de garimpo e mitigação de seus impactos (Zona 3)</p> <p>35. Criar plano de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais da mineração (em Paracatu) que provocam problemas de saúde em parte da população (Zona 5)</p> <p>36. Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo, água e ar pelos rejeitos industriais e de mineração que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Araripina e Ouricuri (Zona 17)</p> <p>37. Regularização ambiental da atividade (de mineração de calcificação de gesso) do chamado “Pólo Gesseiro” (Zona 17)</p> <p>38. Ordenamento da extração e uso do angico (Zona 19)</p>	(32 a 38)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral 	*	<ul style="list-style-type: none"> MME – Administração Direta Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB
	(32 a 38)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços 	*	<ul style="list-style-type: none"> MDIC – Administração Direta Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
	(32 a 38)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2083 – Qualidade Ambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta IBAMA Fundação Nacional de Saúde Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA
	(32 a 38)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(32, 34, 36, 37, 38)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão de Desenvolvimento Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem)
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Gestão de Áreas Contaminadas (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) 	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Minas Sustentável – PMS 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) Serviço Social da Indústria (SESI) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 191 – Melhoria da qualidade ambiental (Minas Gerais) 	*	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Programa “Registro Público Voluntário das Emissões Anuais de Gases de Efeito Estufa de Empreendimentos no Estado” (Minas Geris) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) 	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Instituto Euvaldo Lodi- IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	(36, 37, 38)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 	*	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
39. Apoio a ações que visem a preservação do patrimônio histórico (Zona I)	(39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2027 – Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura – Administração Direta Fundação Cultural Palmares Instituto Brasileiro de Museus (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional de Cultura Fundação Biblioteca Nacional Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Fundação Nacional de Artes Agência Nacional do Cinema
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura (MinC) 	
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura (MinC) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) Incentivo Fiscal Fundo Nacional da Cultura (FNC)
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Inventário do Patrimônio Cultural da Bacia do Rio São Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais 2017-2026 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Conselho Estadual de Política Cultural (Consec) 	
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pontos de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura 	
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de educação patrimonial 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Secretaria de Estado de Educação (SEE) 	
<p>40. Apoio a comunidade indígena Pataxó com processo de reconhecimento do seu território em Itapecerica (Zona 2)</p> <p>41. Apoio a comunidade indígena Atikum com processo de reconhecimento do seu território em Santa Rita de Cássia (Zona 11)</p> <p>42. Apoio a comunidade indígena Pankararú com processo de reconhecimento do seu território em Muquém de São Francisco (Zona 13)</p> <p>43. Apoio a comunidade indígena Truká com processo de reconhecimento do seu território em Orocó (Zona 18)</p> <p>44. Apoio a comunidade indígena Pankará (da Serra do Arapuá) com processo de reconhecimento do seu território em Carnaubeira da Penha (Zona 20)</p> <p>45. Apoio a comunidade indígena Tuxá com processo de reconhecimento do seu território em Rodelas (Zona 21)</p> <p>46. Apoio a comunidades indígenas Kalancó, Fulni-ô, Pankararú e Jeripancó com processo de reconhecimento dos seus territórios em Água Branca, Águas Belas, Jatobá e Pariconha (Zona 22)</p> <p>47. Fomento à certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e apoio às demandas de regularização fundiária dessas comunidades (Zona 16, 18, 19, 21)</p>		<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
	(40 a 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena/GATI
	(40 a 47)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016/2019 (principal fonte de recursos para financiamento das ações do PII-PNGAT) Fundos públicos socioambientais, como o Fundo Clima do MMA e o Fundo Amazônia do BNDES Recursos de projetos de cooperação internacional
	(40)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
			<ul style="list-style-type: none"> Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) 	
	(41 a 43, 45, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
	(41 a 43, 45, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Bahia) 	Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT)	<ul style="list-style-type: none"> Estado da Bahia
	(43, 44, 46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola 	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 2016)
<p>48. Elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) de Três Marias, com vista ao ordenamento da ocupação (Zona 3)</p> <p>49. Implementar as propostas da Agência Nacional de Águas (ANA, 2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) (2017) para a região, com foco na sustentabilidade dos recursos hídricos (Zona 3)</p> <p>50. Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia e Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) (Zonas 5, 6)</p> <p>51. Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) (Zonas 7, 9, 10, 11, 13)</p> <p>52. Fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas (Zonas 9, 10, 11)</p> <p>53. Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais do Baixo São Francisco prejudicados com a construção de barragens (Zonas 21, 22)</p>	(53, 54)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Codevasf Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
	(48 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2084 – Recursos Hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> MI – Administração Direta DNOCS Codevasf Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Agência Nacional de Águas – ANA MMA

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
54. Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais prejudicados com a construção de barragens (cujas atividades sofreram diretamente os impactos do barramento das águas pela falta de alimentação hídrica natural nas várzeas onde eram desenvolvidas atividades de rizicultura e aquicultura) (Zonas 23, 24)	(55)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2086 – Transporte Aquaviário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Portos MTPA – Administração Direta Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante – FMM
55. Avaliar a viabilidade da implantação de ações voltadas à manutenção da navegabilidade no rio São Francisco (Zona 24)	(48 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
56. Promover ações de controle da intrusão das águas oceânicas (cunha salina), incluindo o monitoramento e controle da qualidade da água para consumo humano (Zona 24)	(48 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	
57. Apoiar as atividades econômicas afetadas pelo avanço da cunha salina (notadamente as culturas agrícolas ora praticadas na região, como a rizicultura), por exemplo na conversão em outras atividades econômicas (como a carcinicultura) (Zona 24)	(48 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
58. Incentivar a implementação e manutenção de projetos de requalificação ambiental (Zonas 1, 2, 3, 4, 5, 7, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24): <ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo (em particular onde houver desmatamento), proteção de nascentes e adequação das estradas rurais e/ou de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Lagoa da Prata, Conselheiro Lafaiete, Santo Antônio e Divinópolis, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	(48 a 52, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH/MI) Codevasf Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(48, 53, 54, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(55)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Hidroviário Estratégico (PHE; 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) 	
	(55)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH; 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) 	
	(56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA)) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD)
	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 120 – Gestão e desenvolvimento sustentável de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 206 – Cultivando água boa 	<ul style="list-style-type: none"> 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de construção de bacias de contenção de águas pluviais ou de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Pompéu, Felixlândia, Três Marias e Morada Nova de Minas, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf • Incentivar a implementação e manutenção de projetos de requalificação ambiental, a exemplo das ações de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Bocaiúva, Engenheiro Navarro e Santos Dumont, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo, proteção de nascentes e adequação de estradas rurais executadas pelo CBHSF no Ribeirão São Pedro (município de Paracatu), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Recursos Hídricos (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG) • Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/MG) • Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (SISEMA) • Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) • Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Diretor de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Comitês de bacia hidrográfica (CBH) • Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Estadual de Conservação de Água (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • IGAM 	<ul style="list-style-type: none"> • FHIDRO
	(48, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Minas Gerais 	
	(51 a 53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Recursos Hídricos (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH • Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREH 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA
	(51 a 53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Bacias Hidrográficas (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> • SEMA 	<ul style="list-style-type: none"> • FERHBA
	(48 a 51, 56 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> • ANA • Outros parceiros
	(50, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídrico do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Distrital de Recursos Hídricos (ANA, 2018a)
	(50, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica (Buarque, 2003) (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Brasília 	
	(50, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Distrito Federal (GDF) • Agência reguladora de Águas, energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) (GDF & ADASA, 2011) 	
	(50, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Incentivo ao Reaproveitamento da Água da Chuva no Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Distrito Federal • Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Distrito Federal

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de revitalização e recuperação de nascentes executadas pelo CBHSF no Rio das Pedras e Córrego Buritis (município de Guaraciama), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo, proteção de nascentes e adequação de estradas rurais ou de proteção de áreas de preservação permanente, recuperação e conservação de áreas degradadas e voçorocas que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Paratinga e Bom Jesus da Lapa, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de recuperação hidroambiental executadas pelo CBHSF na bacia do rio Verde (Ibipeba), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais; priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e de tecnologias de convivência com o semiárido 	(53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0611 – Gestão de recursos hídricos de Pernambuco 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta COMPESA
	(53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0733 – Gestão integrada de recursos hídricos - água e clima 	*	<ul style="list-style-type: none"> APAC
	(53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Pernambuco): <ul style="list-style-type: none"> Planos diretores de recursos hídricos Plano estadual de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH) Comitês de Bacia Hidrográfica – COBH Órgão gestor de recursos hídricos do Estado (APAC e Secretaria de Infraestrutura) Órgãos executores do SIGRH/PE; Organizações civis de recursos hídricos; Agências de Bacia 	<ul style="list-style-type: none"> FEHIDRO
	(53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades Ministério da Integração Nacional Ministério da Saúde Ministério do Turismo Setor privado Prefeituras Governo do Estado de Pernambuco (diretamente e através da COMPESA) Emendas parlamentares; Organismos internacionais Responsabilidade Social (Secretaria de Recursos Hídricos, 2008)
	(53 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Recursos hídricos e meio ambiente 	*	<ul style="list-style-type: none"> IMA Fundo de Recursos Hídricos SEINFRA CASAL
	(53 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Recursos Hídricos (Alagoas): <ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/AL) Planos Diretores de Bacias Hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH/AL)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">• Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de cercamento e renaturalização de nascentes e de proteção de área de preservação permanente, conservação de solos, recuperação e estabilização de voçorocas executadas pelo CBHSF na bacia do rio Salitre (Morro do Chapéu), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais• Implementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá, sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies• Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais• Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de cercamento e renaturalização de nascentes executadas pelo CBHSF na bacia do rio Mocambo (Curaçá), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais• Incentivar a implementação de programas de compensação ambiental e de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, de forma a envolver a sociedade de uma forma geral no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, os recursos originários da cobrança pelo uso da água e de futuro também os arrecadados com multas por crime ambiental (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017)• Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de revitalização da bacia que vêm sendo executadas pelo CBHSF na bacia do rio Moxotó (Ibimirim), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais	(54 a 58)	<ul style="list-style-type: none">• PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0024 - Gestão ambiental e saneamento básico	*	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano• Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe• Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos• Administração Estadual do Meio Ambiente• Fundo de Defesa de Meio Ambiente de Sergipe• Fundo Estadual de Recursos Hídricos• Companhia de Saneamento de Sergipe

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none">Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de levantamento e diagnóstico ou revitalização e recuperação de nascentes; de proteção de matas ciliares e/ou nascentes (cercamento); de adequação de estradas rurais; de conservação do solo ou recomposição vegetal (plantio de mudas); ou de levantamento da situação fundiária das ocupações, que vêm sendo executadas pelo CBHSF nas bacias dos rios Boacica, Jacaré, Piauí, Riacho Riachão e na foz do rio São Francisco; envolver a sociedade de uma forma geral no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais				
<p>59. Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas (Zona 3)</p> <p>60. Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável (Zonas 15, 20, 21, 22):</p> <ul style="list-style-type: none">Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativasFomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas no município de FlorestaFomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas nos municípios de Glória, Paulo Afonso e RodelasFomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas nos municípios de Petrolândia, Jatobá e Delmiro Gouveia	(59, 60)	<ul style="list-style-type: none">PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura	*	<ul style="list-style-type: none">MAPA – Administração DiretaCodevasfDepartamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
	(59, 60)	<ul style="list-style-type: none">Planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura	<ul style="list-style-type: none">Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura	
	(59)	<ul style="list-style-type: none">Plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros (Minas Gerais)	<ul style="list-style-type: none">Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura	
	(59)	<ul style="list-style-type: none">Planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura (Minas Gerais)	<ul style="list-style-type: none">Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura	
	(60)	<ul style="list-style-type: none">PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agricultura familiar e pesca	<ul style="list-style-type: none">*	<ul style="list-style-type: none">SEAGRIInstituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas (IDERAL)Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL)Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (EMATER)SEINFRA
<p>61. Priorizar o desenvolvimento e expansão das áreas ocupadas pelas produções agrosilvopastoris em áreas já alteradas (Zonas 1, 4)</p> <p>62. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária (Zona 1)</p> <p>63. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares (Zonas 4, 6)</p> <p>64. Recuperação de pastagens degradadas através de métodos agroecológicos (Zona 8)</p>	(63, 71 a 75, 79, 80)	<ul style="list-style-type: none">PPA 2016-2019: Programa 2012 – Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	*	<ul style="list-style-type: none">SEAD – Administração DiretaInstituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da FazendaCompanhia Nacional de Abastecimento (CONAB)MDS – Administração Direta

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>65. Criar plano de promoção da sustentabilidade no negócio pecuário recorrendo a mecanismos e técnicas inovadoras de promoção da conservação (por exemplo: pagamento por serviços ambientais) (Zonas 2, 5)</p> <p>66. Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (Zonas 2, 3, 5, 22, 23)</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos) Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos); promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	(61 a 64, 67 a 77, 81 a 83)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2050 – Mudança do Clima 	*	<ul style="list-style-type: none"> MCTIC – Administração Direta MMA – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
<p>67. Criar plano de desenvolvimento da atividade pecuária na região, fomentando ações de aumento da produtividade, promoção da sustentabilidade, transmissão de tecnologias e de diminuição da área ocupada (Zona 6)</p> <p>68. Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) (Zonas 7, 11, 12, 13, 14, 17)</p> <p>69. Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas; promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (Zonas 19)</p> <p>70. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária e promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. caprinocultura em médias propriedades) (Zona 21)</p> <p>71. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares (Zona 24)</p> <p>72. Fomentar estratégias, identificação de boas práticas e experiências, e o desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam melhor convivência com o semiárido (Zona 22)</p> <p>73. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento (Zonas 5, 9)</p> <p>74. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da pecuária (Zona 7)</p>	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2066 – Reforma Agrária e Governança Fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAD – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – SEAD
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta MI – Administração Direta Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda Codevasf DNOCS (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional 	*	<ul style="list-style-type: none"> MDS – Administração Direta MI – Administração Direta MMA – Administração Direta Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Administração Direta Fundo Nacional de Saúde

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
75. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental na região como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento e de suportar o aumento da Reserva Legal (Zona 10)	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
76. Promover a agricultura sustentável e culturas tradicionais através de técnicas inovadoras de promoção de agricultura de conservação (Zona 3) 77. Delinear plano de promoção de agricultura sustentável com criação de marca própria certificada internacionalmente para valorização da produção (Zona 5) 78. Incentivar ações de assistência técnica continuada aos agricultores rurais para sistemas de produção integrada lavoura-pecuária-floresta (Zona 8)	(63, 71 a 75, 79, 80)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Safra da Agricultura Familiar – 2017-2020 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Garantia-Safra Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
79. Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e a atividades de conservação (Zonas 6, 7, 13, 20, 21, 22, 23): <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e a atividades de conservação Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e a atividades de conservação, com foco nos municípios de Gameleiras, Matias Cardoso e São João da Ponte 	(63, 71 a 75, 79, 80)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF Fundo Amazônia Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA Outros fundos cujos objetivos institucionais se adequem ao PMCF
80. Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar, em particular de comunidades tradicionais, com suporte de assistência técnica e extensão rural (Zona 16) 81. Fomentar técnicas de cultivo sustentáveis no manejo das áreas de horticultura e fruticultura (Zonas 18, 19): <ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de cultivo sustentáveis no manejo das áreas de horticultura e fruticultura, através da criação de selos de sustentabilidade e certificação internacional (Zonas 18, 19) Fomentar técnicas de cultivo sustentáveis no manejo das áreas de horticultura e fruticultura (principalmente em Curaçá, Abaré e Juazeiro), através da criação de selos de sustentabilidade e certificação internacional 	(61 a 64, 67 a 77, 81 a 83)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de crédito – Programa ABC Linhas de crédito agrícola (como Pronaf) – BNDES e outros Fontes orçamentárias
82. Criar plano para o desenvolvimento de culturas agrícolas sustentáveis e adaptadas às condições dos solos e do clima regional, promovendo a disseminação de técnicas inovadoras e de conservação (Zona 16)	(61 a 64, 67 a 77, 81 a 83)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima: <ul style="list-style-type: none"> recursos reembolsáveis: geridos pelo BNES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social recursos não reembolsáveis – geridos pelo Ministério do Meio Ambiente

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>83. Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas (técnicas de convivência com o semiárido), principalmente na região de Jaguarari, onde poderão substituir atividades de extrativismo de carvão e a pecuária extensiva; promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) (Zona 19)</p> <p>84. Incentivar programas de assistência técnica e extensão rural (Zonas 13, 15)</p> <p>85. Promover ações mitigadoras para o controle da salinização dos solos provocada pela intensa produção de fruta (Zonas 18, 19)</p> <p>86. Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (Zonas 18, 19, 21):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (indústria de processamento de produtos agrícolas) • Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (por exemplo, implantação de agroindústria de polpas e geleias em Glória) <p>87. Promover ações para o atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores, como a agroindústria familiar (Zonas 18, 19, 21)</p> <p>88. Investimento em pesquisa para inovação dos usos agrícolas (incentivo a novas culturas) (Zona 22)</p>	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) • Estados e municípios 	
	(65, 67, 76)	<ul style="list-style-type: none"> • PPAG 2016-2019: Programa 025 – Geração de conhecimento e de Tecnologia Agropecuária 		
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> • PPAG 2016-2019: Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa 		
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> • PPAG 2016-2019: Programa 068 – Assistência técnica e extensão rural para o estado de minas gerais 		
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Minas Pecuária (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) • Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) • Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) • Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) • Ruralminas 	<ul style="list-style-type: none"> • dotações consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais • recursos advindos de parcerias entre União, Estado e o setor privado • recursos oriundos de outras fontes
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – PEDRS (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf) • Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Estado • Recursos oriundos de convênios, acordos de cooperação e doações • Fundo de Erradicação da Miséria – FEM • Outros fundos nacionais e internacionais que apoiem ações de desenvolvimento rural sustentável solidário.

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado de Minas Gerais (UNICAFES-MG) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEAMG) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAFMG) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CTSANS) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA - MG) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> BNDES CNPq CONAB EMBRAPA FNDE FUNAI IBAMA ICMBio INCRA MAPA MCTIC SEAD MDS MMA
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(66, 68 a 73, 75, 79 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(66, 68 a 73, 75, 79 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 		
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Instituto Euvaldo Lodi- IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (CPDR) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR) Banco de Brasília S/A (BRB)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) 	
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI EMATER/DF 	
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF) Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal – (CAO-DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF) Sociedade Civil, por meio do Grupo de Trabalho Agricultura Urbana (GT-AU) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança Alimentar e Defesa do Consumidor (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal (CONSEA-DF) 	
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 1037 - Programa Desenvolvimento da Agropecuária (Goiás) 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Agricultura Fundo Especial de Desenvolvimento Rural (FUNDER)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 1062 - Programa Defesa e Vigilância Agropecuária (Goiás) 	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) 	<ul style="list-style-type: none">
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Agricultura Familiar (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Plano/Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC-GO 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Interministerial de Mudança Global do Clima (CIM) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) (MMA, FUNBIO, 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco do Brasil Banco da Amazônia Banco do Nordeste

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(68 a 70, 73, 75, 79 a 87)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Produtivo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura Fundação Cultural do Estado da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia Secretaria de Turismo Agência de Fomento do Estado da Bahia Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Secretaria de Desenvolvimento Econômico Junta Comercial do Estado da Bahia Centro Industrial de Subaé Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC
	(68 a 70, 73, 75, 79, 81 a 85)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual sobre Mudança do Clima (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Políticas para Sustentabilidade - Secretaria Estadual do Meio Ambiente Instituto de Gestão das Águas e Clima 	<ul style="list-style-type: none">

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(68 a 70, 73, 75, 79, 81 a 85)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido (composto por Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido e Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido) 	<ul style="list-style-type: none">
	(69, 73, 75, 79 a 87)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Mecanização Agrícola (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza – FUNCEP (execução e supervisão são da SEAGRI/EMDAGRO)
	(66, 68, 72, 79, 81, 85)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0030 – Apoio às ações de convivência com o semiárido 	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário 	*	<ul style="list-style-type: none"> IPA
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0058 – Regularização e reorganização fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - ITERPE
	(66, 68, 72, 79, 81, 85)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0131 – Programa de melhoria da convivência com o semiárido 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0318 – Promoção de regularização fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0633 – Apoio à estruturação de assentamentos rurais 	*	<ul style="list-style-type: none"> ITERPE
	(66, 68, 72, 79, 81, 85)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1040 – Programa de desenvolvimento sustentável – enfoque territorial e transversalidade do meio ambiente – Prorural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN) 2016/2019 (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PE) Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PE) Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual responsáveis pela implementação dos programas e ações integrantes do PLANESAN Órgãos e entidades municipais e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo Estadual, Distrito Estadual de Fernando de Noronha e Municípios que aderirem ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SESANS)
	(72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar (PROATER-PE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), por meio da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar (SEAF) 	<ul style="list-style-type: none"> Dotação orçamentária própria da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
	(69, 73, 75, 79 a 87)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – PROATER (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas vinculadas à Secretaria Apoio do Estado Federal
	(66, 68, 72, 79, 81, 85)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> SARA, por meio da SEAF e demais órgãos vinculados, através da criação da Diretoria de Convivência com o Semiárido 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
	(66, 71, 72, 79, 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agronegócio 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL)
	(66, 71, 72, 79, 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Inclusão produtiva 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL Instituto de Metrologia e Qualidade (INMEQ/AL) Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego (SETE) SEDETUR Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)
	(66, 71, 72)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Alagoas Mais Ovinos (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(66, 71, 72)	<ul style="list-style-type: none"> Programa do Leite (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	<ul style="list-style-type: none"> Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Desenvolve (Agência de Fomento de Alagoas) (Desenvolve-AL, 2014)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(72, 79, 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Raízes e tubérculos (inhame) (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(72, 79, 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Palma e sorgo forrageiro (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(71, 72, 79, 85, 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas - PAA/AL 	<ul style="list-style-type: none"> EMATER/AL 	<ul style="list-style-type: none"> Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) (Guia de Serviços de Alagoas, 2018)
	(71, 72, 79, 85, 88)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, em articulação com as demais secretarias, órgãos públicos e organizações da sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
	(66, 71, 79)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0022 - Desenvolvimento rural, agropecuário e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
	(66, 71)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Defesa Sanitária (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) sob a coordenação da SEAGRI 	
	(66, 71, 79)	<ul style="list-style-type: none"> Programa fortalecimento das cadeias produtivas (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO sob a coordenação da SEAGRI 	
	(71, 79)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Agricultura Familiar (Pronaf) (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO 	
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe (em desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) Caixa Econômica Federal FUNCEP
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2028 – Defesa Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena - GATI
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016/2019 (principal fonte de recursos para financiamento das ações do PII-PNGAT) Fundos públicos socioambientais, como o Fundo Clima do MMA e o Fundo Amazônia do BNDES Recursos de projetos de cooperação internacional
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC)	
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Bahia) 	Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT)	<ul style="list-style-type: none"> Estado da Bahia
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola 	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 2016)
<p>89. Fomentar técnicas de irrigação sustentáveis através da disseminação de novas tecnologias, conforme vem sendo feito pela Codevasf, no apoio aos pequenos produtores e na adequação de sistemas de irrigação nos perímetros públicos de modo a desenvolver/adequar os sistemas produtivos à nova condição hídrica) e maior penalização da irrigação convencional na cobrança pelo uso de recursos hídricos (Zonas 6, 7, 9, 10, 18, 19)</p> <p>90. Criar plano de manejo da cultura da soja na região, limitando as suas áreas de cultivo, as técnicas de cultivo e as técnicas de irrigação (Zona 10)</p> <p>91. Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia (Zonas 21, 22, 23, 24)</p> <p>92. Investimento na fruticultura irrigada em pequenas e médias propriedades (Zona 21)</p>	(89 a 92)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(89 a 92)	<ul style="list-style-type: none"> Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Ministério da Integração Nacional (MI) Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento geral da União
	(89)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Ministério da Integração Nacional Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Brasil (BB) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(89)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Interior Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral 	
	(91)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Apoio à Produção dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf – PROAP (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF (CODEVASF, 2017a)
	(91)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Agricultura irrigada (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
93. Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) (Zonas 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24)	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA Fundo Clima Fundo Socioambiental da Caixa Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais – PAE/MG 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável Coordenação de Combate à Desertificação SEDVAN>IDENE Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> BNDES CNPq CONAB EMBRAPA FNDE FUNAI IBAMA ICMBio INCRA MAPA MCTIC SEAD MDS MMA
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> * 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Secretaria da Administração

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
				<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Rural Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Coordenação de Desenvolvimento Agrário
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Órgãos Colegiados: EDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos CEPRAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia FBMC-Bio – Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> FERHBA Fundo Estadual de Meio Ambiente Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB Plano de Aceleração do Crescimento – PAC Fundo Nacional de Meio Ambiente Ministério da Integração Nacional (MI) MCTIC Banco do Nordeste do Brasil (BNB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) BIRD – International Bank for Reconstruction and Development, BID , JBIC – Japan Bank for International Cooperation Fundos internacionais: WWF – World Wildlife Fund, EU – European Union, OMT – Organização Meteorológica Mundial
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAN 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE-PE 	<ul style="list-style-type: none"> SECTMA 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
				<ul style="list-style-type: none"> Subsídios e incentivos fiscais e financeiros para elaboração e implantação de pesquisas, projetos e ações voltados ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e à convivência socioambiental sustentável como semiárido Incentivos fiscais e financeiros para a criação e implementação de Unidades de Conservação voltadas à proteção do Bioma Caatinga
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-AL) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Combate à Desertificação 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação – PAE- Sergipe 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Combate à Desertificação 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe – PDR Sergipe (em execução) 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAG, com apoio da SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), instituição vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA)
<p>94. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para propriedades rurais que promovam recuperação de áreas degradadas e agropecuária de conservação (Zona 7)</p> <p>95. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas e pequenas propriedades familiares (Zonas 8, 13)</p> <p>96. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares (Zonas 11, 12, 23, 24)</p> <p>97. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência (Zonas 15, 16, 17)</p> <p>98. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas e comunidades remanescentes de quilombos em Cabrobó e Salgueiro (Zona 18)</p>	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
	(94 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>99. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em Carnaubeira da Penha, Floresta e Mirandiba (Zona 20)</p> <p>100. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em Glória, Paulo Afonso e Rodelas (Zona 21)</p> <p>101. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em municípios como Pesqueira, Tacaratu, Águas Belas, Pariconha e Jatobá (Zona 22)</p>			<ul style="list-style-type: none"> Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	
	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016/2019 (principal fonte de recursos para financiamento das ações do PII-PNGAT) Fundos públicos socioambientais, como o Fundo Clima do MMA e o Fundo Amazônia do BNDES Recursos de projetos de cooperação internacional
	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Outros parceiros
	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH/MI) Codevasf Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(94, 95)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) 	
	(95 a 97, 101)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> * 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
	(95 a 97, 101)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) 	<ul style="list-style-type: none"> Estado da Bahia

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(97 a 99, 101)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> SARA, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e com o Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) 	<ul style="list-style-type: none"> Celebração de convênios, contratos, acordos e instrumentos similares de cooperação entre o Estado de Pernambuco e órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como com entidades privadas e organizações não governamentais que tenham reconhecida atuação no tema
	(97 a 99, 101)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 2016)
	(96)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe (em desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) Caixa Econômica Federal FUNCEP
102. Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis (Zonas 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24): <ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)], a exemplo do projeto de energia fotovoltaica em placas flutuantes previsto para o lago de Sobradinho desde 2016, para o qual já existe licença ambiental (CHESF, comunicação escrita, abril de 2018) Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia eólica nesta zona do Submédio São Francisco [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	(102)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2033 – Energia Elétrica 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia – Administração Direta Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Energia (PNE 2030; PNE 2050 em elaboração) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS” (prorrogado até 2022 pelo Decreto n.º 9357/2018, de 27 de abril) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais – PEMC 2020-2030 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPED) Gerência de Energia e Mudanças Climáticas (GEMUC) Conselho Regional de Nord Pas-de-Calais/França Agência Francesa do Meio Ambiente e da Gestão de Energia Enviroconsult 	
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Mineiro de Energia Renovável – Energias de Minas 	<ul style="list-style-type: none"> Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de Fazenda (SEF), de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto de Desenvolvimento Integrado Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica em Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta MI – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1035 – Gestão dos recursos energéticos do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Administração Direta
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Geração e Aproveitamento de Energia Solar no Estado 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pernambucano de Micro e Minigeração de Energia Solar – PE Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação e com a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE 	<ul style="list-style-type: none"> AGEFEPE
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)
<p>103. Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carenciadas, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região (Zonas 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22)</p> <p>104. Promover o emprego temporário legal e os direitos das populações que se mobilizam para trabalhar nas lavouras das grandes propriedades de culturas de rendimento (Zona 10)</p>	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços 	*	<ul style="list-style-type: none"> MDIC – Administração Direta Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> BNDES CNPq CONAB EMBRAPA FNDE FUNAI IBAMA ICMBio INCRA MAPA MCTIC SEAD MDS MMA
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 		

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Instituto Euvaldo Lodi- IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Vida Melhor 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A Bahia Pesca S/A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Secretaria de Desenvolvimento Rural
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAN 	
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (Projeto Pernambuco 2035) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Planejamento e Gestão, mais especificamente, Instituto de Gestão PE e Agência Condepe/Fidem) Movimento Brasil Competitivo – MBC (Consórcio Pernambuco do Amanhã – Consultorias TGI, CEPLAN e Macroplan) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Criança e da Juventude Secretaria de Educação Secretaria de Ciência e Tecnologia Secretaria de Saúde Secretaria de Defesa Social Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (CODECIPE) Secretaria Executiva de Ressocialização Secretaria das Cidades Secretaria de Infraestrutura COMPESA Secretaria das Cidades/ Companhia de Habitação e Obras (SECID/CEHAB)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
				<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) CPRH SEMAS Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária SESDH/Secretaria da Mulher Secretaria de Administração (SAD) Assembleia Legislativa do Estado (Governo do Estado de Pernambuco & MBC, 2014)

* Nota: não existem responsáveis formais pelos programas no tocante à lógica atual dos PPA Federal e Estaduais.

4. Estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos

Como refere o Ministério do Meio Ambiente n’“O zoneamento ecológico-econômico na Amazônia Legal – Trilhando o caminho do futuro”, “o futuro do ZEE está claramente associado à possibilidade de encontrar mecanismos que possam auxiliar, ao menor custo político, econômico e social e na maior rapidez possível, a implementação de seus resultados, potencializando seu atrativo como referência a outras políticas de planejamento e ordenamento do uso do solo” (MMA, 2016).

Nesse sentido, o documento identifica algumas propostas, que incluem “integrar o ZEE com outras políticas e instrumentos, tais como o crédito rural, o licenciamento ambiental, a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, o cadastro ambiental rural (CAR) e os programas de regularização ambiental (PRA), todos estes de grande importância para a gestão do território e de seus recursos” (MMA, 2016).

O Termo de Referência para a presente etapa de Prognóstico e Subsídios à Implementação do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco aponta ainda as linhas de incentivo e benefícios fiscais e os fundos de financiamento como instrumentos que contribuem para orientar o processo de ocupação e uso do território.

Os instrumentos mencionados apresentam-se como uma ferramenta de maior relevância para a institucionalização do MacroZEE, com possibilidade efetiva de compatibilizar as atividades socioeconômicas empreendidas no território com a preservação da natureza, a qualidade do ambiente e o equilíbrio ecológico, no sentido de reduzir os conflitos ambientais.

Neste contexto, os instrumentos abordados nos subcapítulos seguintes podem colaborar efetivamente no fluxo de informações da gestão do MacroZEE, de forma a garantir que as diretrizes propostas sejam seguidas. Estes instrumentos, principalmente os atos autorizativos relacionados à ocupação e ao uso do solo e de seus recursos naturais, de cunho permanente e com rotinas estabelecidas nos órgãos federais e estaduais, serão incorporados no processo de implantação do MacroZEE como aliados e se somarão de forma ativa ao modelo de gestão, na instância de ‘execução e implementação’ (cf. Capítulo 2).

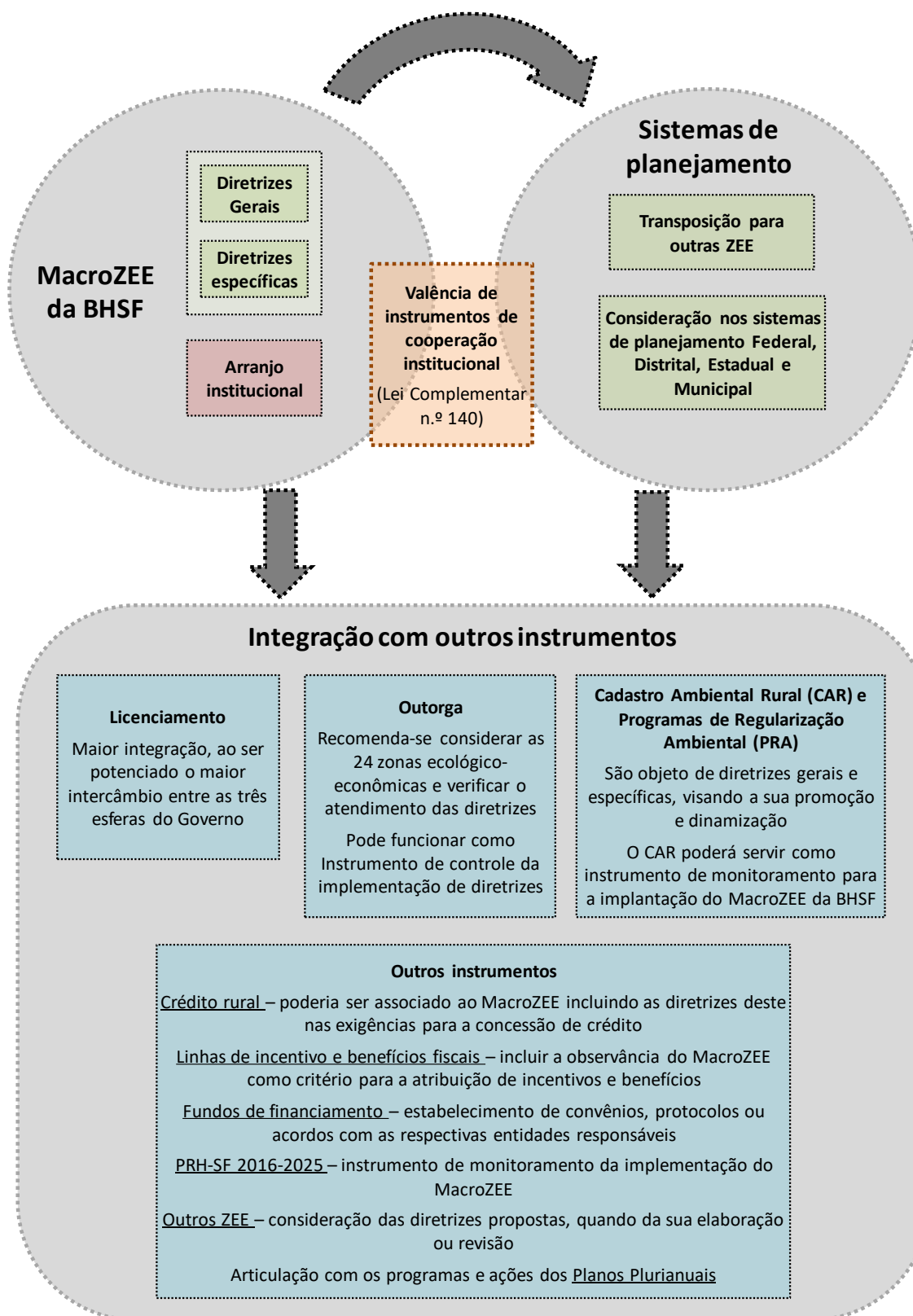


Figura 5 – Integração do MacroZEE da BSF com outros instrumentos

De facto, as diretrizes gerais e específicas que constituem a proposta de gestão do MacroZEE da BHSF devem ser consideradas pelas instâncias identificadas no Quadro 4, no escopo dos processos de outorga, licenciamento e Cadastramento Ambiental Rural, de forma a garantir a implementação da proposta de gestão. Para tal, será importante que essas diretrizes sejam transpostas para os instrumentos de ZEE de nível estadual e municipal, bem como seja considerado o artigo 20.º do Decreto n.º 4297, de 10 de julho de 2002, segundo o qual “para o planejamento e a implementação de políticas públicas, bem como para o licenciamento, a concessão de crédito oficial ou benefícios tributários, ou para a assistência técnica de qualquer natureza, as instituições públicas ou privadas observarão os critérios, padrões e obrigações estabelecidos no ZEE, quando existir, sem prejuízo dos previstos na legislação ambiental”.

Também será importante que, na sequência do disposto no artigo 6-A do Decreto n.º 4297, de 10 de julho de 2002, “os órgãos públicos federais, distritais, estaduais e municipais” insiram “o ZEE nos seus sistemas de planejamento, bem como os produtos disponibilizados pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (...) e pelas Comissões Estaduais de ZEE”.

Ademais, será importante a valência aos instrumentos de cooperação institucional previstos na Lei Complementar n.º 140, de 8 de dezembro de 2011, para que as diretrizes gerais e específicas do MacroZEE da BHSF sejam implementadas, tanto no escopo dos instrumentos jurídicos já estabelecidos (outorga, licenciamento e CAR), como de outros que seja necessário considerar.

4.1. Licenciamento ambiental

Licenciamento Ambiental é o “procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso” (Art. 1.º da Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997).

No âmbito federal, cabe ao IBAMA licenciar as atividades desenvolvidas em mais de um estado, e aquelas cujos impactos ambientais ultrapassem os limites territoriais do estado onde será implantado o empreendimento. Para os projetos de menor porte, cujos impactos sejam restritos ao território do estado, a competência para avaliação e emissão das licenças, é da responsabilidade dos órgãos estaduais e municipais, como as Secretarias de Meio Ambiente. O licenciamento deve ser requerido em apenas uma esfera, podendo ser federal, estadual ou municipal.

A relação entre o licenciamento ambiental e o ordenamento do território é estabelecida, notadamente, pelo Art. 10.º da Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997, que determina que “No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo (...)”. Para além de que, como refere Moraes (2010), “a discussão do licenciamento não pode desvincular-se do processo de análise da própria legislação ambiental e do ordenamento do território, imprescindível para mantê-la atualizada com as necessidades do crescimento sustentável”.

Vale ainda considerar a Lei Complementar n.º 140, de 8 de dezembro de 2011, que “Fixa normas” para “a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora”, estabelecendo instrumentos de cooperação e que “as ações de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ser desenvolvidas de modo a garantir o desenvolvimento sustentável, harmonizando e integrando todas as políticas governamentais e a atingir os seguintes objetivos:

- proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente;
- garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais;
- harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente;
- garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.

Esta lei avança na caracterização das atribuições de licenciamento ambiental por cada ente federativo, de forma a definir os tipos de empreendimentos e atividades por estes licenciados e no compartilhamento de responsabilidades federativas para uma gama de ações administrativas, que vão além do licenciamento ambiental, cobrindo os diversos aspectos da gestão ambiental.

Por outro lado, o próprio ZEE é definido nos termos do Decreto n.º 4.297, de 10 de julho de 2002, “como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente” (Art. 1.º), “de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece[ndo] medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população” (Art. 2.º). O Decreto estabelece ainda que “para o planejamento e a implementação de políticas públicas, bem como para o licenciamento, a concessão de crédito oficial ou benefícios tributários, ou para a assistência técnica de qualquer natureza, as instituições públicas ou privadas observarão os critérios, padrões e obrigações estabelecidos no ZEE, quando existir, sem prejuízo dos previstos na legislação ambiental”. Ou seja, a Lei Federal define claramente a integração do ZEE tanto com o licenciamento, quanto com outros instrumentos de gestão ambiental e territorial.

Considerando-se que o ZEE é um instrumento da política ambiental e o plano de bacia hidrográfica é um instrumento previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, que “constituem a base para o ordenamento territorial a nível Estadual”, “se houvesse uma maior integração do licenciamento com estes instrumentos, este processo seria seguramente mais expedito, na medida em que se tornaria mais fácil a identificação dos condicionantes ambientais para a localização dos empreendimentos” (Moraes, 2010).

Esta integração só se dará com um maior intercâmbio entre as três esferas de governo, para que seus instrumentos específicos não se sobreponham uns aos outros, mas sim se compatibilizem e se complementem. As diretrizes e o arranjo institucional proposto pretendem contribuir para esse intercâmbio, notadamente através de “parcerias entre as três esferas de governo” e do “fortalecimento da gestão ambiental municipal” (entre outras diretrizes gerais propostas), bem como da participação de representantes das três esferas de governo ao nível da gestão e coordenação do MacroZEE da Bacia do São Francisco, na respectiva Comissão Regional (CRZEE da BHSF – cf. Capítulo 2).

4.2. Outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (Lei n.º 9.433, de 1997), constituindo uma “autorização do uso de recursos hídricos para intervenções que promovam a alteração na quantidade, na qualidade, ou no regime dos mesmos” [ANA, 2014 apud (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016)].

É um ato administrativo no qual o poder público outorgante (União, Estado ou Distrito Federal) faculta ao outorgado (requerente) o direito de uso de recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato [ANA, 2016b apud (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016)].

A Constituição Federal define a **dominialidade** das águas brasileiras entre os Estados e a União: são de domínio estadual, por exemplo, as águas subterrâneas e os rios que nascem e desaguam no próprio estado (ANA, 2017b); as restantes águas superficiais são de domínio federal.

A **Agência Nacional de Águas (ANA)** é a responsável por emitir outorgas para os rios, reservatórios, lagos e lagoas sob o domínio da União, que são aqueles corpos de água que passam por mais de um estado brasileiro ou por território estrangeiro; também são outorgadas pela ANA as águas armazenadas em reservatórios administrados por entidades federais (açudes do DNOCS e da CODEVASF, por exemplo) (ANA, 2018c). As outorgas de águas de domínio estadual (subterrâneas, por poço raso ou profundo, ou superficiais) são, regra geral, solicitadas junto ao **órgão gestor de recursos hídricos do respectivo Estado**.

No quadro seguinte são compilados os usos sujeitos a outorga nos estados que integram a BHSF (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás) e no Distrito Federal, de acordo com as respectivas leis estaduais que dispõem sobre a política de recursos hídricos.

Quadro 13 – Usos sujeitos a outorga nos estados que integram a BHSF.

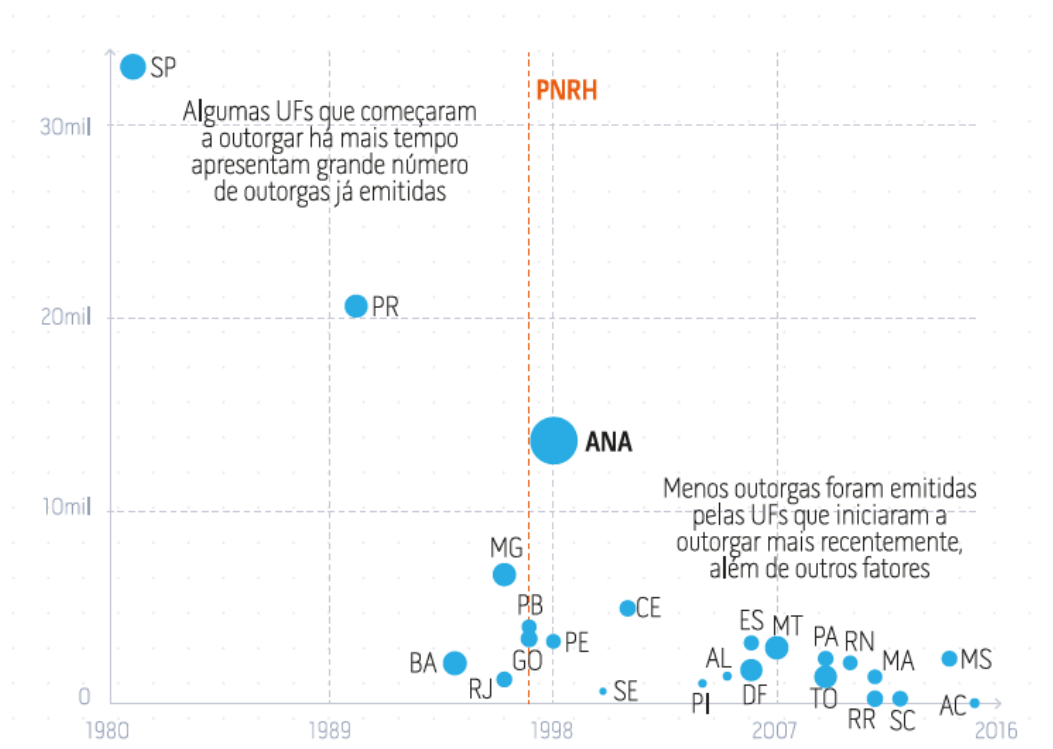
UF	Usos sujeitos a outorga
Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • As acumulações, as derivações ou a captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, para abastecimento público ou consumo de processo produtivo • A extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo • O lançamento, em corpo de água, de esgotos e demais efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final • O aproveitamento dos potenciais hidrelétricos • Outros usos e ações que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água
Bahia	<ul style="list-style-type: none"> • As atividades ou empreendimentos que captem ou derivem águas superficiais • As atividades, ações ou intervenções que possam alterar a quantidade, a qualidade ou o regime das águas superficiais ou subterrâneas, ou que alterem canais, álveos, correntes de águas, nascentes, açudes, aquíferos, lençóis freáticos, lagos e barragens • As interferências nos leitos dos rios e demais corpos hídricos para a extração mineral ou de outros materiais, conforme legislação específica • O lançamento de esgotos e demais efluentes sólidos, líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos d'água, com finalidade de diluição, transporte ou disposição final • A perfuração de poços tubulares
Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> • Derivação ou captação de água em manancial de águas superficiais (rios, riachos, açudes...) para abastecimento público, ou insumo de processo produtivo • A extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final e/ou insumo do processo produtivo • Uso de recursos hídricos para fins de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos • A implantação de empreendimentos que demandem a utilização de recursos hídricos • Execução de obras ou serviços que alterem o regime, quantidade e/ou qualidade dos mesmos • Lançamento, em corpos d'água, de esgoto e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final (não implementado até o momento) • Outros usos que alterem o regime, a quantidade e/ou qualidade da água do corpo d'água

UF	Usos sujeitos a outorga
Alagoas	<ul style="list-style-type: none"> • A derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo hídrico, para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo • Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo • Lançamento em corpo hídrico de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim da sua diluição, transporte ou disposição final • O aproveitamento dos potenciais hidrelétricos • Outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água, inclusive a execução de obras ou serviços que configurem interferência e impliquem alteração do regime, da quantidade ou da qualidade da água existente em um corpo hídrico superficial ou subterrâneo
Sergipe	<ul style="list-style-type: none"> • A implantação de qualquer empreendimento que possa demandar a utilização de recursos hídricos e que implique alteração do regime, da quantidade e qualidade da água existente em um corpo hídrico superficial ou subterrâneo • A execução de obras ou serviços que configurem interferência e impliquem alteração do regime, da quantidade ou da qualidade da água existente em um corpo hídrico superficial ou subterrâneo • A derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo hídrico, para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo • Lançamento em corpo hídrico de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou deposição final • O uso para fins de aproveitamento de potenciais hidroelétricos
Goiás	<ul style="list-style-type: none"> • A derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo de água, para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo • Extração de água de aquífero subterrâneo para abastecimento público, para consumo final ou insumo de processo produtivo • Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final (ainda não implementado) • O uso para fins de aproveitamento de potenciais hidrelétricos • Outros usos e/ou interferências, que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água

UF	Usos sujeitos a outorga
Distrito Federal	<p>Água Superficial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, abastecimento animal, irrigação, indústria, mineração, navegação e outros, ou insumo de processo produtivo • Construção de barramentos, açudes e diques • Desvio de corpo de água • Implantação de estruturas de recreação às margens ou nos leitos • Construção de estrutura de efluentes em corpos de água • Transposição de nível e de bacias • Construção de estrutura rodoviária ou ferroviária sobre corpos de água, durante a execução da obra • Edificação de estruturas de retificação, canalização e obras de drenagem inclusive a pluvial, dragagem e outras modificações de curso, leito ou margens dos corpos de água • Desassoreamento e limpeza de corpos de água, que estarão sujeitos à regulamentação e à fiscalização da ADASA/DF • Reserva de disponibilidade hídrica do uso do potencial de energia hidráulica • Outros usos que promoverem alteração quantitativa e/ou qualitativa do regime hídrico de um corpo de água <p>Água subterrânea:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poços tubulares • Poços manuais com vazão de uso da água superior a 5 m³/dia

Fonte: (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016).

Apesar de todos os estados terem legislação própria para emissão de outorgas, nem todos aplicam em plenitude este instrumento. É um processo que apresenta estágios diferentes de implementação nos diferentes estados da bacia [ANA, 2011a apud (CBHSF, 2016)]:



Fonte: (ANA, 2017b)

Figura 6 – Histórico de outorgas emitidas pela ANA e Unidades da Federação, vigentes em julho de 2016

Assim, a “revisão dos procedimentos e critérios de análise dos pedidos de outorga”, bem como a “melhoria da eficiência do procedimento de outorga, por exemplo, através de um processo de cadastramento conjunto, visando a criação de um cadastro unificado, incluindo outorgas federais e estaduais, outorgas de águas subterrâneas e de lançamento de efluentes”, são diretrizes do plano de recursos hídricos 2016-2025 para a outorga na bacia (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016).

Neste contexto, seria de aproveitar o processo de revisão do procedimento de outorga na BHSF no sentido de considerar também as peculiaridades de cada zona ecológico-econômica, verificando o atendimento de diretrizes gerais e específicas. Com efeito, a outorga configura-se como um instrumento capaz de contribuir de forma relevante para balizar o desenvolvimento sustentável da bacia, na medida em que integre critérios de eficiência do uso dos recursos hídricos e de sustentabilidade ambiental, adequados às características de clima e solo de cada região, razão pela qual algumas das diretrizes para o instrumento de outorga definidas pelo plano de bacia foram reforçadas por diretrizes gerais do programa de gestão proposto para a BHSF.

Por outro lado, o próprio cadastro de outorga pode funcionar como instrumento de controle da implementação dessas e de outras diretrizes do MacroZEE da BHSF.

4.3. Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programas de Regularização Ambiental (PRA)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), é um “registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento” (Art.º 29.º da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012).

A Lei de proteção da vegetação nativa, também designada por “Novo Código Florestal” (Lei n.º 12.651/2012, de 25 de maio), torna a inscrição no CAR obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tendo o prazo para a requerer sido recentemente prorrogado até 31 de dezembro de 2018 (Decreto n.º 9.395, de 30 de maio de 2018).

A inscrição no CAR é realizada por meio do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), sob a responsabilidade do Ministério de Meio Ambiente e do IBAMA, funcionando como um banco de dados estratégicos sobre os imóveis rurais, que abrange informações relativas a “localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal” (Art.º 29.º da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012).

O atual Código Florestal determina ainda a implantação de **Programas de Regularização Ambiental (PRA)** (Art.º 59.º da Lei n.º 12.651). Os PRA foram regulamentados por meio do Decreto n.º 8.235, de 5 de maio de 2014: “Realizada a inscrição no CAR, os proprietários ou os possuidores de imóveis rurais com passivo ambiental relativo às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito poderão proceder à regularização ambiental mediante adesão aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal” (Art.º 3.º).

Ambos os instrumentos contribuem para o combate ao desmatamento e para a promoção de iniciativas de preservação ambiental, constituindo ferramentas para a recuperação dos principais biomas abrangidos pela bacia: o cerrado e a caatinga. Também por essa razão esses instrumentos são objeto de diretrizes gerais e específicas na proposta de gestão para a BHSF, visando a sua promoção e dinamização, apesar de se tratarem de obrigações legais, mas cuja implementação efetiva tem vindo a ser adiada.

Neste contexto e por se tratar de um importante banco de dados, o CAR poderá servir como instrumento de controle para a implantação do MacroZEE da BHSF.

4.4. Outros instrumentos que contribuem para orientar o processo de ocupação e uso do território

Como instrumento de política ambiental, o (Macro)ZEE possui um caráter transversal e, por isso, relaciona-se com as mais diversas políticas e atividades produtivas, o que se refletiu na abrangência das diretrizes (gerais e específicas) incluídas na proposta de gestão para a BHSF e das políticas, planos, programas e projetos identificados no capítulo 3.

Mesmo no contexto específico do ordenamento do uso e ocupação do território, um conjunto de instrumentos contribuem ou poderão contribuir para orientar o processo (para além dos identificados nos subcapítulos anteriores), sendo de considerar a sua integração com o MacroZEE da BHSF, por exemplo:

- O **crédito rural**, que pode ser usado para apoiar a adoção de sistemas produtivos sustentáveis tanto por parte da agricultura familiar, quanto pelos médios e grandes produtores rurais, como se propõe nas diretrizes gerais; a concessão de crédito rural poderia ser atrelada ao MacroZEE incluindo a observância das suas diretrizes nas exigências para a concessão de crédito, como é feito no Estado do Rio de Janeiro (Governo do Rio Janeiro, 2016);
- As **linhas de incentivo e os benefícios fiscais** serão importantes fontes de recurso para a viabilização das diretrizes propostas tendo surgido, por isso, não só na definição da proposta de gestão, mas também no capítulo de identificação dos instrumentos de política disponíveis para apoiar a sua implementação; também neste caso, outra forma de integrar ambos os instrumentos seria incluir a observância do MacroZEE como critério para a atribuição de incentivos e benefícios;
- Os **fundos de financiamento**, a que o programa de gestão para a BHSF propõe recorrer, por exemplo no incentivo a projetos de educação ambiental e/ou patrimonial, que têm vindo a ser apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (diretrizes específicas), podendo ser estabelecidos convênios, protocolos ou acordos com as respectivas entidades responsáveis;
- O próprio **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco** (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016), que com as suas diretrizes, não só ao nível dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, mas também da articulação interinstitucional, contribuirá para os objetivos do próprio MacroZEE, razão pela qual este reforça um conjunto de diretrizes do plano; e, este, por sua vez, poderá servir como instrumento de

controle da implementação do MacroZEE, dado possuir o seu próprio esquema de monitoramento e avaliação;

- Outros **Zoneamentos Ecológico-Econômicos**, principalmente ZEE estaduais ainda não desenvolvidos (mas também os restantes, quando vierem a ser revistos), que deverão considerar as diretrizes propostas, em particular as atividades que se propõe desenvolver e as restrições a impor nas zonas ecológico-econômicas abrangidas pelos respectivos Estados;
- Finalmente, será “fundamental a articulação com os programas e ações dos **Planos Plurianuais**” (MMA, 2006), o que mais uma vez se espera conseguir através do presente plano de ação e da articulação entre as três esferas de governo, no arranjo institucional de gestão proposto.

5. Monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF

5.1. Introdução

O monitoramento e avaliação da implementação MacroZEE da BHSF serão suportados por um sistema de indicadores, que visa medir o desempenho do Plano em termos ambientais e dos objetivos e diretrizes estabelecidos.

A utilização de indicadores – transmitindo informação técnica e científica de forma sintética e inteligível, preservando o significado original dos dados – apresenta-se atualmente como uma ferramenta essencial na gestão e avaliação de desempenho. Os indicadores podem servir um conjunto alargado de aplicações consoante os objetivos em causa.

No âmbito do MacroZEE da BHSF, os indicadores permitem avaliar o progresso da evolução da qualidade ambiental na BHSF, bem como medir os resultados da implementação das diretrizes estabelecidas.

Os indicadores foram definidos, sempre que possível, de acordo com os critérios SMART (*Specific, Measurable, Achievable and Agreed, Relevant and Time-related*, isto é, Específicos, Mensuráveis, Exequíveis e Consensuais, Pertinentes e Oportunos).

5.2. Sistema de monitoramento e avaliação

A implementação do MacroZEE da BHSF deverá ser assegurada por um sistema de monitoramento e avaliação que contribua para uma gestão articulada, integrada e participada, permitindo quantificar, qualificar e avaliar os graus de execução do plano e os seus efeitos na BHSF e nas diferentes zonas ecológico-econômicas definidas, através de um conjunto de indicadores de apoio à avaliação.

O acompanhamento do MacroZEE da BHSF visa assegurar o envolvimento dos atores relevantes, nomeadamente dos que são referenciados no capítulo 2, que define o arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF.

Propõe-se que o acompanhamento do sistema de monitoramento e avaliação seja garantido através da criação de um banco de dados e da realização de reuniões anuais, ambos promovidos no contexto da CRZEE da BHSF, que será instituída no âmbito do CBHSF.

O banco de dados deverá permitir a articulação entre os principais atores com interferência direta e indireta na BHSF, no escopo do MacroZEE, possibilitando a disponibilização e partilha de informação relevante para o monitoramento e avaliação do plano, notadamente:

- Dados espaciais;
- Dados para o monitoramento regular;
- Resultados do monitoramento regular.

As reuniões anuais terão como finalidade:

- Apreciar as evoluções da área MacroZEE da BHSF;
- Obter dados para o monitoramento regular;
- Analisar os resultados do monitoramento regular.

Finalmente, o monitoramento será assegurado através de um modelo de monitoramento, que mobilizará os diversos atores relevantes tendo como responsável a CRZEE instituída no âmbito do CBHSF.

O monitoramento em planeamento assume uma importância fundamental porque pode contribuir para uma melhor adequação do plano ao que se pretende alcançar. Assim, o exercício de monitoramento pressupõe que a recolha de dados e de informação fundamental seja complementada pela sua avaliação regular e sistemática ao longo do tempo, propiciando um ciclo contínuo entre as interações e os seus resultados.

Com esse objetivo, o modelo de monitoramento integra as seguintes etapas:

- Definição de indicadores a monitorar (indicadores de qualidade ambiental e de resultado das diretrizes e ações definidas);
- Recolha da informação necessária ao cálculo dos indicadores de monitoramento;
- Tratamento da informação e cálculo dos indicadores;
- Análise e apresentação dos resultados do monitoramento;
- Avaliação do MacroZEE da BHSF.

O monitoramento é baseado em indicadores qualitativos e quantitativos, das seguintes tipologias:

- Indicadores de qualidade ambiental – têm como objetivo avaliar a evolução da qualidade ambiental na BHSF, de modo a verificar o modo como a implementação do MacroZEE determinará a sua evolução;
- Indicadores de resultado – cujo objetivo é verificar o grau de concretização das diretrizes de ação estabelecidas, permitindo acompanhar a sua evolução.

A recolha da informação de base para os indicadores deverá ser periódica de modo a permitir o monitoramento anual, assim como ser efetuada através de:

- Informação já sistematizada pelas entidades;
- protocolos a serem celebrados com outras entidades.

A informação deverá ser disponibilizada pelas próprias entidades no banco de dados, devendo ser sistematizada e tratada pela CRZEE instituída no âmbito do CBHSF, servindo de base à avaliação, pelo menos de quatro em quatro anos, do grau de execução do MacroZEE da BHSF, bem como, posteriormente, à sua revisão.

5.3. Indicadores

Indicadores são informações quantificadas, de cunho científico, de fácil compreensão usadas nos processos de decisão em todos os níveis da sociedade, úteis como ferramentas de avaliação de determinados fenômenos, apresentando suas tendências e progressos que se alteram ao longo do tempo. Permitem a simplificação do número de informações para se lidar com uma dada realidade por representar uma medida que ilustra e comunica um conjunto de fenômenos que levem a redução de investimentos em tempo e recursos financeiros. Indicadores ambientais são estatísticas selecionadas que representam ou resumem alguns aspectos do estado do meio ambiente, dos recursos naturais e de atividades humanas relacionadas (MMA, 2018b).

No Quadro 14 apresentam-se os indicadores de qualidade ambiental da BHSF, no Quadro 15 os indicadores de resultado das diretrizes gerais de ação e no Quadro 16 os indicadores de resultado das diretrizes específicas de ação. Tal como mencionado, estes indicadores deverão ser incorporados ao banco de dados.

Quadro 14 – Indicadores de qualidade ambiental da BHSF

Indicador	Entidade responsável	Fonte
Agricultura		
<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de Agrotóxico Comercializado por Classe de Periculosidade Ambiental (Tonelada de ingrediente ativo (I.A.)) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> IBAMA 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de comercialização de agrotóxicos: http://ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos
<ul style="list-style-type: none"> Índice de produção sustentável (%) (3) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA / Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade (DEPROS) da Secretaria de Desenvolvimento de Agropecuário e Cooperativismo (SDC) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Acompanhamento da DEPROS
<ul style="list-style-type: none"> Taxa de evolução da renda de produtores rurais (%) (3) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA 	-
<ul style="list-style-type: none"> Índice de agregação de valor (%) (3) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA / DEPROS 	<ul style="list-style-type: none"> DEPROS
Comunidades tradicionais		
<ul style="list-style-type: none"> N.º de povos e comunidades tradicionais atendidos por ações do poder público de promoção da diversidade cultural (4) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura Ministério dos Direitos humanos – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial Ministério MMA Ministério do Desenvolvimento Social 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura Ministério dos Direitos humanos – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Indicador	Entidade responsável	Fonte
Recursos hídricos		
<ul style="list-style-type: none"> Reservas de Água Doce (%) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de acompanhamento de reservatórios: http://sar.ana.gov.br/
<ul style="list-style-type: none"> Relação entre demanda total e oferta de água superficial (%) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA 	<ul style="list-style-type: none"> ANA: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
<ul style="list-style-type: none"> Índice de qualidade da água (IQA) dos rios e bacias hidrográficas em função do lançamento de esgotos domésticos (adimensional) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA 	<ul style="list-style-type: none"> ANA: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
<ul style="list-style-type: none"> Balanço hídrico qualitativo dos rios e bacias hidrográficas (2) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA 	<ul style="list-style-type: none"> ANA Ministério das Cidades – Sistema Nacional de informação sobre saneamento – SNIS (http://www.snis.gov.br/) IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB
<ul style="list-style-type: none"> Situação da oferta de água para abastecimento humano urbano (adimensional) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
<ul style="list-style-type: none"> Acesso à água – Percentual de moradores urbanos com acesso a água ligada à rede (%) (5) 	<ul style="list-style-type: none"> Portal ODS 	<ul style="list-style-type: none"> Portal ODS
<ul style="list-style-type: none"> População urbana com acesso a sistemas adequados de abastecimento de água (%) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades –SNIS

Indicador	Entidade responsável	Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Uso Eficiente da Água (avaliação da oferta/demanda do abastecimento urbano de água) (5) 	<ul style="list-style-type: none"> • Portal ODS 	<ul style="list-style-type: none"> • Portal ODS
Conservação da natureza, biodiversidade e florestas		
<ul style="list-style-type: none"> • Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção com Planos de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (n.º) (I) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de Gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/relatorios-de-gestao.html
<ul style="list-style-type: none"> • Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção (n.º) (I) 	<ul style="list-style-type: none"> • Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de dados do CNCFlora – Centro Nacional de Conservação da Flora e Flora do Brasil: <ul style="list-style-type: none"> ○ http://cncflora.jbrj.gov.br ○ http://floradobrasil.jbrj.gov.br ○ http://ckan.jbrj.gov.br
<ul style="list-style-type: none"> • Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção com Planos de Ação para Recuperação e Conservação (%) (I) 	<ul style="list-style-type: none"> • JBRJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de dados do CNCFlora – Centro Nacional de Conservação da Flora e Flora do Brasil: <ul style="list-style-type: none"> ○ http://cncflora.jbrj.gov.br ○ http://floradobrasil.jbrj.gov.br ○ http://ckan.jbrj.gov.br
<ul style="list-style-type: none"> • Índice de Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação (%) (I) 	<ul style="list-style-type: none"> • ICMBio 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório consolidado de aplicação Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMG

Indicador	Entidade responsável	Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Número de Ações de Fiscalização Executadas nas Unidades de Conservação (n.º) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de Gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Relatório do PLANAF – Planejamento Anual de Fiscalização: http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/relatorios-de-gestao.html
<ul style="list-style-type: none"> Número de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação criados na esfera federal (n.º) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio 	<ul style="list-style-type: none"> Divisão de Gestão Participativa – DGPAR/CGSAM/DISAT/ICMBio: http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/relatorios-de-gestao.html
<ul style="list-style-type: none"> Percentual de Espécies da Fauna/Flora Ameaçadas de Extinção com Planos de Ação ou outros Instrumentos para Recuperação e Conservação (%) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Biodiversidade – SBio 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Conservação e Manejo de Espécies – MMA ICMBio JBRJ
<ul style="list-style-type: none"> Percentual do território coberto por Unidades de Conservação (%) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> SBio 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Áreas Protegidas – MMA, com base em dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC: www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados
<ul style="list-style-type: none"> Cobertura vegetal nativa remanescente (ha, %) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> SBio 	<ul style="list-style-type: none"> IBGE (classificação da vegetação do Manual Técnico) MMA: Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO, Landsat IBAMA: Centro de Sensoriamento Remoto – CSR, Landsat combinado com CBERS)

Indicador	Entidade responsável	Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Desmatamento anual por bioma (ha) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> IBAMA 	<ul style="list-style-type: none"> IBAMA: Projeto de Monitoramento do desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS (http://siscom.ibama.gov.br/monit ora_biomas/)
<ul style="list-style-type: none"> Área de Floresta Pública com Uso Comunitário (ha) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Florestal Brasileiro – SFB 	<ul style="list-style-type: none"> http://www.florestal.gov.br/cadastro-nacional-de-florestas-publicas http://mapas.mma.gov.br/i3geo/dadownload.htm http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento http://geo.florestal.gov.br/ftp/ http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.htm
<ul style="list-style-type: none"> Área de Florestas Públicas (ha) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB 	<ul style="list-style-type: none"> http://geo.florestal.gov.br/ftp/ http://mapas.mma.gov.br/i3geo/dadownload.htm http://http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.html ftp://geoftp.ibge.gov.br/
<ul style="list-style-type: none"> Área de Florestas Públicas Federais sob Concessão Florestal (ha) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB 	<ul style="list-style-type: none"> SFB (Banco de dados da Gerência Executiva de Concessões Florestais – GECOF): http://www.florestal.gov.br/florestas-sob-concessao

Indicador	Entidade responsável	Fonte
Mudanças do clima		
<ul style="list-style-type: none"> Emissões de gases de efeitos de Estufa (GEE) por fontes antrópicas (toneladas) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Mudança do Clima e Florestas – SMF 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC: <ul style="list-style-type: none"> Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de GEE não controlados pelo Protocolo de Montreal Estimativas Anuais de Emissões de GEE do Brasil Plataforma Multinstitucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito de Estufa na Agropecuária – Plataforma ABC (https://www.embrapa.br/meio-ambiente/plataforma-abc)
<ul style="list-style-type: none"> Emissões setoriais de gases de efeitos de Estufa (GEE) (toneladas) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> SMF 	<ul style="list-style-type: none"> MCTIC: <ul style="list-style-type: none"> Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de GEE não controlados pelo Protocolo de Montreal Estimativas Anuais de Emissões de GEE do Brasil' Decreto 7.390/2010 Intergovernamental Panel on Climate Change – IPCC: relatórios de avaliação Plataforma ABC (https://www.embrapa.br/meio-ambiente/plataforma-abc)

Indicador	Entidade responsável	Fonte
Desertificação/seca		
<ul style="list-style-type: none"> Estado de cobertura terrestre das áreas suscetíveis à desertificação (ASD) (ha e %) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> IBAMA: CSR
Energia		
<ul style="list-style-type: none"> Participação de energia produzida a partir de fontes renováveis na matriz energética (toneladas equivalentes de petróleo, %) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Mudança do Clima e Florestas – SMF 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética: Balanço Energético Nacional (https://ben.epe.gov.br/)
Saneamento		
<ul style="list-style-type: none"> População urbana com acesso a serviços de coleta de esgotos sanitários (% – população urbana atendida/população urbana total) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades –SNIS (http://www.snis.gov.br/) Portal ODS
<ul style="list-style-type: none"> População urbana com acesso a serviços de tratamento de esgotos sanitários (% – m³/ano de esgoto tratado / m³/ano de água consumida) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades –SNIS (http://www.snis.gov.br/) Portal ODS
Resíduos sólidos		
<ul style="list-style-type: none"> Coleta per capita de resíduos sólidos domiciliares (RDO) (Kg/hab.dia) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> SRHQ/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades: Programa de Modernização do setor do saneamento – PMSS (http://www.pmss.gov.br/)
<ul style="list-style-type: none"> Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos domiciliares em relação à população urbana (%) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> SRHQ/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Indicador	Entidade responsável	Fonte
Transportes		
<ul style="list-style-type: none"> Emissão de poluentes atmosféricos por fontes móveis (toneladas) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> SRHQ/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> SRHQ/MMA: Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários (http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/emissoes-veiculares)
Educação ambiental		
<ul style="list-style-type: none"> Número de participantes alcançados por ações e iniciativas de informação e formação com conteúdo de desenvolvimento sustentável (n.º) (1) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental Departamento de Educação Ambiental 	-

Fontes: Indicadores adaptados de (MMA, Indicadores Ambientais, 2018b), (MMA, 2014), (Ministério da Agricultura, s.d.), (Ministério da Cultura, 2018), (IBGE, 2010) e Portal ODS (<http://portalods.com.br/>)

Notas:

(1) Indicador Ambiental Nacional do MMA (MMA, Indicadores Ambientais, 2018b)

(2) Indicador do Painel Nacional de Indicadores Ambientais (MMA, 2014)

(3) Indicadores Estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Ministério da Agricultura, s.d.)

(4) Indicador definido no Plano Nacional de Cultura (Ministério da Cultura, 2018)

(5) Indicadores do Portal ODS (<http://portalods.com.br/>)

Quadro 15 – Indicadores de resultado: execução das diretrizes gerais de ação

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
Diretrizes físico-territoriais		
<ul style="list-style-type: none"> Preservar e valorizar o patrimônio natural e o patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico, material e imaterial 	<ul style="list-style-type: none"> Ações empreendidas para preservar e valorizar o patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> IPHAN: ações empreendidas no âmbito dos programas promovidos pelo instituto (http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/855)
	<ul style="list-style-type: none"> Ações empreendidas para valorizar o patrimônio natural e a biodiversidade (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRHSF) e do PRSF
	<ul style="list-style-type: none"> Serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente resultantes da compensação ambiental (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio / instituição financeira administradora dos fundos previstos na Lei n.º 13.668, de 28 de maio de 2018 SBIO/MMA

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, notadamente a recuperação de áreas degradadas, incluindo as matas ciliares, a conexão de remanescentes florestais em corredores ecológicos e a compensação ambiental, por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e/ou de instrumentos econômicos como as políticas de Pagamento por Serviços Ambientais ou o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) O desmatamento, quando legal, deve priorizar as áreas de menor importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, priorizando a conectividade ecológica e a criticidade dos recursos hídricos Priorizar a regularização das áreas de Reserva Legal nos remanescentes dos biomas Cerrado e Caatinga, se necessário por meio de Cotas de Reserva Ambiental (CRA) Realizar inventários da biodiversidade (com foco nos maiores remanescentes) e monitorar a avifauna 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas regularizadas de Reserva Legal nos remanescentes dos biomas Cerrado e Caatinga (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Florestal Brasileiro (SFB) Alagoas – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA) Bahia – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) Distrito Federal – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM) Goiás – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Minas Gerais – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Instituto Estadual de Florestas (IEF) Pernambuco – Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) Sergipe – Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA)

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> • Produzir Plano de Manejo para todas as Unidades de Conservação existentes e adotar nos Planos ações voltadas a preservação dos mananciais • Fortalecer a gestão das Unidades de Conservação 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de manejo produzidos para Unidades de Conservação existentes (n.º) • Planos de manejo produzidos que incluem ações voltadas a preservação dos mananciais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo/lista-plano-de-manejo?view=icmbioplanomanejo)
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar planos de manejo para as cavernas 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de manejo para as cavernas elaborados (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • ICMBio / Centro Nacional de Pesquisa e Informação de Cavernas – CEVAV
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir e mitigar a introdução de espécies invasoras 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações empreendidas para prevenir e mitigar a introdução de espécies invasoras (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • SBIO/MMA (Departamento de Conservação e Manejo de Espécies) • IBAMA • ICMBio • Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estudos no sentido de se conhecer as potencialidades de ocorrência de águas subterrâneas na BHSF e as suas condições de exploração 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos desenvolvidos relacionados a águas subterrâneas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • CBHSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF • ANA • CPRM
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o monitoramento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos • Implantar um sistema de alerta precoce para o monitoramento de áreas susceptíveis a processos de desertificação (Sudene, 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> • Novas ações sistemáticas de monitorização da quantidade e qualidade dos recursos hídricos (n.º) • Implementação de sistema de alerta precoce para o monitoramento de áreas susceptíveis a processos de desertificação (sim/não) 	<ul style="list-style-type: none"> • CBHSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF • ANA • MMA

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar alternativas para o incremento da disponibilidade hídrica em afluentes do rio São Francisco – transposições, obras de reserva para regularização de vazão, diminuição das demandas, etc. – que deverão ser comparadas entre si, visando selecionar aquela que apresente o melhor equilíbrio entre os custos de implantação, benefícios hidrológicos e impactos socioambientais (CBHSF, 2016) • Priorizar projetos que demonstrem maior racionalidade na utilização dos recursos hídricos, tendo em vista melhorar a eficiência de uso da água (CBHSF, 2016) 	<ul style="list-style-type: none"> • Soluções para incremento da disponibilidade hídrica estudadas e implementadas em afluentes do rio São Francisco (n.º) • Projetos implementados tendo em vista melhorar a eficiência de uso da água (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • CBHSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF • Ministério da Integração Nacional – MI

<ul style="list-style-type: none"> • Proteger e/ou melhorar progressivamente a qualidade das águas superficiais e subterrâneas • Foco na recuperação, pautada na garantia de suprimento hídrico, por exemplo através do incentivo às ações para recuperação hidroambiental da bacia que vêm sendo executadas pelo CBHSF desde 2012 – “Ações pontuais, de caráter demonstrativo, (...) que cumprem o objetivo de proteger as nascentes e controlar a erosão, contribuindo, efetivamente, para aumentar a quantidade e a qualidade da água” (CBHSF, 2012); as principais ações incluem o reperfilamento dos terrenos segundo as curvas de nível, “a construção de (...) paliçadas, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais; melhorias ecológicas nas estradas vicinais; recomposição vegetal; cercamento de nascentes, além da mobilização das comunidades em torno de iniciativas de educação ambiental” (CBHSF, s.d.); de início custeadas “com os recursos originários da cobrança pelo uso da água”, em 2018 estas ações contarão também “com o dinheiro arrecadado com multas por crime ambiental” (CBHSF, 2018), no âmbito do Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017 (que institui o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama”); ações de recuperação são urgentes e prioritárias ao longo dos cursos d’água que já 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de recuperação hidroambiental implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF • MMA • ANA • Codevasf
---	---	--

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<p>apresentam situação crítica entre demanda e disponibilidade hídrica</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover o manejo sustentável dos solos, métodos conservacionistas (como o terraceamento e seus complementos, como bacias de contenção das águas) e práticas agrícolas adequadas aos diferentes agroecossistemas, que reduzam a vulnerabilidade do solo a processos de degradação física (erosão, arenização, desertificação) e química (salinização, contaminação), disciplinem e favoreçam a infiltração de água no solo (como o Sistema Plantio Direto); ações que têm foco a recuperação hidroambiental da bacia, incluindo o controle de processos erosivos, visando o aumento/manutenção da água na bacia, também têm sido incentivadas pela Codevasf, em particular no âmbito do Projeto Novo Chico lançado pelo Governo Federal (Decreto n.º 8.834 de 09 de agosto de 2016) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Dotar todas as cidades e distritos de saneamento básico: sistema de tratamento de esgoto, destinação de resíduos sólidos e abastecimento de água potável – obras como as que vêm sendo executadas pela Codevasf pelo menos desde 2004 (Codevasf, 2016) Desenvolver novas tecnologias nas áreas de saúde e saneamento ambiental voltadas para a convivência com o semiárido (Sudene, 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Cidades e distritos de saneamento básico onde foram implementados sistemas de tratamento de esgotos (n.º) Cidades e distritos de saneamento básico onde foram implementados sistemas de destinação de resíduos sólidos (n.º) Cidades e distritos de saneamento básico onde foram implementados sistemas de abastecimento de água potável (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SNIS PMSS Portal ODS
<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável das águas das nascentes no meio rural, conforme vem sendo incentivado pela Codevasf (2016) Promover o uso adequado do solo em áreas de recarga de nascentes, conforme vem sendo incentivado pela Codevasf (2016) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações empreendidas para proteção das águas de nascente (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF MMA ANA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Implementar planos de bacia e a revitalização de rios estratégicos, buscando, quando necessário, fontes de recursos complementares aos da cobrança do uso da água 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de planos de bacia e de revitalização de rios estratégicos implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF MMA ANA Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudos para a definição da vazão ambiental nos trechos da calha principal do rio do Alto, Médio e Submédio São Francisco, à semelhança dos realizados para o Baixo Trecho do Rio São Francisco por Medeiros et al. (2010) (CBHSF, 2016) 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos realizados para definição da vazão ambiental (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF MMA ANA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Promover a implantação de Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de todas as propriedades e posses rurais com vistas à sua regularização ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> PRAs implementados (n.º) Propriedades e posses rurais inscritas no CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB Alagoas –IMA Bahia – INEMA Distrito Federal – IBRAM Goiás – SECIMA Minas Gerais – SEMAD e IEF Pernambuco – CPRH Sergipe –ADEMA
<ul style="list-style-type: none"> Monitorar a ampliação de pastagens e estimular a recuperação de pastagens degradadas ou com sobrepastoreio, por exemplo através de métodos agroecológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de recuperação de pastagens degradadas ou com sobrepastoreio (n.º/ha) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA MAPA Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a fiscalização para o controle da caça e do extrativismo vegetal e para o tráfico de animais silvestres Promover a manutenção das cheias naturais do rio São Francisco, bem como a fiscalização às drenagens das lagoas marginais 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de fiscalização empreendidas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA Autoridades ambientais estaduais e do Distrito Federal responsáveis CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar estudos sobre a dinâmica das lagoas marginais, como subsídio para a manutenção dos berçários naturais dos peixes nativos Incrementar os estudos de reprodução artificial de peixes nativos e peixamento, como os que vêm sendo realizados pela Codevasf (desenvolvimento de pesquisas, produção de alevinos, ações de repovoamento) através dos seus Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura (Codevasf, 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos empreendidos sobre a dinâmica das lagoas marginais, reprodução artificial de peixes nativos e peixamento (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Codevasf IBAMA
<ul style="list-style-type: none"> Implementar Parques Aquícolas e monitorar a atividade de piscicultura em tanques-rede praticada nos braços do São Francisco, para ordenar a piscicultura na bacia 	<ul style="list-style-type: none"> Parque Aquícolas implementados (n.º) Novas ações sistemáticas de monitorização da atividade de piscicultura em tanques-rede (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
Diretrizes sociais e econômicas		
<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer, delimitar e efetuar a regularização fundiária dos territórios das populações tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de regularização fundiária empreendidas nos territórios das populações tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> MP / Secretaria do Patrimônio da União – SPU : Beneficiários - Regularização Fundiária (http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/beneficiarios-regularizacao-fundiaria) INCRA (no caso de Quilombolas) FUNAI (no caso dos indígenas) MMA / ICMBio (no caso das comunidades tradicionais)
<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o apoio às populações tradicionais, visando a melhoria das condições de vida e da produção em seus territórios com base em sistemas alternativos de uso sustentável dos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio às populações tradicionais (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> FUNAI MMA CEPCT-MG (Minas Gerais)

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> • Envolver as comunidades tradicionais no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos resultados das medidas a aplicar em seus territórios, seja na identificação de medidas de conservação adequadas, no gerenciamento de áreas protegidas e outros habitats naturais ou no monitoramento e avaliação de projetos específicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de oficinas de participação e envolvimento de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e CESPCT) (Bahia) • CEPPIR (Pernambuco) • SEIDE (Sergipe) • SEPPIR e SEMIRA (Goiás) • CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF • Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase no incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo e com prioridade para a população de alta vulnerabilidade social • Promover o adensamento dos arranjos produtivos locais competitivos, incluindo a capacitação em relação à estruturação da cadeia produtiva, promovendo a verticalização da produção no APL (Sudene, 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos e financiamentos utilizados para promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> • SEAD • MP • MDS • INCRA • Codevasf • Secretarias estaduais com autoridade nas matérias

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Investir na qualidade da educação em todos os níveis, especialmente para capacitação profissional, e na melhoria dos serviços públicos, com ênfase em saúde, segurança, infraestrutura, entre outros 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para promover a educação/capacitação profissional (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MEC SESAB COPAM, SEMAD, FEAM, IEF e IGAM (Minas Gerais) SISEMA e Órgão gestor do Programa de Educação Ambiental da Bahia (Bahia) SEMAS (Pernambuco) Unidade Gestora de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Secretaria de Estado da Educação (Alagoas) Órgãos de educação e de meio ambiente do Distrito Federal e aos Conselhos de Educação e de Meio Ambiente do Distrito Federal; Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (Distrito Federal) CIEA (Goiás)

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar ações de assistência técnica aos agricultores rurais para sistemas de produção integrada lavoura-pecuária-floresta Promover a adoção de sistemas produtivos sustentáveis tanto por parte da agricultura familiar, quanto pelos médios e grandes produtores rurais, por exemplo pela difusão de informações que orientem os produtores no acesso a recursos financeiros e crédito para ampliação de suas atividades de forma sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para ações de assistência técnica aos agricultores (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD MP MDS INCRA MMA Codevasf Secretarias estaduais com autoridade nas matérias
<ul style="list-style-type: none"> Agregar valor aos produtos da agropecuária, pela estruturação de cadeias produtivas, qualificação dos processos de produção, beneficiamento e comercialização Fomentar a diversificação produtiva no bioma Cerrado e a agricultura orgânica familiar No setor produtivo florestal, incentivar abordagens de gestão em pequena escala, a nível comunitário, onde o potencial das florestas é melhor aproveitado para reduzir a pobreza de uma forma sustentável Desenvolver novos mercados e acordos de comercialização de produtos florestais não-madeireiros, bens e serviços florestais, considerando a gama completa de bens e serviços ambientais capazes de serem obtidos a partir de florestas bem geridas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para melhoramento dos processos produtivos da agricultura orgânica, agropecuária e floresta (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD MP MDS INCRA SBIO/MMA CONAFLOR Secretarias estaduais com autoridade nas matérias

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Promover a integração territorial, a eficiência econômica e a redução dos impactos socioambientais do setor de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para ações associadas ao setor de transportes, com vista a integração territorial, a eficiência econômica e a redução dos impactos socioambientais (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MTPA DNIT ANTT Secretarias estaduais com autoridade nas matérias
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a infraestrutura logística de transporte, promovendo a multimodalidade, de modo a tornar a produção mais competitiva; complementar e reforçar, em particular, os grandes corredores de logística do Nordeste (e.g. aumentar a participação dos modais ferroviário e hidroviário na matriz de transportes de cargas, bem como sua integração aos demais modais) (Sudene, 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações destinadas ao fortalecimento da infraestrutura logística de transporte (n.º, investimento efetuado) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil: Dados de transportes e Ações e programas (http://www.transportes.gov.br/) CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRSF
<ul style="list-style-type: none"> Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos Implementar programas voltados à cadeia produtiva piscatória, destacando-se pescadores e extrativistas tradicionais, com formação, assistência técnica e extensão pesqueira 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para ações associadas aos recursos pesqueiros e sistemas aquáticos (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA Codevasf DNOCS

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Estimular a diversificação da matriz energética da bacia aproveitando o potencial de fontes alternativas, renováveis e de autogeração elétrica sustentável de pequeno porte Estimular a eficiência energética nos sistemas produtivos, especialmente na indústria 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para energias alternativas e para estimular a eficiência energética (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretarias estaduais com autoridade nas matérias
Diretrizes político-institucionais		
<ul style="list-style-type: none"> Integrar a dimensão ambiental nas políticas, planos, programas e projetos federais, de forma a promover o uso sustentável dos recursos naturais e o respectivo ordenamento territorial, priorizando o fortalecimento da gestão ambiental municipal, o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades sociais Promover a regulamentação, a nível federal e estadual, das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) previstas na Lei de Proteção da Vegetação Nativa (“Novo Código Florestal” – Lei n.º 12.651/2012, de 25 de maio) Formular políticas públicas estaduais e municipais de pagamento por serviços ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> CRA regulamentadas (n.º de estados/federal) Políticas públicas de pagamento por serviços ambientais sancionadas (n.º de estados, n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA Autoridades Ambientais Estaduais e municipais

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário 	<ul style="list-style-type: none"> Programas e respectivas ações implementadas para convivência com a seca (n.º, investimento efetuado) 	<ul style="list-style-type: none"> EMBRAPA Codevasf CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF MMA
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar os arranjos produtivos locais (APLs), com a alocação de investimentos públicos visando consolidar atividades produtivas, gerar emprego e renda e articular redes produtivas para fomentar a inclusão social produtiva, por exemplo em articulação com a Codevasf, que “desde 2004, vem atuando no apoio à estruturação de APLs”, contando “com recursos orçamentários próprios e, também, com a parceria dos Ministérios da Integração Nacional, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura”, entre outros (Codevasf, 2010) Implantar uma rede integrada de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) como instrumento de difusão de inovação nos Arranjos Produtivos Locais (Sudene, 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivar os arranjos produtivos locais (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MI MCTIC MAPA SEAD Codevasf SEDR/MMA Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL Secretarias estaduais com autoridade nas matérias
<ul style="list-style-type: none"> Promover a adoção de padrões e certificações de produção sustentável para produtos do bioma Cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> Certificações de produção sustentável para produtos do bioma Cerrado (n.º de certificações atribuídas) 	<ul style="list-style-type: none"> Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciados junto ao MAPA Entidades certificadoras

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Implementar políticas de prevenção e remediação dos impactos da mineração, articuladas a ações e programas de monitoramento 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas e regulamentadas (n.º de estados) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretarias estaduais e do Distrito Federal responsáveis pela prevenção e remediação dos impactos da mineração
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar ações de proteção dos recursos hídricos e das áreas de recarga de aquíferos, por exemplo, através da criação/elaboração e do fortalecimento (para os existentes) de instrumentos de gestão de recursos hídricos, como os planos e os comitês de bacias hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> Ações político-institucionais para incentivar ações de proteção dos recursos hídricos e áreas de recarga de aquíferos (n.º por estado e a nível federal) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF Comitês de bacias hidrográficas

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Promover a “Articulação Institucional Prioritária” proposta pelo Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025, assente no estabelecimento de um Pacto das Águas entre os estados federados da bacia e a União, “com a reflexão e construção de um entendimento sobre o sistema multiusos de partilha das águas, mas também sobre a gestão e o cumprimento da legislação relacionada aos recursos hídricos (pacto de legalidade) e sobre a revitalização da bacia (pacto de revitalização, envolvendo diretamente o CBHSF no processo de revitalização)” (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016); será de continuar a envolver na revitalização da bacia os parceiros do Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco criado em 2004 no âmbito do MMA, que incluem ainda a Codevasf, a ANA, o Ibama, o ICMBio, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e as Universidades Federais, para além do Ministério da Integração Nacional e 14 outros Ministérios (MMA, 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações para promover a “Articulação Institucional Prioritária” (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as “proposições (...) relacionadas à redução de vazões do rio São Francisco”, recomendadas pelo CBHSF ao Grupo de Trabalho do São Francisco (criado por meio da Portaria ANA n.º 414/2015 tendo como objetivo central a elaboração de uma proposta de condições de operação para os principais reservatórios da bacia do rio São Francisco), que incluem “o controle integrado dos usos das águas superficiais e das águas subterrâneas” (Deliberação CBHSF n.º 89 de 19 de maio 2016) 	<ul style="list-style-type: none"> Propostas de redução de vazões do rio São Francisco implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF ANA
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a execução de projetos de transposição de água em implantação ou planejados (Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF –, Canal do Sertão Alagoano, Canal do Xingó, Canal do Sertão Baiano ou Eixo Sul), em articulação, notadamente, com a Codevasf (operadora oficial do PISF a partir de 14 de março de 2014), face à existência de balanços hídricos desfavoráveis em algumas sub-bacias (CBHSF, 2016); acompanhar os estudos para determinar a viabilidade do reforço da capacidade hídrica da bacia do rio São Francisco com origem na transposição de águas do rio Tocantins, também referidos no plano de recursos hídricos da BHSF 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões e oficinas realizadas para acompanhamento dos projetos (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF CG-PRSF Codevasf MI

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Priorizar o consumo humano e a dessedentação animal (1.º) nos processos de análise e emissão de outorgas, seguidos da vazão ambiental (manutenção dos ecossistemas – 2.º) e só depois pelos demais usos preponderantes, em cada sub-bacia a ser considerada (3.º); ou seja, com exceção dos usos priorizados por lei, não deve haver a primazia de um uso sobre os demais, a menos que estas prioridades venham a ser revistas, ou dirimidas eventuais condições de aplicação, em sede de acordo entre os principais atores do uso e gestão de recursos hídricos da bacia (CBHSF, 2016) Considerar parâmetros e metas para melhoria de eficiência no uso da água na emissão de outorgas, estabelecendo, por exemplo, na região do semiárido, o patamar de exigência de 90% para eficiência de irrigação (CBHSF, 2016) 	<ul style="list-style-type: none"> Processos de outorga respeitando a priorização definida, bem como a consideração de parâmetros e metas para a melhoria da eficiência no uso da água (n.º por estado e no nível federal) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA Alagoas – SEMARG Bahia – INEMA Distrito Federal – IBRAM Goiás – SECIMA) Minas Gerais – IGAM Pernambuco – APAC Sergipe — Superintendência de Recursos Hídricos da SEMARH

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Promover o reforço do instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos conforme proposto no Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025 (CBHSF, 2016), bem como a sua implementação efetiva Promover o reforço das ações de monitoramento, fiscalização e vigilância ambientais, através da atualização do respectivo marco regulatório e da mobilização de meios, em particular recursos humanos devidamente capacitados, envolvendo parcerias entre as três esferas de governo e a participação ativa da sociedade civil, incluindo as universidades na bacia Fortalecer a fiscalização dos agentes produtivos para que não utilizem carvão proveniente de desmatamentos ilegais Intensificar também o controle e fiscalização das áreas em que a biodiversidade é ameaçada pelo uso desordenado do fogo e pela exploração florestal para comercialização de carvão Fiscalizar/controlar o cumprimento das diretrizes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) (DPCD/SMCQ/MMA, 2016) e do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) 	<ul style="list-style-type: none"> Medidas implementadas para reforço do instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos, incluindo legislativas (n.º) Medidas implementadas para reforço de monitoramento, fiscalização e vigilância ambientais, incluindo legislativas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Autoridades estaduais e do Distrito Federal responsáveis pelos recursos hídricos e ambiente Comitês de Bacias Ministério Público Estadual

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Promover políticas de desenvolvimento urbano para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas, isto é, para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas (n.º de estados e federal) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA Autoridades estaduais e do Distrito Federal com responsabilidade na formulação de políticas de desenvolvimento urbano
<ul style="list-style-type: none"> Implementar políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas para promoção da segurança alimentar e nutricional (n.º de estados e federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) Nacional e Estadual Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)
<ul style="list-style-type: none"> Promover a prevenção de incêndios florestais, substituição do fogo por práticas agrícolas sustentáveis e fortalecimento da capacidade de combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados relacionados com os incêndios florestais (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> SBIO/MMA IBAMA CONAFLOR Secretarias estaduais com autoridade nas matérias
<ul style="list-style-type: none"> Implementar medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, em particular medidas de atenuação dos efeitos de fenômenos climáticos extremos como secas e estiagens, cheias e inundações 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados relacionados com mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MCTIC MAPA SEAD IBAMA Secretarias estaduais com autoridade nas matérias

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo à criação e a implementação de programas estaduais e municipais de educação ambiental, em consonância com as Diretrizes do ProNEA (Órgão Gestor da PNEA, 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Programas estaduais e municipais de educação ambiental criados e implementados (n.º de estados, n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Educação Ambiental do MMA CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Autoridades estaduais e do Distrito Federal responsáveis pela educação ambiental Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Implementação de políticas públicas para o fortalecimento das instituições de educação e formação de jovens e adultos no meio rural, a exemplo dos Centros de Formação de Agricultores em Agroindústria (Cefas), contribuindo para a sustentabilidade da agricultura familiar (Órgão Gestor da PNEA, 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com o fortalecimento das instituições de educação e formação de jovens e adultos no meio rural (n.º de estados e federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Educação Ambiental do MMA Autoridades estaduais e do Distrito Federal responsáveis pela educação e formação
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implementar políticas sustentáveis de turismo ou ecoturismo 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e regulamentações sancionadas de turismo ou ecoturismo sustentáveis (n.º de estados e federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo Autoridades estaduais e do Distrito Federal responsáveis pelo turismo
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a articulação interinstitucional, a gestão e governança territoriais fortalecendo instâncias participativas, colegiados de Políticas Públicas e outros mecanismos de controle social voltados para o desenvolvimento econômico e ambiental, em particular nas zonas rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Colegiados de ZEE a nível estadual e regional (n.º, ações de reforço) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE da BHSF Outras comissões de ZEE estaduais e regionais

Diretrizes	Indicadores	Entidade/fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo à inserção da educação ambiental nas práticas de ecoturismo, visando garantir a sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades receptoras e proporcionando uma interação adequada dos turistas com os ecossistemas locais (Órgão Gestor da PNEA, 2014) • Promover a participação intensiva da sociedade no processo de revitalização da BHSF por meio de sua atuação no processo, conforme preconizado pela Codevasf (2016) • Incentivar ações de mobilização social, sensibilização, capacitação e educação ambiental (Codevasf, 2016), no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/99 e Decreto n.º 4.281/02) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de oficinas de participação e envolvimento da sociedade, bem como de programas de educação ambiental (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • Codevasf • CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF • Autoridades estaduais e do Distrito Federal responsáveis pela educação ambiental • MMA
<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma política que viabilize as fontes alternativas de energia, incentivando o financiamento das iniciativas econômicas que utilizem fontes de energias renováveis (Sudene, 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas sancionadas relacionadas com as energias alternativas (n.º de estados e federal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério de Minas e Energia • Autoridades estaduais e do Distrito Federal responsáveis pelas energias alternativas

Quadro 16 – Indicadores de resultado: execução das diretrizes específicas de ação

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
TODAS AS ZONAS (com as exceções mencionadas)		
<p>Criação e ampliação de UC e corredores ecológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da proteção (ex.: criação de Monumento Natural) na APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho; considerar ampliar a proteção de outras UC já criadas • Ampliação da Reserva da Biosfera da Caatinga • Ampliação da Reserva da Biosfera da Caatinga e criação de corredores ecológicos • Ampliação do Monumento Natural Estadual Peter Lund • Ampliação e implementação da APA da Lagoa de Itaparica • Ampliar as UC existentes e elaborar planos de manejo das UC, notadamente: Parque Estadual da Serra do Cabral • Criação da Reserva Biológica Serra dos Papagaios • Criação de corredores ecológicos, principalmente na bacia hidrográfica do Rio Verde Pequeno; • Criação de Reserva Extrativista Federal na região de Corinto • Criação de Reservas Extrativistas Federais na região de Buritizeiro, Lassance e Ibiaí/Ponto Chique, pelo governo federal • Criação de UC de proteção integral dos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca 	<ul style="list-style-type: none"> • UC e corredores ecológicos criados ou ampliados de acordo com as diretrizes para cada zona (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> • ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) • CNUC • Entidades responsáveis pelas UC

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de UC de proteção integral na região de Serranópolis de Minas, nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca, na região do município de Monte Azul; estabelecimento de uma APA para o complexo de lagoas marginais e serras do Médio Verde Grande • Criação de UC de proteção integral nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca • Criação de UC em toda a área de APCB para impedir que mais área seja desmatada • Criação de UC na APCB que ocupa uma parte importante da área sul desta zona 10; especificamente nas áreas: APCB Bacia do rio Grande (que inclui remanescentes de Cerrado, associados ao alto curso do Rio de Ondas e de Roda Velha), APCB Bacia do Rio Corrente e APCB Baianópolis - Tabocas do Brejo Velho; na área de APCB a Norte, boa parte já se encontra protegida por UC, mas é necessário criar uma UC de proteção integral na região de Formosa do Rio Preto/Riachão das Neves, devido à presença de um dos últimos grandes remanescentes de mata seca nesta zona (APCB Rio Preto (BA)) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de UC nas APCB que ainda possuem vegetação, em particular nestas duas áreas: a) APCB Corredor Grande Sertão Veredas-Refugio, para fazer a ligação entre a UC "Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano" e a UC "Parque Nacional Grande Sertão Veredas" e preservar o alto curso do rio Formoso • Criação de UC nas APCB, em particular nas APCB da faixa Norte desta zona, onde o desmatamento não é tão intenso – APCB Formosa, APCB Cabeceiras-Buritis, APCB Buritis, APCB Arinos-Buritis, APCB Unai; esta ação permitirá assegurar a proteção dessas áreas remanescentes e evitar que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • Criação de uma UC de proteção integral dos remanescentes de Floresta Estacional de Sergipe • Criação do Parque Nacional do Boqueirão da Onça, que englobará as cavernas de Campo Formoso • Criação do Parque Nacional do Semiárido • Criar áreas protegidas articuladas às existentes, especialmente nas veredas e vales fluviais do Chapadão Oeste • Criar áreas protegidas articuladas às existentes, especialmente nas veredas e vales fluviais do Chapadão Oeste e nos remanescentes de Cerrado, associados ao alto curso do Rio Grande, habitats e ecossistemas diversificados 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Criar novas UC que englobem veredas e locais de ocorrência de peixes anuais • Criar novas UC, notadamente a Reserva Extrativista Federal na região de Natalândia • Criar novas UC, notadamente nas regiões da Serra da Onça/Serra do Cabral e nos locais de ocorrência dos peixes anuais • Criar novas Unidades de Conservação nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca • Criar novas Unidades de Conservação para proteger o importante remanescente de matas secas do Município de Coribe • Criar Reserva Extrativista Federal em Buenópolis • Criar também uma UC de proteção integral dos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca, ampliar a UC dos Parques Nacionais da Serra do Cipó e das Sempre-Vivas e também a Reserva da Biosfera do Cerrado • Criar UC nas APCB mais a Leste na Zona 4, nas áreas dessas APCB ainda não protegidas por UC, de forma a garantir a ligação entre as UC já existentes e a consolidar o corredor do extremo leste do bioma Cerrado; esta ação permitirá assegurar a proteção dos remanescentes de vegetação que subsistem nessas APCB, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Criar UC, principalmente nas APCB ainda não protegidas por UC, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • Criar UC, principalmente nas APCB que ainda não foram desmatadas, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • criar UC, principalmente nas APCB, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente; importante assegurar ligação com a APA Lagoa de Itaparica e APA Dunas e veredas do Baixo Médio São Francisco • Criar UC, principalmente nas APCB, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Criar UC, principalmente nas áreas classificadas como APCB, notadamente: na região de Pains (APCB Carste Arcos e Pains), na bacia do rio Samburá (APCB Entorno do PN Serra da Canastra) e também na zona da Vargem das Flores (APCB Belo Horizonte – Monjolos, para ampliar a APA Vargem das Flores, existente na zona 1) para proteger os fragmentos de remanescentes de Cerrado que ainda existem nesta zona 2 (apenas 19% da zona 2 possui vegetação natural) • Estabelecimento de uma APA para o complexo de lagoas marginais e serras do Médio Verde Grande • Estando apenas 0,2% desta zona protegida por UC, embora quase 40% esteja classificada como APCB, a prioridade será criar UC, principalmente nas APCB, para assegurar a proteção dessas áreas remanescentes e promover a sua conexão em corredores ecológicos, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • Foco deve ser a criação de UC, nas áreas classificadas como APCB, com prioridade para as áreas não desmatadas (áreas com fragmentos de remanescentes de Cerrado), para garantir sua preservação imediata; estas áreas são muito importantes porque se localizam entre UC e a sua preservação irá promover o contato entre áreas protegidas (criação do continuum ecológico) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento, ampliação e implementação da Estação Ecológica Raso da Catarina Proposta de criação do Parque Nacional do Semiárido Revisão da categoria da UC Refúgio da Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano para outra mais restritiva e sua ampliação incorporando a Bacia do Rio Arrojado 		
<p>Incentivo a projetos e programas de educação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar” e do projeto de “Cidadania Ribeirinha”, ambos apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2014 (DFNMA, 2018) Desenvolver e implementar programas de educação ambiental como o proposto pela ANA (2017) para a região, com foco na sustentabilidade dos recursos hídricos Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Educação Ambiental e Mobilização Social para Preparação do Plano Estadual de Gestão do Semiárido” e da “Criação e fomento a redes de saberes e práticas sobre restauração ecológica”, ambos apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2007 e 2015, respectivamente) (DFNMA, 2018) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos e programas de educação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Educação Ambiental do MMA MEC Autoridades estaduais e do Distrito Federal responsáveis pela educação ambiental Municípios

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares, para reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies • Implementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá, sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies • Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar”, apoiada pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2014 (DFNMA, 2018) • Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares e para reintrodução da Ararinha-azul, bem como a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies • Incentivo a outros projetos de educação ambiental, a exemplo do projeto “Catadores: Vida e Cidadania” e da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar”, apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2006/Alagoas e 2014/Pernambuco, respectivamente) (DFNMA, 2018) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo do projeto “Catadores: Vida e Cidadania” e das “Ações Educativas para a gestão dos resíduos sólidos urbanos”, apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2006/Alagoas e 2012/Sergipe, respectivamente) (DFNMA, 2018) 		
<p>Investimento no abastecimento público de água, nas condições definidas para cada zona (exceto Zona 1 e Zona 2):</p> <ul style="list-style-type: none"> Políticas específicas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Felixlândia; Carmo do Paranaíba; Corinto; Pompéu) Políticas específicas para aumento da proporção da população atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Jaboticatubas e Gouveia) Investimento no aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritis, João Pinheiro, Presidente Olegário, Cristalina, Vazante e Paracatu) 	<ul style="list-style-type: none"> Infraestruturas de abastecimento público de água (população servida) 	<ul style="list-style-type: none"> SNIS Portal ODS

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritizeiro, Coração de Jesus, Arinos, São Francisco, Brasília de Minas, e Várzea da Palma) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Jaíba, Porteirinha, Monte Azul, Espinosa, Francisco Sá, Mirabela e Capitão Enéas) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Itacarambi, Januária, Manga e Montalvânia) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Riachão das Neves e Formosa do Rio Preto) Investimentos públicos para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Santa Rita de Cássia, Santana e Santa Maria da Vitória) Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Paratinga, Riacho de Santana, Palmas de Monte Alto e Caetité) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Barra, Pilão Arcado e Xique-Xique, no caso do esgotamento sanitário) Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Cafarnaum, Canarana e Ibipêba) Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Remanso e Sento Sé) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, prioritariamente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Araripina, Bodocó, Exu, Ipubi e Ouricuri) Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Belém do São Francisco) Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Abaré) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Sertânia, Flores, Custódia, São José do Belmonte, São José do Egito) Promover o investimento no abastecimento público de água, prioritariamente em Jeremoabo (população urbana superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento de 54%), e na rede de esgotamento sanitário (prioritariamente em Jeremoabo e Paulo Afonso, municípios com índices de atendimento residuais) Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Águas Bela, Buíque, Ibimirim, Itaíba, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Tacaratu e Venturosa (PE), Santana do Ipanema e São José da Tapera (AL)) Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Batalha e Major Isidoro (AL), Canindé de São Francisco (SE)) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Piaçabuçu e São Sebastião (AL) e Neópolis (SE)) 		
<p>Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, nas condições definidas para cada zona:</p> <ul style="list-style-type: none"> Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 75 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Nova Lima; Sabará; Santa Luzia; Ribeirão das Neves; Ibirité; Vespasiano; Betim) Medidas específicas para o aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 75 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Divinópolis; Conselheiro Lafaiete e Nova Serrana) e em municípios com índice de atendimento inferior a 50% (Esmeraldas; Capim Branco; Conceição do Pará; São José da Varginha; Prudente de Moraes; Inhaúma; Martinho Campos; Onça de Pitangui) 	<ul style="list-style-type: none"> Infraestruturas de esgotamento sanitário (população servida) 	<ul style="list-style-type: none"> SNIS Portal ODS

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Abaeté; Felixlândia, Corinto; Três Marias; Curvelo; Carmo do Paranaíba e Pompéu) Investimento no aumento da proporção da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Jaboticatubas, Gouveia e Bocaiúva) Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Presidente Olegário, Buritis, Cristalina – GO, João Pinheiro, Vazante, Paracatu, Unai e Formosa – GO) Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritizeiro, Coração de Jesus, Várzea da Palma, São Francisco, Brasília de Minas, Arinos e Pirapora) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Espinosa, Monte Azul, Jaíba, Porteirinha, Janaúba, Capitão Enéas, Mirabela e Francisco Sá) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Itacarambi, Januária, Manga e Montalvânia) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Carinhanha, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e São Félix do Coribe) • Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Bom Jesus da Lapa, Caetité, Guanambi, Ibotirama, Macaúbas, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga e Riacho de Santana) • Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Barra, Pilão Arcado e Xique-Xique, no caso do esgotamento sanitário) • Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (América Dourada, Cafarnaum, Canarana, Ibipêba, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão e São Gabriel) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Sobradinho) • Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu) • Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, prioritariamente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Araripina, Bodocó, Exu, Ipubi e Ouricuri) • Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Belém do São Francisco, Cabrobó, Lagoa Grande, Petrolina, Salgueiro e Santa Maria da Boa Vista) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Abaré, Curaçá, Juazeiro) Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Sertânia, Flores, Custódia, São José do Egito, Floresta, Tabira, São José do Belmonte) Promover o investimento no abastecimento público de água, prioritariamente em Jeremoabo (população urbana superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento de 54%), e na rede de esgotamento sanitário (prioritariamente em Jeremoabo e Paulo Afonso, municípios com índices de atendimento residuais) Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Águas Belas, Buíque, Ibimirim, Itaíba, Pedra, Petrolândia, Tacaratu e Venturosa (PE), Delmiro Gouveia, Piranhas, Santana do Ipanema e São José da Tapera (AL)) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Batalha, Major Isidoro, Olho d'Água das Flores e Pão de Açúcar (AL), Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Porto da Folha (SE)) Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Arapiraca, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Penedo, Piaçabuçu e São Sebastião (AL), Aquidabã, Neópolis e Propriá) 		
<p>Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, nas condições definidas para cada zona (exceto Zona 4)</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Pedro Leopoldo) Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Esmeraldas) 	<ul style="list-style-type: none"> Infraestruturas e sistemas de coleta de resíduos sólidos domiciliares (população servida, taxa de cobertura) 	<ul style="list-style-type: none"> SNIS

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Felixlândia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Buritis, Lagoa Formosa, Paracatu e Vazante) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Arinos, Coração de Jesus, São Francisco e Ubaí) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São João da Ponte e Varzelândia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Januária e Manga) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Correntina) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Carinhanha, Santa Maria da Vitória e Serra Dourada) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Candiba, Oliveira dos Brejinhos, Novo Horizonte, Urandi e Jacaraci) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Barra e Buritirama) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: América Dourada e Lapão) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Remanso) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Ourolândia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Araripina e Bodocó) adequar a destinação final dos resíduos sólidos na zona. • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Santa Cruz e Parnamirim) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Curaçá) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São José do Egito e Sertânia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Santa Brígida) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Mata Grande (AL) e Itaíba (PE)) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Major Isidoro (AL)) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Piaçabuçu (AL)) 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<p>Monitoramento, fiscalização e controle, de acordo com as diretrizes para cada zona (exceto zona I4):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle da poluição proveniente da mineração e agricultura intensiva associado ao monitoramento da qualidade da água • Controle da poluição proveniente das indústrias associado ao monitoramento da qualidade da água • Controle de outorgas e perfuração de poços • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento e pecuária • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção ao não cumprimento da Reserva Legal e à pecuária • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento nos municípios de Jaborandi e Correntina; • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de monitoramento, de fiscalização e de controle com vista ao cumprimento das diretrizes (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridades responsáveis pelo monitoramento, fiscalização e controle das temáticas nas áreas geográficas abrangidas

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da Agência Nacional de Águas (ANA, 2017) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) (2017) para a região, com foco na sustentabilidade dos recursos hídricos Mapear, acompanhar, monitorar e fiscalizar os passivos ambientais da mineração, com particular atenção ao minério de ferro e em municípios como Nova Lima, Congonhas, Itabirito, Ouro Preto e Brumadinho Mapear, acompanhar, monitorar e fiscalizar os passivos ambientais da mineração, com particular atenção ao município de Paracatu Melhoria na fiscalização de prevenção ao desmatamento Monitoramento do uso da água em culturas irrigadas na margem direita do lago Sobradinho Monitoramento do uso da água em culturas irrigadas na planície fluvial do São Francisco Monitoramento/preservação/recuperação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN Planalto e RPPN Lula Lobo Monitorar a atividade de aquicultura, devido à contaminação das águas por resíduos de ração utilizados diariamente 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar a expansão acelerada da agricultura na região, que tem provocado a aceleração dos processos de erosão marginal, causando recuo das margens sergipanas e a perda de superfície do solo agrícola • Monitorar a Floresta Nacional de Negreiros • Monitorar e preservar a Reserva Ecológica e Arqueológica da Serra do Mulato • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a soja e a cana-de-açúcar em municípios como Chapada Gaúcha e Januária, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a soja (em Baianópolis, Serra do Ramalho e Santana) e a cana-de-açúcar (em municípios como Angical e Cristópolis), promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar em Juazeiro, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação 		

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação Monitorar, preservar e recuperar as áreas do Parque Estadual Serra do Areial e o Refúgio de Vida Silvestre Riacho Pontal Promoção de ações de monitoramento e fiscalização, controle e vigilância ambiental na agricultura de rendimento, em termos de saúde humana, por forma a evitar a elevada utilização de agroquímicos Reforçar a fiscalização das carvoarias Reforçar o controle do cultivo de eucalipto, por exemplo mediante a revisão da legislação atinente ao seu licenciamento ambiental 		
ZONA I		
<ul style="list-style-type: none"> Produzir Plano de Manejo para todas as UC existentes e fortalecer a sua gestão Planejamento do desmatamento legal, formando bolsões e/ou corredores de Reserva Legal e impedindo o isolamento das Unidades de Conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), bem como a ampliação de RPPN existentes 	<ul style="list-style-type: none"> RPPN criadas e ampliadas (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio: Lista das RPPN criada e Relação de UCs com Plano de Manejo

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Conservar as cavernas de acordo com as Diretrizes do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico Incentivar o turismo espeleológico (considerando o elevado número de cavernas na zona) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio à conservação das cavernas e ao turismo espeleológico (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA ICMBio CEVAV MT EMBRATUR Autoridades estaduais responsáveis pela biodiversidade e pelo turismo
<ul style="list-style-type: none"> Priorizar o desenvolvimento e expansão das áreas ocupadas pelas produções agrosilvopastoris em áreas já alteradas Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções agropastoris em áreas já alteradas e a produções pecuárias sustentáveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretarias estaduais responsáveis pela agricultura e pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Belo Vale, Bonfim, Piedade dos Gerais, Itaúna e Rio Manso 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para ações de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA IBAMA MME CPRM DNPM Secretarias estaduais responsáveis pela indústria, pelos recursos hídricos e ambiente
<ul style="list-style-type: none"> Aplicar parte do aumento esperado da receita com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais referente ao minério de ferro (devido ao aumento da alíquota específica para 3,5%) na recuperação de passivos ambientais e em ações de mitigação de contaminação 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de passivos ambientais e ações de mitigação da contaminação aplicando a receita da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais referente ao minério de ferro (n.º, valor) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Mineração (AMN) IBAMA Estados onde for extraída a substância mineral Municípios produtores
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a ações que visem a preservação do patrimônio histórico 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para ações que visem a preservação do patrimônio histórico (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MinC IPHAN Secretaria estadual responsável pelo patrimônio histórico

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 2		
<ul style="list-style-type: none"> • Conservar as cavernas de acordo com as Diretrizes do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico • Incentivar o turismo espeleológico (considerando o elevado número de cavernas na zona) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos e financiamentos utilizados para apoio à conservação das cavernas e ao turismo espeleológico (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> • MMA • ICMBio • CEVAV • MT • EMBRATUR • Autoridades estaduais responsáveis pela biodiversidade e pelo turismo
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo (em particular onde houver desmatamento), proteção de nascentes e adequação das estradas rurais e/ou de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Lagoa da Prata, Conselheiro Lafaiete, Santo Antônio e Divinópolis, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> • ANA • MTPA • ANTAQ • SRHQ/MMA • CBHSF • Comitês de Bacias

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf		
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a comunidade indígena Pataxó com processo de reconhecimento do seu território em Itapeçerica 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> FUNAI CEPCT-MG (Minas Gerais)
<ul style="list-style-type: none"> Criar plano de promoção da sustentabilidade no negócio pecuário recorrendo a mecanismos e técnicas inovadoras de promoção da conservação (por exemplo: pagamento por serviços ambientais) Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE da BHSF Entidade responsável pelo desenvolvimento do plano
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Oliveira, Conselheiro Lafaiete, Crucilândia, Cristiano Ottoni, Santo Antônio do Monte, Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios e Piracema Regularização fundiária para ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra (diretriz de suporte às diretrizes prioritárias) 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Sete Lagoas, Divinópolis, Nova Serrana e Pará de Minas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para ações de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA IBAMA MME CPRM DNPM Secretarias estaduais responsáveis pela indústria, pelos recursos hídricos e ambiente
<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de áreas degradadas/desmatadas, notadamente nas áreas classificadas como APCB; sendo a área degradada tão extensa (81%), prioridade deve ser: 1 – Delimitação de APP, prioritariamente nas APCB; 2 – Recuperação e cercamento das APP (foco deve ser nas matas ciliares), aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 3		
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do plano de manejo para a Gruta do Maquiné 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Proteção e recuperação das APP, notadamente: matas ciliares, vegetação ribeirinha, veredas e nascentes Priorizar a manutenção dos remanescentes de bioma Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) de Três Marias, com vista ao ordenamento da ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do plano 	<ul style="list-style-type: none"> CRZZE BHSF Entidade responsável pela elaboração do plano

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de construção de bacias de contenção de águas pluviais ou de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Pompéu, Felixlândia, Três Marias e Morada Nova de Minas, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Criar plano de promoção da sustentabilidade no negócio pecuário recorrendo a mecanismos e técnicas inovadoras de promoção da conservação (por exemplo: pagamento por serviços ambientais) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE da BHSF Entidade responsável pelo desenvolvimento do plano

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos) 		
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em particular a criação de Cotas de Reserva Ambiental em municípios com grande atividade agropecuária como Varjão de Minas, São Gonçalo do Abaeté, Medeiros, Paineiras e Bambuí, Rio Paranaíba, Morro da Garça e Tapiraí 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF
<ul style="list-style-type: none"> Promover a agricultura sustentável e culturas tradicionais através de técnicas inovadoras de promoção de agricultura de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de agricultura sustentável e culturas tradicionais (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA Codevasf DNOCS Secretaria estadual responsável pela aquicultura
<ul style="list-style-type: none"> Identificação de áreas ilegais de garimpo e mitigação de seus impactos 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de fiscalização destinadas à identificação de áreas ilegais de garimpo (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> IBAMA ICMBio

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo ecológico sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MT EMBRATUR Secretaria estadual responsável pelo turismo
ZONA 4		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos de requalificação ambiental, a exemplo das ações de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Bocaiúva, Engenheiro Navarro e Santos Dumont, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Priorizar o desenvolvimento e expansão das áreas ocupadas pelas produções agrosilvopastoris em áreas já alteradas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções agropastoris em áreas já alteradas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretarias estaduais responsáveis pela agricultura e pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Santana de Pirapama, Presidente Juscelino e Santo Hipólito 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Identificação de áreas ilegais de garimpo e mitigação de seus impactos 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de fiscalização destinadas à identificação de áreas ilegais de garimpo (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> IBAMA ICMBio
<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo ecológico sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MT EMBRATUR Secretaria estadual responsável pelo turismo
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual da Serra do Cabral 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Recuperação das APP presentes na zona 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 5		
<ul style="list-style-type: none"> Delimitação e recuperação de APP, considerando a extensão de área degradada (56%) da zona 5; esta ação deve priorizar as regiões de veredas dos rios Paracatu e São Bartolomeu (RPPN Santuário Veredas do São Miguel e APA da Bacia do Rio São Bartolomeu), a proteção dos remanescentes dos campos e das áreas do Exército no DF e as áreas de cabeceira; a recuperação das APP poderá ser feita aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) 	<ul style="list-style-type: none"> RPPN criadas e ampliadas (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio: Lista das RPPN criada e Relação de UCs com Plano de Manejo
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da gestão das UC, notadamente da Estação Ecológica de Sagarana Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e a APA do Planalto Central 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo para as UC em falta, notadamente a Gruta da Lapa Nova 		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo, proteção de nascentes e adequação de estradas rurais executadas pelo CBHSF no Ribeirão São Pedro (município de Paracatu), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia e Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de controle e proteção dos sistemas aquíferos implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF Entidades responsáveis pela implementação das áreas

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF IBRAM SECIMA (Goiás)
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades com culturas de elevado rendimento como soja e cana-de-açúcar, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei nº 12.651, de 25 de maio e 2012) Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF IBRAM SECIMA (Goiás)
<ul style="list-style-type: none"> Delinear plano de promoção de agricultura sustentável com criação de marca própria certificada internacionalmente para valorização da produção 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de plano de promoção da agricultura sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF Entidade responsável pelo desenvolvimento do plano
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE da BHSF Entidade responsável pelo desenvolvimento do plano
<ul style="list-style-type: none"> Criar plano de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais da mineração (em Paracatu) que provocam problemas de saúde em parte da população 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de plano de mitigação da contaminação do solo e da água 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF Entidade responsável pelo desenvolvimento do plano

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 6		
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade pecuária como São Francisco, Arinos, Buritizeiro e Várzea da Palma 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em áreas com extensa atividade pecuária em São Francisco, Lagoa dos Patos e Buritizeiro, entre outros municípios, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF
<ul style="list-style-type: none"> Criar plano de desenvolvimento da atividade pecuária na região, fomentando ações de aumento da produtividade, promoção da sustentabilidade, transmissão de tecnologias e de diminuição da área ocupada 	<ul style="list-style-type: none"> Criar plano de desenvolvimento da atividade pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF Entidade responsável pela criação do plano
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e a atividades de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de irrigação sustentáveis através da disseminação de novas tecnologias (conforme vem sendo feito pela Codevasf, no apoio aos pequenos produtores e na adequação de sistemas de irrigação nos perímetros públicos) e maior penalização da irrigação convencional na cobrança pelo uso de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf MI
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais que restringiu o desmatamento da mata seca 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da situação (sim/não) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia e Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de controle e proteção dos sistemas aquíferos implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ANA Entidades responsáveis pela implementação das áreas

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Como uma das principais áreas classificadas como APCB é ao longo da calha do rio, e estando esta área muito desmatada, a recuperação de áreas degradadas deve ser prioritária; 1 – Delimitação de APP, notadamente ao longo da calha do rio, na APCB Alto - Médio São Francisco; 2 – Recuperação das APP, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da gestão das UC, notadamente: Estação Ecológica de Sagarana Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Reforçar o controle do cultivo de eucalipto 	<ul style="list-style-type: none"> Mecanismos desenvolvidos para reforçar o controle do cultivo de eucalipto (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Planos, programas e legislação que reforce o controle do cultivo de eucalipto Serviço Florestal Brasileiro Autoridades estaduais relacionadas à floresta

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Pirapora e Várzea da Palma 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para ações de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA IBAMA MME CPRM DNPM Secretarias estaduais responsáveis pela indústria, pelos recursos hídricos e ambiente
ZONA 7		
<ul style="list-style-type: none"> Priorizar a manutenção dos fragmentos de remanescentes de Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação, consolidando o corredor do extremo leste do bioma Cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas e mantidas em APCB (área) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento da intensificação da ocupação no entorno do Parque Estadual Verde Grande e do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro Elaborar plano de manejo das UC em falta, notadamente, áreas do projeto Jaíba; fortalecer a sua gestão Incentivar o manejo sustentável de atividades extrativistas 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais que restringiu o desmatamento da mata seca 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da situação (sim/não) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais
<ul style="list-style-type: none"> Reforçar o controle do cultivo de eucalipto, por exemplo mediante a revisão da legislação atinente ao seu licenciamento ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Mecanismos desenvolvidos para reforçar o controle do cultivo de eucalipto (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Planos, programas e legislação que reforce o controle do cultivo de eucalipto Serviço Florestal Brasileiro Autoridades estaduais relacionadas à floresta
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de revitalização e recuperação de nascentes executadas pelo CBHSF no Rio das Pedras e Córrego Buritis (município de Guaraciama), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de controle e proteção do sistema aquífero implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ANA Entidades responsáveis pela implementação das áreas

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Montes Claros, Francisco Sá, São João da Ponte, Janaúba, Matias Cardoso, Jaíba e Porteirinha, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012) Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual SFB SEMAD (Minas Gerais) e IEF
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para propriedades rurais que promovam recuperação de áreas degradadas e agropecuária de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA ANA
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e a atividades de conservação, com foco nos municípios de Gameleiras, Matias Cardoso e São João da Ponte 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de irrigação sustentáveis através da disseminação de novas tecnologias (conforme vem sendo feito pela Codevasf, no apoio aos pequenos produtores e na adequação de sistemas de irrigação nos perímetros públicos) e maior penalização da irrigação convencional na cobrança pelo uso de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf MI
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 8		
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia e Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de controle e proteção dos sistemas aquíferos implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ANA Entidades responsáveis pela implementação das áreas
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carenciadas, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas e pequenas propriedades familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar ações de assistência técnica continuada aos agricultores rurais para sistemas de produção integrada lavoura-pecuária-floresta 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de assistência técnica desenvolvidas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Codevasf EMBRAPA

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de áreas degradadas deve ser o foco, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017); estando o desmatamento concentrado em uma área que deveria ser considerada APP (margens do rio), a prioridade deve ser: 1 – Delimitação de APP notadamente nas margens do rio São Francisco; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APP; como área indicativa prioritária, pode adotar-se a seguinte: APCB Alto - Médio São Francisco, APCB Corredor do Rio Japoré, APCB PE Mata Seca 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Realização de planos de manejo florestais 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo florestal (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> IBAMA
<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de pastagens degradadas através de métodos agroecológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Pastagens degradadas recuperadas através de métodos agroecológicos (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a APA da Bacia do Rio Pandeiros, a APA de Cochá e Gibão e a APA das Cavernas do Peruaçu 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Realizar um inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares 	<ul style="list-style-type: none"> Realização do inventário (sim/não) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ICMBio SBIO/MMA
ZONA 9		
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP notadamente no topo dos morros e montanhas e também ao longo dos rios e das bordas leste e oeste da chapada; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APP APCB Bacia do Rio Corrente para preservar o alto curso dos rios Correntinha (rio das Éguas) e rio Arrojado 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, o Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano e a APA de Cochá e Gibão 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> Ações efetivas para o fortalecimento da governança nos comitês de bacias hidrográficas (n.º de ações, n.º de comitês) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF Comitês de bacias hidrográficas ANA

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de controle e proteção do sistema aquífero implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ANA Entidades responsáveis pela implementação das áreas
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB INEMA
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 30% em propriedades com culturas de elevado rendimento como seja a soja, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB INEMA
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de irrigação sustentáveis através da disseminação de novas tecnologias (conforme vem sendo feito pela Codevasf, no apoio aos pequenos produtores e na adequação de sistemas de irrigação nos perímetros públicos de modo a desenvolver/adequar os sistemas produtivos à nova condição hídrica) e maior penalização da irrigação convencional na cobrança pelo uso de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf MI

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 10		
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> Ações efetivas para o fortalecimento da governança nos comitês de bacias hidrográficas (n.º de ações, n.º de comitês) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF Comitês de bacias hidrográficas ANA
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de controle e proteção do sistema aquífero implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ANA Entidades responsáveis pela implementação das áreas
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Criar plano de manejo da cultura da soja na região, limitando as suas áreas de cultivo, as técnicas de cultivo e as técnicas de irrigação 	<ul style="list-style-type: none"> Criação do plano de manejo 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF Entidade responsável pela criação do plano
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas grandes explorações de culturas de rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB INEMA

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 30% em propriedades com culturas de elevado rendimento como seja a soja, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental na região como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento e de suportar o aumento da Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB INEMA
<ul style="list-style-type: none"> Promover o emprego temporário legal e os direitos das populações que se mobilizam para trabalhar nas lavouras das grandes propriedades de culturas de rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo ao emprego temporário legal (n.º. valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAD MDS Secretaria estadual responsável pela agricultura e proteção social
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP notadamente no topo dos morros e montanhas; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APP 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de plano de manejo das UC em falta, notadamente: APA do Rio Preto e APA de São Desidério, devido à grande concentração de cavernas na zona; fortalecer a sua gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, Estação Ecológica do Rio Preto, APA da Bacia do Rio de Janeiro 		
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de irrigação sustentáveis através da disseminação de novas tecnologias (conforme vem sendo feito pela Codevasf, no apoio aos pequenos produtores e na adequação de sistemas de irrigação nos perímetros públicos de modo a desenvolver/adequar os sistemas produtivos à nova condição hídrica) e maior penalização da irrigação convencional na cobrança pelo uso de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf MI
ZONA II		
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento e monitoramento da intensificação da ocupação no entorno da Estação Ecológica do Rio Preto e demais UC Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto e Estação Ecológica do Rio Preto 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Realização de um inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares na região sudoeste do município de Feira da Mata 	<ul style="list-style-type: none"> Realização do inventário (sim/não) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ICMBio SBIO/MMA

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Priorizar a manutenção dos fragmentos de remanescentes de Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação, consolidando o corredor do extremo leste do bioma Cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APCB recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> Ações efetivas para o fortalecimento da governança nos comitês de bacias hidrográficas (n.º de ações, n.º de comitês) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF Comitês de bacias hidrográficas ANA
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de controle e proteção dos sistemas aquífero implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ANA Entidades responsáveis pela implementação das áreas
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carenciadas, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a comunidade indígena Atikium com processo de reconhecimento do seu território em Santa Rita de Cássia 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> FUNAI Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e CESPCT) (Bahia)
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB INEMA
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Serra Dourada, Brejolândia, Angical, Sítio do Mato, Serra do Ramalho e Wanderley, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia
ZONA 12		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo, proteção de nascentes e adequação de estradas rurais ou de proteção de áreas de preservação permanente, recuperação e conservação de áreas degradadas e voçorocas que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Paratinga e Bom Jesus da Lapa, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf 		
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo para as UC em falta, notadamente para o Parque Estadual da Serra dos Montes Altos, visando assegurar a conservação da biodiversidade regional e a valorização do patrimônio natural e arqueológico presente, criando condições para o desenvolvimento de turismo sustentável Planejamento da intensificação da ocupação no entorno do Parque Estadual Verde Grande 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de APP e recuperação de áreas ocupadas por pastagens na APA da Serra do Barbado, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo à criação de RPPN no município de Pindai 	<ul style="list-style-type: none"> RPPN criadas e ampliadas (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio: Lista das RPPN criada e Relação de UCs com Plano de Manejo
<ul style="list-style-type: none"> Realização de inventário de mastofauna na região do município de Riacho de Santana 	<ul style="list-style-type: none"> Realização do inventário (sim/não) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carentes, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB INEMA
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Candiba, Guanambi, Iuiú, Malhada, Matina, Palmas de Monte Alto, Pindaí e Sebastião Laranjeiras, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 13		
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA de Sobradinho, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco e Lagoa de Itaparica; • Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • CNUC • ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) • Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e implementação da APA da Lagoa de Itaparica; • Proteção e recuperação de áreas de APP, notadamente a RPPN Fazenda Boa Ventura, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) • 	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamentos de APP existentes nos municípios • CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF • EMBRAPA • Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e de tecnologias de convivência com o semiárido 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a obras de infraestrutura hídrica e de tecnologias de convivência com o semiárido (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> • ANA • MMA • Codevasf • Secretaria estadual responsável na matéria

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de controle e proteção do sistema aquífero implementadas (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ANA Entidades responsáveis pela implementação das áreas
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a comunidade indígena Pankararú com processo de reconhecimento do seu território em Muquém de São Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> FUNAI Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e CESPCT) (Bahia)
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carenciadas, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar programas de assistência técnica e extensão rural 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados em programas de assistência técnica e extensão rural (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para pequenas propriedades familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e as atividades de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia
ZONA 14		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de recuperação hidroambiental executadas pelo CBHSF na bacia do rio Verde (Ibipeba), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carentes, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB INEMA
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Itaguaçu da Bahia, América Dourada e João Dourado, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da proteção (ex.: criação de Monumento Natural) na APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho; Elaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA de Sobradinho, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco e Lagoa de Itaparica 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia
ZONA 15		
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração/revisão/implementação do plano de manejo da APA de Sobradinho 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares, para reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de recuperação ambiental elaborados (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio SBIO/MMA
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais; priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e de tecnologias de convivência com o semiárido 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carentes, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar programas de assistência técnica e extensão rural 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados em programas de assistência técnica e extensão rural (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA Codevasf DNOCS Secretaria estadual responsável pela aquicultura
<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo ecológico sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MT EMBRATUR Secretaria estadual responsável pelo turismo

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)], a exemplo do projeto de energia fotovoltaica em placas flutuantes previsto para o lago de Sobradinho desde 2016, para o qual já existe licença ambiental (CHESF, comunicação escrita, abril de 2018) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia
ZONA 16		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de cercamento e renaturalização de nascentes e de proteção de área de preservação permanente, conservação de solos, recuperação e estabilização de voçorocas executadas pelo CBHSF na bacia do rio Salitre (Morro do Chapéu), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Implementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá, sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carentes, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar, em particular de comunidades tradicionais, com suporte de assistência técnica e extensão rural 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas (técnicas de convivência com o semiárido), por exemplo técnicas de manejo sustentável de ovinos e caprinos como o "fundo de pasto", principalmente na região de Várzea Nova/Ourolândia 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Fomento à certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e apoio às demandas de regularização fundiária dessas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> Certificações atribuídas (n.º de certificações atribuídas) 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades certificadoras
<ul style="list-style-type: none"> Implementação do plano de manejo do Parque Estadual do Morro do Chapéu 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Realizar um inventário de biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Realização do inventário (sim/não) 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE BHSF ICMBio SBIO/MMA
<ul style="list-style-type: none"> Criar plano para o desenvolvimento de culturas agrícolas sustentáveis e adaptadas às condições dos solos e do clima regional, promovendo a disseminação de técnicas inovadoras e de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Criação do plano de desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> EMBRAPA Entidade responsável pela criação do plano
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB INEMA
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Campo Formoso, Morro do Chapéu, Ourolândia, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia eólica nesta zona do Submédio São Francisco [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia
ZONA 17		
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da gestão e revisão do plano de manejo da APA da Chapada do Araripe, incluindo a intensificação da fiscalização do tráfico e extração ilegal de fósseis na região 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carenciadas, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB CPRH
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Araripina, Bodocó e Ouricuri, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Regularização ambiental da atividade (de mineração de calcificação de gesso) do chamado “Pólo Gesseiro” 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de Programa de Regularização Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> SFB CPRH
<ul style="list-style-type: none"> Associado ao chamado “Pólo Gesseiro” instalado na zona, criar um amplo programa de manejo florestal sustentável da Caatinga, que inclua a implantação de florestas energéticas para geração da energia utilizada nos fornos de calcinação da gipsita e um programa de recuperação das áreas degradadas 	<ul style="list-style-type: none"> Criação do plano de manejo florestal (sim/não) 	<ul style="list-style-type: none"> IBAMA
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo, água e ar pelos rejeitos industriais e de mineração que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Araripina e Ouricuri 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para ações de mitigação da contaminação de solo, água e ar pelos rejeitos industriais e de mineração (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA IBAMA MME CPRM DNPM Secretarias estaduais responsáveis pela indústria, pelos recursos hídricos e ambiente
ZONA 18		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a comunidade indígena Truká com processo de reconhecimento do seu território em Orocó 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> FUNAI CEPIR (Pernambuco)
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas e comunidades remanescentes de quilombos em Cabrobó e Salgueiro 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Fomento à certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e apoio às demandas de regularização fundiária dessas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> Certificações atribuídas (n.º de certificações atribuídas) 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades certificadoras
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Dormentes, Salgueiro e Cedro, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de irrigação sustentáveis através da disseminação de novas tecnologias(conforme vem sendo feito pela Codevasf, no apoio aos pequenos produtores e na adequação de sistemas de irrigação nos perímetros públicos de modo a desenvolver/adequar os sistemas produtivos à nova condição hídrica) e maior penalização da irrigação convencional na cobrança pelo uso de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf MI
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP; 2 – Recuperação da vegetação nas áreas de APP Recuperação da Serra Dois Irmãos e do Rio Pontal (afluente do rio São Francisco) Monitorar, preservar e recuperar as áreas do Parque Estadual Serra do Areial e o Refúgio de Vida Silvestre Riacho Pontal 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APP ou UC recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da gestão e revisão do plano de manejo da APA da Chapada do Araripe, incluindo a intensificação da fiscalização do tráfico e extração ilegal de fósseis na região 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Preservação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, notadamente, a RPPN Reserva Jurema, a RPPN Reserva Siriema e a RPPN Reserva Umburana 	<ul style="list-style-type: none"> RPPN preservadas (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio: Lista das RPPN criada e Relação de UCs com Plano de Manejo

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de cultivo sustentáveis no manejo das áreas de horticultura e fruticultura, através da criação de selos de sustentabilidade e certificação internacional 	<ul style="list-style-type: none"> Selos de sustentabilidade e certificação internacional criados (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades certificadoras
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de manejo sustentável da caatinga 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de manejo sustentável da caatinga implementadas (n.º, investimento, área) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF MMA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações mitigadoras para o controle da salinização dos solos provocada pela intensa produção de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para o controle da salinização dos solos (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (indústria de processamento de produtos agrícolas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações para o desenvolvimento da indústria de processamento de produtos agrícolas (n.º, investimento) 	<ul style="list-style-type: none"> EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações para o atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores, como a agroindústria familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio ao atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia eólica nesta zona do Submédio São Francisco [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia
ZONA 19		
<ul style="list-style-type: none"> Implementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá e sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul, bem como a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies Preservação e manutenção da Reserva Ecológica e Arqueológica da Serra do Mulato 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de recuperação ambiental elaborados (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio SBIO/MMA
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de cercamento e renaturalização de nascentes executadas pelo CBHSF na bacia do rio Mocambo (Curaçá), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Fomento à certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e apoio às demandas de regularização fundiária dessas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> Certificações atribuídas (n.º de certificações atribuídas) 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades certificadoras

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento da extração e uso do angico 	<ul style="list-style-type: none"> Ações desenvolvidas para ordenamento da extração e uso do angico (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Legislação federal, estadual e municipal Planos, programas e ações desenvolvidas (a nível estadual e municipal)
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de irrigação sustentáveis através da disseminação de novas tecnologias, conforme vem sendo feito pela Codevasf, no apoio aos pequenos produtores e na adequação de sistemas de irrigação nos perímetros públicos de modo a desenvolver/adequar os sistemas produtivos à nova condição hídrica) e maior penalização da irrigação convencional na cobrança pelo uso de recursos hídricos; 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf MI
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de cultivo sustentáveis no manejo das áreas de horticultura e fruticultura (principalmente em Curaçá, Abaré e Juazeiro), através da criação de selos de sustentabilidade e certificação internacional 	<ul style="list-style-type: none"> Selos de sustentabilidade e certificação internacional criados (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades certificadoras

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações mitigadoras para o controle da salinização dos solos provocada pela intensa produção de frutas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para o controle da salinização dos solos (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (indústria de processamento de produtos agrícolas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações para o desenvolvimento da indústria de processamento de produtos agrícolas (n.º, investimento) 	<ul style="list-style-type: none"> EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações para o atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores, como a agroindústria familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio ao atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas; promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas (técnicas de convivência com o semiárido), principalmente na região de Jaguarari, onde poderão substituir atividades de extrativismo de carvão e a pecuária extensiva; promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas, bem como a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia eólica nesta zona do Submédio São Francisco [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia
ZONA 20		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de revitalização da bacia que vêm sendo executadas pelo CBHSF na bacia do rio Pajeú (municípios de Brejinho e Afogados da Ingazeira), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carentes, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a comunidade indígena Pankará (da Serra do Arapuá) com processo de reconhecimento do seu território em Carnaubeira da Penha 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> FUNAI CEPIR (Pernambuco)
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em Carnaubeira da Penha, Floresta e Mirandiba 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar como forma de aumentar a renda e as atividades de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Carnaíba e São José do Belmonte, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de manejo sustentável da caatinga 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de manejo sustentável da caatinga implementadas (n.º, investimento, área) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF MMA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Implementação do plano de manejo da Reserva Biológica de Serra Negra, da RPPN Reserva Ecológica Maurício Dantas e da RPPN Cantidiano Valgueiro de Carvalho Barros 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e preservação de áreas de biodiversidade, notadamente o Parque Estadual Mata da Pimenteira e o Parque Nacional do Catimbau • Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares e para reintrodução da Ararinha-azul, bem como a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de recuperação ambiental elaborados (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> • ICMBio • SBIO/MMA
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas no município de Floresta 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos e financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> • MAPA • Codevasf • DNOCS • Secretaria estadual responsável pela aquicultura
ZONA 2I		
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de medidas para a conservação dos habitats da Arara-azul-de-Lear 	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas criadas para a conservação dos habitats da Arara-azul-de-Lear (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> • ICMBio • SBIO/MMA
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a implementação de programas de compensação ambiental e de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, de forma a envolver a sociedade de uma forma geral no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, os recursos originários da cobrança pelo uso da água e de futuro também os arrecadados com multas por crime ambiental (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de compensação ambiental e de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> • ANA • MTPA • ANTAQ • MMA • CBHSF • Comitês de Bacias

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a comunidade indígena Tuxá com processo de reconhecimento do seu território em Rodelas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> FUNAI Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e CESPCT) (Bahia)
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em Glória, Paulo Afonso e Rodelas 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Fomento à certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e apoio às demandas de regularização fundiária dessas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> Certificações atribuídas (n.º de certificações atribuídas) 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades certificadoras
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar como forma de aumentar a renda e as atividades de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Investimento na fruticultura irrigada em pequenas e médias propriedades 	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos efetuados na fruticultura irrigada em pequenas e médias propriedades (n.º, valor) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD EMBRAPA Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (por exemplo, implantação de agroindústria de polpas e geleias em Glória) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações para o desenvolvimento da indústria de processamento de produtos agrícolas (n.º, investimento) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD EMBRAPA Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações para o atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores, como a agroindústria familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio ao atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas nos municípios de Glória, Paulo Afonso e Rodelas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA Codevasf DNOCS Secretaria estadual responsável pela aquicultura

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais do Baixo São Francisco prejudicados com a construção de barragens (cujas atividades sofreram diretamente os impactos do barramento das águas pela falta de alimentação hídrica natural nas várzeas onde eram desenvolvidas atividades de rizicultura e aquicultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de estados ou municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária e promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. caprinocultura em médias propriedades) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo ecológico sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MT EMBRATUR Secretaria estadual responsável pelo turismo

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 22		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de revitalização da bacia que vêm sendo executadas pelo CBHSF na bacia do rio Moxotó (Ibimirim), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar estratégias, identificação de boas práticas e experiências, e o desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam melhor convivência com o semiárido 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a boas práticas e ao desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam melhor convivência com o semiárido (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MMA MDS Codevasf Secretaria estadual responsável na matéria

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação/educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carenciadas, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Apoio a comunidades indígenas Kalancó, Fulni-ô, Pankararú e Jeripancó com processo de reconhecimento dos seus territórios em Água Branca, Águas Belas, Jatobá e Pariconha 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> FUNAI CEPIR (Pernambuco)
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em municípios como Pesqueira, Tacaratu, Águas Belas, Pariconha e Jatobá 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar como forma de aumentar a renda e as atividades de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Investimento em pesquisa para inovação dos usos agrícolas (incentivo a novas culturas) 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento efetuados em pesquisa para inovação dos usos agrícolas (n.º, valor) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD EMBRAPA Codevasf Secretaria estadual responsável pela agricultura
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da gestão e elaboração do plano de manejo da UC na região da hidrelétrica de Xingó tendo em vista, também, ordenar o turismo e controlar a vazão na região 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/)

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementação do plano de manejo da Reserva Biológica de Serra Negra 		<ul style="list-style-type: none"> Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares, para reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de recuperação ambiental elaborados (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio SBIO/MMA
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB IMA CPRH
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Iati, Ibimirim, Inajá e Itaíba (PE), Inhapi, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos); promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE da BHSF Entidade responsável pelo desenvolvimento do plano

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas nos municípios de Petrolândia, Jatobá e Delmiro Gouveia 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA Codevasf DNOCS Secretaria estadual responsável pela aquicultura
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais do Baixo São Francisco prejudicados com a construção de barragens (cujas atividades sofreram diretamente os impactos do barramento das águas pela falta de alimentação hídrica natural nas várzeas onde eram desenvolvidas atividades de rizicultura e aquicultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de estados ou municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo ecológico sustentável através da construção de trilhos, promoção práticas de conservação, entre outras medidas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MT EMBRATUR Secretaria estadual responsável pelo turismo
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia eólica nesta zona do Submédio São Francisco [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 23		
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP, notadamente a mata ciliar da margem da calha do São Francisco, que está classificada como APCB (APCB Calha do Rio São Francisco); 2 – Recuperação da vegetação nesta área, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação de programas de compensação ambiental e de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF e aproveitando os recursos originários da cobrança pelo uso da água, bem como os arrecadados com multas por crime ambiental (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB IMA ADEMA
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Canindé de São Francisco e Porto da Folha (SE), Olivença e Major Isidoro (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar como forma de aumentar a renda e as atividades de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais prejudicados com a construção de barragens (cuja atividades sofreram diretamente os impactos do barramento das águas pela falta de alimentação hídrica natural nas várzeas onde eram desenvolvidas atividades de rizicultura e aquicultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de estados ou municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos); promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário 	<ul style="list-style-type: none"> CRZEE da BHSF Entidade responsável pelo desenvolvimento do plano
<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo ecológico sustentável através da construção de trilhos, promoção práticas de conservação, entre outras medidas 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MT EMBRATUR Secretaria estadual responsável pelo turismo

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
ZONA 24		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de levantamento e diagnóstico ou revitalização e recuperação de nascentes; de proteção de matas ciliares e/ou nascentes (cercamento); de adequação de estradas rurais; de conservação do solo ou recomposição vegetal (plantio de mudas); ou de levantamento da situação fundiária das ocupações, que vêm sendo executadas pelo CBHSF nas bacias dos rios Boacica, Jacaré, Piauí, Riacho Riachão e na foz do rio São Francisco; envolver a sociedade de uma forma geral no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA MTPA ANTAQ SRHQ/MMA CBHSF Comitês de Bacias
<ul style="list-style-type: none"> Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf EMBRAPA MMA Autoridades ambientais
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de controle da intrusão das águas oceânicas (cunha salina), incluindo o monitoramento e controle da qualidade da água para consumo humano 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a ações de controle da intrusão das águas oceânicas e a atividades econômicas afetadas (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA CBHSF

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar as atividades econômicas afetadas pelo avanço da cunha salina (notadamente as culturas agrícolas ora praticadas na região, como a rizicultura), por exemplo na conversão em outras atividades econômicas (como a carcinicultura) 		
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação e dessalinização alimentadas por sistemas locais de energia 	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação e dessalinização alimentadas por sistemas locais de energia (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF Codevasf MMA (Programa Água Doce)
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP, notadamente a mata ciliar da margem da calha do São Francisco, que está classificada como APCB (APCB Calha do Rio São Francisco; APCB Foz do São Francisco, APCB Foz do São Francisco (Litoral)); 2 – Recuperação da vegetação nesta área, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Mapeamentos de APP existentes nos municípios CBHSF e CG-PRSF: ações empreendidas no âmbito do PRHSF e do PRSF EMBRAPA Codevasf

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração/implementação do plano de manejo para a APA de Piaçabuçu, APA Litoral Norte e APA da Marituba do Peixe 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CNUC ICMBio: relação de UCs com plano de manejo (http://www.icmbio.gov.br/) Entidades responsáveis pelas UC
<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento/preservação/recuperação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN Planalto e RPPN Lula Lobo 	<ul style="list-style-type: none"> RPPN preservadas/recuperadas (n.º, área) 	<ul style="list-style-type: none"> ICMBio: Lista das RPPN criada e Relação de UCs com Plano de Manejo
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais prejudicados com a construção de barragens (cuas atividades sofreram diretamente os impactos do barramento das águas pela falta de alimentação hídrica natural nas várzeas onde eram desenvolvidas atividades de rizicultura e aquicultura) 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sancionadas relacionadas com os aspectos referidos (n.º de estados ou municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios
<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> SFB IMA ADEMA
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Aquidabã, Canhoba, Cedro de São João, Japoatã, Propriá e São Francisco (SE) e Penedo (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> Indicação pelo ZEE estadual (Sim/Não) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê do ZEE estadual

Diretrizes	Indicadores	Entidade / Fonte
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MAPA SEAD INCRA Codevasf Secretaria estadual responsável pela pecuária
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios que pagam por esses serviços ambientais (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios MMA
<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo ecológico sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MT EMBRATUR Secretaria estadual responsável pelo turismo
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a viabilidade da implantação de ações voltadas à manutenção da navegabilidade no rio São Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos desenvolvidos para avaliação da viabilidade da implantação de ações voltadas à manutenção da navegabilidade no rio São Francisco (n.º) 	<ul style="list-style-type: none"> CBHSF CZEE BHSF CT-PRSF
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia eólica nesta zona do Submédio São Francisco [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA MME ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE Secretaria estadual responsável pela energia

5.4. Indicadores estratégicos para o monitoramento gerencial por parte do Governo Federal

Os indicadores considerados estratégicos para o monitoramento gerencial por parte do Governo Federal são:

- os apresentados no Quadro 14, uma vez que permitem avaliar a evolução da qualidade ambiental na BHSF bem como as modificações determinadas pelo MacroZEE da BHSF;
- os apresentados no Quadro 15, porque permitem verificar o grau de concretização das diretrizes gerais de ação estabelecidas, permitindo acompanhar a evolução do MacroZEE de uma forma global, sem o pormenor associado a cada Zona.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

6. Periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF

O Decreto Federal n.º 4.297, de 10 de julho de 2002, que estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, define, no seu artigo 19, que a alteração dos produtos do ZEE, bem como mudanças nos limites das zonas e indicação de novas diretrizes gerais e específicas, poderão ser realizadas após decorrido prazo mínimo de dez anos de conclusão do ZEE, ou de sua última modificação.

Apesar de ser definido, no mesmo artigo, que este prazo não é exigível na hipótese de ampliação do rigor da proteção ambiental da zona a ser alterada ou de atualizações decorrentes de aprimoramento técnico-científico, propõe-se que **a revisão do MacroZEE seja efetuada no prazo de 10 anos.**

No entanto, este prazo poderá ser antecipado, caso os resultados do monitoramento do MacroZEE da BHSF, definidos no capítulo 5, determinem a necessidade de mudanças nos limites das zonas ecológico-econômicas ou de novas diretrizes gerais e específicas.

Propõe-se que a **atualização do MacroZEE da BHSF** seja iniciada **2 anos antes da sua revisão.**

Para além da atualização e revisão do MacroZEE da BHSF, será necessária a **atualização anual de informação do MacroZEE que tende a ficar desatualizada**, principalmente as leis e decretos identificados que estabelecem políticas e planos.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

7. Considerações finais

Com o presente **produto Ro8 – Relatório de plano de ação** – relativo à Elaboração do Prognóstico e dos Subsídios à Implementação do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, pretendeu-se apresentar os principais resultados da **Atividade 201 – Elaboração de plano de ação com vistas à implementação do MacroZEE da BHSF**, tomando como referência as diretrizes pactuadas na proposta de gestão para a BHSF.

Nesse sentido, foi apresentado o arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF (capítulo 2), as políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes propostas (capítulo 3), as estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos (capítulo 4), a proposta de sistema de monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF (capítulo 5) e a recomendação da periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF (capítulo 6).

No que se refere ao **arranjo institucional de gestão do MacroZEE**, foi considerada a necessidade de envolvimento dos diferentes níveis de governo e da sociedade civil, tendo sido proposto o modelo de gestão para o MacroZEE da BHSF, incluindo as instâncias envolvidas, as suas atribuições e as instituições responsáveis ou representadas.

O modelo de gestão proposto é composto pelas seguintes instâncias:

- Gestão e coordenação – CRZEE da BHSF, instituída no âmbito do CBHSF e composta por:
 - I – Plenário;
 - II – Diretoria Colegiada;
 - III – Diretoria Executiva;
 - IV – Câmaras Consultivas Regionais;
 - V – Câmaras Técnicas.
- Execução e implementação – responsabilidade das autoridades ambientais e de instrumentos operacionais e setoriais já estabelecidos.

Relativamente às **políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes** propostas, as mesmas foram identificadas, para os níveis federal e estadual, incluindo os respectivos órgãos responsáveis e fontes de recursos, tendo-se concluído que, de um modo geral, contribuem para viabilizar as diretrizes gerais e específicas. Nos casos em que foram identificadas lacunas ao nível dos instrumentos de política disponíveis, foram propostas diretrizes político-institucionais a elas dirigidas.

Analisou-se ainda, no plano de ação, **as estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos** relacionados à ocupação e ao uso do solo e de seus recursos naturais, que podem ser da maior relevância para a institucionalização do MacroZEE, com possibilidade efetiva de compatibilizar as atividades socioeconômicas empreendidas no território com a preservação da natureza, a qualidade do ambiente e o equilíbrio ecológico, no sentido de reduzir os conflitos ambientais: licenciamento ambiental; outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos; cadastro ambiental rural e programas de regularização ambiental, entre outros.

Estes instrumentos podem colaborar efetivamente no fluxo de informações da gestão do MacroZEE, de forma a garantir que as diretrizes propostas sejam seguidas. Estes instrumentos, principalmente os atos autorizativos relacionados à ocupação e ao uso do solo e de seus recursos naturais, de cunho permanente e com rotinas estabelecidas nos órgãos federais e estaduais, serão incorporados no processo de implantação do MacroZEE como aliados e se somarão de forma ativa ao modelo de gestão, na instância de aplicação dos instrumentos operacionais setoriais.

Tendo por base as diretrizes de ação definidas na proposta de gestão e no plano de ação foi ainda desenvolvida uma proposta de **sistema de monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF** que deverá contribuir para uma gestão articulada, integrada e participada, permitindo quantificar, qualificar e avaliar os graus de execução do plano e os seus efeitos na BHSF e nas diferentes zonas ecológico-econômicas definidas.

O monitoramento suporta-se em indicadores qualitativos e quantitativos, das seguintes tipologias:

- Indicadores de qualidade ambiental, que têm como objetivo avaliar a evolução da qualidade ambiental na BHSF, de modo a verificar o modo como a implementação do MacroZEE determinará a sua evolução;
- Indicadores de resultado, cujo objetivo é verificar o grau de concretização das diretrizes de ação estabelecidas, permitindo acompanhar a sua evolução. Estes são definidos para as diretrizes gerais e para as diretrizes específicas, por cada zona ecológico-econômica.

O monitoramento em planejamento assume uma importância fundamental porque pode contribuir para uma melhor adequação do plano ao que se pretende alcançar. Assim, o exercício de monitoramento pressupõe que a recolha de dados e de informação fundamental seja complementada pela sua avaliação regular e sistemática ao longo do tempo, propiciando um ciclo contínuo entre as interações e os seus resultados, sendo isto contemplado no sistema de monitoramento e avaliação.

No final é efetuada a recomendação da **periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF**, respectivamente de 10 anos e de 2 anos antes da revisão iniciar.

Esta atividade deu início à etapa 3 – etapa de subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF – da prestação de serviços, seguindo-se a atividade 202 – Sistematização, estruturação, e documentação do Banco de Dados Geográficos da etapa de prognóstico e de subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF e desenvolvimento de atlas interativo para a disponibilização das informações de todas as etapas do MacroZEE da BHSF na internet.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

8. Referências bibliográficas

- ALMG. (21 de maio de 2018). *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado*. Fonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais: https://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/pmdi/index.html
- ANA. (2017). *Estudos hidrogeológicos e de vulnerabilidade do Sistema Aquífero Urucuia e proposição de modelo de gestão integrada compartilhada*. Brasília: Agência Nacional de Águas.
- ANA. (2017a). *Estudos hidrogeológicos e de vulnerabilidade do Sistema Aquífero Urucuia e proposição de modelo de gestão integrada compartilhada*. Brasília: Agência Nacional de Águas.
- ANA. (2017b). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno*. Brasília: Agência Nacional de Águas.
- ANA. (2018a). *Progestão - Distrito Federal*. Fonte: <http://progestao.ana.gov.br/portal/progestao/panorama-dos-estados/df>
- ANA. (2018b). *Projetos e Programas*. Acesso em 7 de Junho de 2018, disponível em Agência Nacional de Águas: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/Proagua.aspx>
- ANA. (2018c). *Solicite sua outorga*. Fonte: Agência Nacional de Águas: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/solicite-sua-outorga>
- Buarque, S. C. (2003). *Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais*. IPEA.
- Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal. (2013). *Plano de Mobilidade por Bicicleta do Distrito Federal*.
- CBHSF. (2016). *Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025*.
- CBHSF. (13 de Março de 2018). *São Francisco receberá dinheiro de multa ambiental para recuperação de sua Bacia*. Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/sao-francisco-recebera-dinheiro-de-multa-ambiental-para-recuperacao-de-sua-bacia/>
- CBHSF. (s.d.). *Ações e Projetos de CBHSF - Projetos de recuperação hidroambiental do Comitê do São Francisco*. Fonte: CBHSF | Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/acoes-e-projetos-do-cbhsf/projetos-hidroambientais-cbhsf/>
- CBHSF. (s.d.). *Manual de Políticas e Procedimentos - CBHSF*. Fonte: https://issuu.com/cbhsaofrancisco/docs/manual_de_poli_ticas_e_procediment

- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM); Banco Mundial. (Junho de 2018). *Projetos apoiados*. Fonte: DGM/FIP Brasil: <https://dgmbrasil.org.br/pt-br/institucional/projetos-apoiados>
- Codevasf. (2010). *Arranjo Produtivo Local*. Fonte: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba: http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial/arranjos-produtivos-locais
- Codevasf. (2016). *Plano Nascente São Francisco: Plano de Preservação e Recuperação de Nascentes da Bacia do rio São Francisco*. Brasília-DF.
- CODEVASF. (2017a). Fonte: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2017-1/novo-programa-implantado-pela-codevasf-em-alagoas-vai-fortalecer-producao-irrigada/>
- Codevasf. (2017b). *Peixamento da Codevasf repova um dos maiores açudes de Alagoas*. Fonte: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2017-1/peixamento-da-codevasf-repova-um-dos-maiores-acudes-de-alagoas>
- Desenvolve-AL. (2014). *Desenvolve-AL*. Fonte: <http://www.desenvolve-al.com.br/2014/01/22/desenvolve-disponibiliza-mais-r-3-milhoes-em-credito-para-cadeia-do-leite/>
- DFNMA. (13 de Março de 2018). *Projetos Apoiados*. Fonte: Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80124/Convenios%20FNMA%201990%20A%202017-SITE_copy_copy_copy_copy.pdf
- DPCD/SMCQ/MMA, M. P. (2016). *Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado 2016-2020 - Documento base: Contexto e análises. Versão Preliminar aprovada pelo GPTI. Documento final em processo de diagramação*.
- Embrapa. (23 de setembro de 2015). *Embrapa e PNUD unem-se em projeto para preservar biodiversidade e reduzir pobreza*. Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/5699594/embrapa-e-pnud-unem-se-em-projeto-para-preservar-biodiversidade-e-reduzir-pobreza>
- Embrapa. (2018). *Zoneamento Agroecológico de Alagoas*. Fonte: <http://www.uep.cnps.embrapa.br/zaal/>
- Embrapa Solos UEP Recife. (2018). Fonte: Embrapa Solos / UEP Recife: <http://www.uep.cnps.embrapa.br/zape/index.php?link=index>
- Emdagro. (s.d.). *Notícias*. Acesso em 8 de Julho de 2018, disponível em Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe: www.emdagro.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=221

- FGB, TNC, MMA, GIZ. (2017). *Guia para a Formulação de Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais*. Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, The Nature Conservancy do Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.
- GDF & ADASA. (2011). *Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH/DF)*.
- Governo de Brasília. (2017a). *Plano Distrital de Saneamento Básico*.
- Governo de Brasília. (2017b). *Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica*.
- Governo de Brasília. (2018a). *Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos*.
- Governo de Brasília. (2018b). *Portal do Governo de Brasília*. Fonte: <http://brasilia.df.gov.br/programa-reflorestar/>
- Governo do Estado de Pernambuco & MBC. (2014). *Pernambuco 2035 - Estratégia de Desenvolvimento de Pernambuco e Carteira de Projetos Públicos*.
- Governo do Rio Janeiro. (2016). *Elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro. Modelo de Gestão e Monitoramento do ZEE/RJ. Revisão 1. 21/10/2016. Concorrência SEA n.º 06/2013*. <http://200.20.53.16/Produto/SolicitaBaixar/371>.
- Guia de Serviços de Alagoas. (2018). Fonte: Guia de Serviços de Alagoas: <http://www.servicos.al.gov.br/servico/59a6dce38c36c76c54eb4f8a/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-federal>
- IBGE. (2010). *Indicadores de desenvolvimento sustentável. Brasil 2010. Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica 7*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv46401.pdf>.
- IBGE. (2017a). *Grade Estatística*. Fonte: <http://mapasinterativos.ibge.gov.br/grade/default.html>
- INEMA. (2018). *Programas*. Acesso em 7 de Junho de 2018, disponível em Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: www.inema.ba.gov.br/programas/projeto-corredores-ecologicos/
- MAPA - Ministério da Agricultura, P. e. (2018). *Plano ABC - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono*. Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/plano-abc-agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono>
- MEDEIROS, Y., PINTO, I. M., STIFELMAN, G. M., FARIA, A. S., PELLI, J. C., RODRIGUES, R. F., . . . SILVA, E. B. (2010). *Participação social no processo de alocação de água, no Baixo Curso do Rio São Francisco. Relatório final. Projeto Ecovazão*.

MI. (2018). *Projeto de Integração do Rio São Francisco*. Fonte: Ministério da Integração Nacional: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/o-andamento-das-obras>

Ministério da Agricultura, P. e. (s.d.). *Indicadores Estratégicos. Formulação da estratégia*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico/arquivos/indicadores.pdf>.

Ministério da Cultura. (2018). *Plano Nacional de Cultura*. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2017/07/29/meta-6/>.

MMA. (2006). *Diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

MMA. (2012). *Revitalização do São Francisco*. Fonte: Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/agua/bacias-hidrograficas/revitaliza%C3%A7%C3%A3o-rio-s%C3%A3o-francisco>

MMA. (2014). *PNIA 2012 - Painel Nacional de Indicadores Ambientais. Referencial teórico, composição e índice de indicadores. Maio de 2014*. Secretaria Executiva. Disponível em: http://mma.gov.br/images/arquivos/Banner/banner_pnia_2012.pdf.

MMA. (2016). *O zoneamento ecológico-econômico na Amazônia Legal - Trilhando o caminho do futuro*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Departamento de Zoneamento Territorial. .

MMA. (2017). *Atualização e Complementação do Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da BHSE*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.

MMA. (2018a). *Água*. Acesso em 7 de Junho de 2018b, disponível em Ministério do Meio Ambiente: www.mma.gov.br/agua/agua-doce

MMA. (2018b). *Indicadores Ambientais*. <http://www.mma.gov.br/informacoes-ambientais/indicadores-ambientais>.

MMA. (2018c). *Plano Plurianual - 2016/2019*. <http://www.mma.gov.br/informma/item/10416-plano-plurianual-2012-2015-zee>.

MMA. (18 de maio de 2018d). *MMA recupera áreas degradadas no Piauí*. Fonte: Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=3007>

- MMA. (junho de 2018e). *Projeto GEF-Terrestre*. Fonte: Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-gef-terrestre>
- MMA. (junho de 2018f). *Projeto LifeWeb*. Fonte: Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/item/10630>
- MMA. (junho de 2018g). *Projeto Salas Verdes*. Fonte: Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educacao/salas-verdes>
- MMA. (junho de 2018h). *Projetos*. Fonte: Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/clima/adaptacao/projetos>
- MMA, FUNBIO. (2014). *Elaboração de cenários para a área de abrangência do bioma Cerrado, contribuindo para as diretrizes e estratégia de gestão ambiental e territorial do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado - Produto 4 - Cenários Prospectivos Consolidados*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente; Fundo Brasileiro para a Biodiversidade.
- Moraes, V. R. (2010). *Licenciamento ambiental e ordenamento do território no Estado do Rio de Janeiro: é possível uma integração?* Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ. Fonte: http://www.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/vanessa_riccioppo.pdf
- MP - Ministério do Planejamento, D. e. (2018). *Portal do MP*. <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja>.
- MP. (2015). *O que é o PPA?* Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-eacute-o-ppa>
- Órgão Gestor da PNEA. (2014). *Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA - 4.ª Edição: Educação Ambiental Por um Brasil Sustentável -*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - Departamento de Educação Ambiental. Fonte: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4edicao_web-1.pdf
- Pernambuco, G. d. (2017). *Visão de Futuro Pernambuco 2035. Proposta para discussão com a sociedade. maio de 2017*. Fonte: <http://www.pernambuco2035.com.br>.
- Santos, J. M. (Julho de 2016). *Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca*.
- SECIMA. (2018). *Programa Goiás Solar*. Fonte: <http://www.secima.go.gov.br/post/ver/219145/programa-goias-solar>.

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. (2016). *Pernambuco Quilombola - Direitos fortalecidos, respeito assegurado*.

Secretaria de Planejamento e Gestão. (2018). *PPA 2016-2019 Revisão do Plano Plurianual 2018*.

Secretaria de Recursos Hídricos. (2008). *Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento*.

Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco & Empetur. (2008). *Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco (Versão Pública)*.

Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio. (2016). *Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 do Estado de Alagoas*.

SED. (2018). *Programa de Desenvolvimento Regional*. Secretaria de Desenvolvimento de Goiás; <http://www.sed.go.gov.br/post/ver/224193/programa-de-desenvolvimento-regional>.

SEIA. (2018). *Planos e Programas*. Acesso em 7 de Junho de 2018, disponível em Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos: www.seia.ba.gov.br/planos-e-programas/projeto-mata-branca

SEMAS. (2015). *Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE*.

SPEG. (2011). *Plano Estratégico de Longo Prazo para o Estado de Goiás - Plano Goiás 2030*. Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás.

Sudene. (2011). *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste*. Fonte: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste: http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PRDNE_-_Junho_2011-Final.pdf

UFMG. (junho de 2018). *Projeto Manuelzão*. Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais: <http://www.manuelzao.ufmg.br/>



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

nemus ●
empowering
sustainability